Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Quarta-feira, 3 de abril de 2024
Ano CVII ● Número 29.581
ISSN 1980-9124

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

CONFÚCIO, MARX, BOLSONARO, MARIELLE

Moral, política, e o crescimento
das finanças marginais.
Por Pedro Augusto Pinho, **página 2**

A MÃE DE TODAS AS MENTIRAS

Ataques à Petrobras ganham força
com fake da interferência nos preços.
Por Marcos de Oliveira, **página 3**

PROGRAMA LITÍGIO ZERO

Segundo Thiago Pellegrini,
a Reforma Tributária vai gerar
muita discussão judicial. **Página 5**

Biden liga para Xi: relação começa a se estabilizar

O presidente chinês, Xi Jinping, e o presidente dos EUA, Joe Biden, conversaram por telefone nesta terça-feira, a pedido do norte-americano. Xi disse que a relação China-EUA começa a se estabilizar, "e isto é bem recebido pelas sociedades e pela comunidade internacional".

"Por outro lado, os fatores negativos da relação também têm crescido, e isso requer atenção de ambos os lados", disse ele durante a conversa com o presidente dos EUA.

A Casa Branca descreveu a conversa de 1 hora e 45 minutos como "franca e construtiva" sobre uma série de questões sobre as quais os líderes concordaram e discordaram. Biden enfatizou a necessidade de manter "a paz e a estabilidade" através do Estreito de Taiwan e também expressou as suas preocupações sobre o apoio da China à indústria de defesa da Rússia.

Biden também falou sobre suas preocupações com as táticas comerciais da China que, segundo a Casa Branca, prejudicam os trabalhadores norte-americanos, e enfatizou que os EUA farão o que for necessário para evitar que "tecnologias avançadas dos EUA sejam usadas para minar" a segurança nacional.

O presidente chinês sublinhou três princípios abrangentes que devem orientar a relação China-EUA em 2024. Primeiro, a paz deve ser valorizada. Os dois lados devem estabelecer um limite de ausência de conflito e de confronto no relacionamento e continuar a reforçar a perspectiva positiva do relacionamento.

Em segundo lugar, a estabilidade deve ser priorizada. As duas partes devem abster-se de atrasar a relação, provocar incidentes ou ultrapassar os limites, de modo a manter a estabilidade geral da relação.

Terceiro, a credibilidade deve ser mantida. Os dois lados devem honrar os seus compromissos mútuos através da ação e transformar a visão da reunião entre Xi e Biden em São Francisco, em novembro de 2023, em realidade.

Xi enfatizou que a questão de Taiwan é a primeira linha vermelha que não deve ser ultrapassada na relação China-EUA. Perante as atividades separatistas da "independência de Taiwan" e o incentivo e apoio externo às mesmas, a China não vai ficar parada, assegurou o líder chinês.

Ricardo Stuckert/PR

Lula reafirma: navios serão construídos no Brasil

Presidente enfatiza a questão do emprego

Retomar os investimentos na indústria naval brasileira como forma de alavancar o setor e gerar empregos e tecnologia no país. Essa é a iniciativa que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu nesta terça-feira durante o início das obras de dragagem do Canal de São Lourenço, em Niterói (RJ).

Segundo Lula, o desassoreamento de trecho da Baía de Guanabara, entre a Ilha da Conceição e a Ponte Rio-Niterói, vai aumentar de sete para 11 metros a profundidade (calado) do local, permitindo o aumento da função operacional dos estaleiros, o estímulo a novas construções de embarcações e a movimentação do setor de reparos e manutenção. A previsão é que sejam gerados cerca de 20 mil empregos diretos e indiretos.

"Quero que vocês tenham certeza que a gente vai recuperar a indústria naval brasileira, porque não é possível um país do tamanho do Brasil, [onde] 90% de todo o comércio é feito através do mar, não tem sentido a gente ter déficit comercial na balança, por conta de que nossos produtos são exportados e comprados em navio de bandeira estrangeira", assegurou Lula.

"É verdade que pode ser mais barato alguns centavos, pode ser mais barato alguns dólares, mas o fato de a gente alugar um navio lá fora, a gente não vai gerar emprego aqui, a gente não vai criar pequenas e médias indústrias, a gente não vai ter componentes nacionais. Significa que a gente vai trazer um produto mais barato, mas o povo vai estar desempregado e não vai poder comprar o produto que vai vir pra cá. Por isso, é necessário gerar emprego, porque a renda gera consumo e o consumo gera desenvolvimento", disse o presidente.

Os ministros Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos) e Márcio Macêdo (Secretaria-Geral da Presidência), além do ministro da Pesca e Aquicultura substituto, Carlos Mello, acompanharam Lula. A obra soma R$ 157 milhões em investimentos.

Lula lembrou que, nos dois primeiros mandatos (2003 e 2010), a indústria naval saltou de 3 mil empregos para 86 mil, com a reabertura de estaleiros no Rio, Espírito Santo, Bahia e Pernambuco.

Na semana da Páscoa, atividade do comércio teve alta de 2,9%

Os brasileiros gastaram mais na Páscoa deste ano. Isso é o que revela o Indicador de Atividade do Comércio da Serasa Experian: durante a semana da data comemorativa (25 a 31 de março de 2024), as vendas do comércio físico brasileiro tiveram alta de 2,9% em relação ao mesmo período festivo de 2023 (3 a 9 de abril de 2023). No final de semana do feriado de Páscoa (29 a 31 de março de 2024) em comparação com 2023 (7 a 9 de abril de 2023), a variação também foi positiva, (2,7%).

Ainda segundo o Indicador de Atividade do Comércio da Serasa Experian, as vendas de Páscoa do varejo físico paulista também foram animadoras. Durante a semana do feriado (25 a 31 de março de 2024 ante 3 a 9 de abril de 2023) o aumento foi de 2,5% e, no final de semana (29 a 31 de março de 2024 em comparação com 7 a 9 de abril de 2023), cresceu 2,9%

Foram consideradas as consultas realizadas no período de 25 a 31 de março de 2023 e comparadas às do período de 3 a 9 de abril 2023. Para o fim de semana, foram consideradas as consultas realizadas no período de 29 a 31 de março de 2024 e comparadas às do período de 7 a 9 de março de 2023.

Destruição em Gaza custa quase 100% do PIB da região

O custo dos danos às infraestruturas críticas em Gaza é estimado em cerca de US$ 18,5 bilhões, de acordo com relatório divulgado nesta terça-feira pelo Banco Mundial e pelas Nações Unidas.

O documento, que foi realizado com o apoio financeiro da União Europeia, mostra que o custo dos danos é equivalente a 97% do Produto Interno Bruto (PIB) combinado da Cisjordânia e de Gaza em 2022.

O relatório de avaliação provisória de danos utilizou fontes remotas de recolha de dados para medir os danos às infraestruturas físicas em setores críticos ocorridos entre outubro de 2023 e o final de janeiro de 2024.

A conclusão é que os danos às estruturas afetam todos os setores da economia. A habitação é responsável por 72% dos custos. As infraestruturas de serviços públicos, como água, saúde e educação, representam 19%, e os danos em edifícios comerciais e industriais alcançam 9%.

Estima-se que 26 milhões de toneladas de detritos e escombros tenham sido deixados na sequência da destruição, uma quantidade que se estima que levará anos para ser removida, observou o relatório.

O levantamento também mostrou que mais de metade da população de Gaza está à beira da fome e toda a população sofre de insegurança alimentar aguda e desnutrição. Mais de 1 milhão de pessoas estão sem casa, e 75% da população está deslocada.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	**R$ 5,0679**
Dólar Turismo	**R$ 5,2580**
Euro	**R$ 5,4597**
Iuan	**R$ 0,7003**
Ouro (gr)	**R$ 374,35**

ÍNDICES

IGP-M	**-0,47% (março)**
	-0,52% (fevereiro)
IPCA-E	
RJ (junho)	**1,15%**
SP (junho)	**1,20%**
Selic	**13,25%**
Hot Money	**0,63% a.m.**

Confúcio, Marx, Bolsonaro, Marielle e atentado à Crocus City Hall

Por Pedro Augusto Pinho

Nos dias que antecederam a Semana Santa de 2024, diversos eventos no Rio de Janeiro, no Brasil e no Mundo fizeram-nos refletir sobre a moral e a política hodierna. Confúcio dista 2.500 anos destes nossos dias, Marx, uns 200 anos, Bolsonaro perto de 70 anos, e o assassinato de Marielle Franco recém completou oito anos.

Porém são as palavras de Confúcio que mostram maior pertinência e nos dão orientação para análise. O que dizia este pensador milenar que, mais do que o marxismo, influencia a nação que exibe, no amplo sentido da sociedade, o maior desenvolvimento em todos os campos neste século 21?

Para o Mestre Kong, são os preceitos da moral individual que orientam a atitude política. Como moral e política se ligam? Pelo humanismo. O primeiro axioma do humanismo confuciano é a confiança na educação, como fator de melhoramento constante, crença ainda hoje solidamente arraigada na República Popular da China (China).

Educação confuciana deve ser entendida no sentido prático, “o homem não é um pote”. O estudo não objetiva exibir ou colecionar conhecimentos, mas resolver problemas.

A China é, historicamente, o país de lavradores. Estes não podem se dar ao luxo de desconhecer a realidade, se haverá chuva ou seca, se a terra foi fertilizada ou está árida, se usou boa semente e na época devida. Caso contrário ele não terá como se alimentar nem a sua família.

Este realismo é possível na China; onde a PEW Research Center (EUA), em análise sobre a religiosidade no mundo, apontou ser o país onde 92,3% da população não acreditam em deus, ou seja, qualquer entidade superior ao homem. Ou por serem budistas (18,2%), que é uma filosofia de vida sem deuses, ou por cultuarem os ancestrais (21,9%), referência ao passado e seu legado, ou por se declararem, simplesmente, sem religião alguma (52,2%).

Lê-se em “Os Analectos” (XIX, 13): “Quando o homem, com cargo oficial, descobre que pode fazer mais do que dar conta dos seus deveres, então estuda; quando o estudante descobre que pode mais do que dar conta dos seus estudos, então aceita um cargo oficial”. Ou seja, em Confúcio, o estudo é o método orientador da arte de governar.

Também de “Os Analectos”: assegurar ao povo o bem-estar material, proteção militar, e, principalmente, educação, é o próprio fundamento da ordem política.

Os diferentes pictogramas chineses para “retidão” e “correção” leem-se “zheng”, e ensinam a governança, como se aprende em “Os Analectos”. O soberano não pode governar não sendo, ele mesmo, reto, digno de ser exemplo para seu povo. E, lá está, “sem retidão, as ordens se multiplicarão sem que lhes as obedeçam” (XIII, 6).

Em todos os casos que examinaremos, no de Marielle Franco, no Rio de Janeiro, no de Bolsonaro, em Brasília, e nas manifestações dos Estados Unidos da América (EUA) e do Reino Unido (RU), relativas ao atentado terrorista, por seus serviços de inteligência (declaração do chefe do Serviço Federal de Segurança da Rússia, Alexander Bortnikov), com execução por ucranianos e tajiques, em Crocus Hall, ressalta-se o cinismo dos mandantes e responsáveis.

Decreto assinado, em 16/2/2018, pelo presidente Michel Temer, nomeia o general Walter Souza Braga Netto interventor na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Pelo texto, o general Braga Netto recebe “plenos poderes” para atuar em todos setores da segurança fluminense, ou seja, empregando as polícias Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros Militar.

Viktor Mihály Orbán (1963) é filho dos movimentos neoliberais financeiros que correram a Europa, Oriente Médio e Ásia a partir da década de 1980. Foi o bem sucedido projeto de poder que uniu as finanças de diversos países para reconquista do poder perdido no início do século 20, especialmente após as duas Grandes Guerras.

Trocaram o período de 30 anos, que se seguiu ao fim da II Grande Guerra, de desenvolvimento e criatividade, de geração de emprego e novas tecnologias, os “anos gloriosos”, como os denominou a Associação Francesa de Economia Política, pela submissão unicamente aos ditames das finanças apátridas, do Consenso de Washington (1989), e o chamaram de “liberdade”, de “democracia”.

Década das desregulações, os anos 1980 foram da retirada de poder dos Estados Nacionais para o colocar na “banca”, naqueles ávidos por dinheiro, os multimilionários de todas as partes do mundo.

O que se vê agora, passados 40 anos, senão o mundo às portas da destruição, países em prolongada recessão, gerando desemprego, e com ele a violência urbana, a fome e a miséria, no campo e na cidade, e a falta de perspectiva de vida minimamente saudável para cada um e para seus descendentes. Apenas o acúmulo de dinheiro faz sentido neste mundo de pestes, desenvolvidas pelo capital, para reduzir a população.

“Vocês só são grandes porque estamos de joelho.” – *De la Boétie, 154*

As finanças desreguladas nos temem: somos muitissimamente mais numerosos. Por isso este século 21 é mais um novo século de guerras, de pestes, de miséria. Precisam nos destruir, e a destruição começa com a ignorância, com a desinformação, e as finanças criam os instrumentos de dominação no controle das comunicações, nas reformas dos sistemas educacionais.

Reforma é sempre a criação de novos usos, e a matemática da comunicação permitiu a digitalização dos processos de produção, armazenamento, transmissão e conexão das mensagens. Porém toda esta estrutura informacional foi sendo apropriada pelas finanças a ponto de, apenas como cada vez mais rara exceção, se encontrar mensagens discordantes do mainstream, daquelas prevalecentes, dominantes, verdadeiros lugar comum das pregações financeiras.

Fiquemos com o filósofo francês Étienne de La Boétie (1530-1563) e suas reflexões sobre esta servidão, que hoje nos oprime, que ele já identificava no renascimento humanista da França, não fosse um amigo de Michel de Montaigne.

A religião serve ao poder para amortecer e aniquilar os ímpetos libertários. Assim se expressa, De la Boétie em seu famoso “Discurso da Servidão Voluntária”, obra escrita aos 18 anos por este genial pensador. Antecipando Karl Marx, De la Boétie vê o caráter fetichista dos bens, onde o poder incorpora a religião, algo fora da realidade, esta tão relevante para o pensamento de Confúcio.

Hoje esta “ignorância” vem camuflada, encoberta, como se expressou Emanuel Kant (1724-1804): “Quem é ignorante sem ver as razões dos limites da ignorância e sem se preocupar com eles é ignorante de forma inculta. Tal homem nem sequer sabe que nada sabe.”

Kant percebeu a falácia, na “Lógica” (1800), aquela proposição sem sentido, sem encadeamento entre os fatos enunciados ou sem seus nexos causais, que possam explicar, de maneira completa e correta, os efeitos que constam dos enunciados. E o que recebemos hoje das academias, das igrejas, dos poderes governamentais, todos eles constituídos pelas finanças, senão falácias?

Daí a importância de resgatar Confúcio. Para que fiquemos de pé, não como atitude de hostilidade, mas como manifestação de saber.

Analisemos, pois, estas ocorrências recentes, conscientes que elas reproduzem as falácias criadas pelo poder das finanças.

O caso Marielle

Talvez seja o mais simples de entender e o mais difícil de resolver. Quando as finanças promoveram as desregulações, elas não consideraram a capacidade, como agente financeiro, da economia marginal, aquela que por todo mundo é capítulo dos códigos penais: produção e venda de drogas, contrabando de pessoas e de bens, assassinatos, chantagens, lavagem de dinheiro, entre outros.

E, o que é mais significativo, movimentando com grande liquidez seus recursos, enquanto as finanças tradicionais os tinham imobilizados em terrenos, castelos, obras de arte, de pequeno mercado consumidor e difícil liquidez.

A “crise 2008/2010” foi principalmente a da disputa de poder, dentro do mundo das finanças, para as ações dos gestores de ativos, para o controle dos paraísos fiscais, para os investimentos e ações bélicas, entre os capitais tradicionais e marginais. Se houve alguma definição, ainda é prematuro afirmar, mas, sem dúvida, as finanças marginais ganharam mais espaço, mais autonomia de ação, como nos dão conhecimento as ocorrências no Haiti, no Equador, na Argentina e no Brasil.

No Brasil, se o poder financeiro já assumira o país na “redemocratização”, com as aprovações de 140 emendas à Constituição de 1988 pouco restou aos cidadãos de direitos que não estivessem subordinados aos financeiros.

No Estado do Rio de Janeiro, as finanças marginais assumiram o controle de todos poderes, cada um conforme suas características, que vão da imposição de algum membro da marginalidade no sistema formal de poder (deputado, secretário, superintendente, diretor), à corrupção e chantagem para obter decisões dos ocupantes de cargos públicos.

Assim se explica o “caso Marielle”. Esta vereadora, defendendo os interesses de seus eleitores, de residirem em área livre da “administração das milícias”, “dos traficantes”, deste poder que toma o governo, esbarrou no esquema criminoso do Rio de Janeiro. E para não deixar seguidores da Marielle, apelaram por sua eliminação como exemplo. E todo o sistema que vai do interventor federal na segurança fluminense, general Braga Netto, futuro candidato a vice-presidente da República, ao escriturário da repartição pública que, para sobreviver, evita conhecer a situação, são participantes cúmplices do crime de morte.

Há solução? Espera-se a conclusão do processo com a punição dos responsáveis, pois o cadáver está aguardando nas ruas para seu descanso eterno? Claro que não. Afinal ainda estamos todos de joelho, acreditando nas mídias hegemônicas e nas redes de convivência virtual.

A solução para o caso Marielle terá início com a verdadeira reforma da educação, das escolas às redes de televisão, dos equipamentos aos softwares de comunicação, todos nacionais, todos do Estado, todos com a participação por assembleias e plebiscitos populares.

O caso Bolsonaro

Sem conhecer Viktor Orbán, não se entende a ação de Bolsonaro. O 1º ministro húngaro transita, desde a mocidade, entre ideologias. Participou das homenagens ao líder comunista Imre Nagy, do movimento de 1956 que exigiu o afastamento de Moscou, e apoiou o afastamento da Hungria da União Europeia. Então seria um nacionalista? Não, ele tem um projeto pessoal de poder, que o levou do comunismo da juventude ao fascismo atual.

Abre a Hungria à China, que tem nos negócios que possibilitem o desenvolvimento chinês sua principal meta. E a China é um país de partido único onde há muito mais diversidade política do que nos EUA, onde todos os partidos têm o mesmo idêntico propósito. Não há nos EUA uma oposição como o Governo de Xangai faz ao Comitê Central do Partido Comunista Chinês.

Este personalismo conservador de direita, sem qualquer outro propósito de ação política, identifica Bolsonaro a Orbán, muito mais do que a Donald Trump, a Rodrigo Duterte (Filipinas), a Nayib Butele (El Salvador), ou a Javier Milei (Argentina) e Daniel Noboa (Equador).

A submissão às finanças e, em especial, às finanças marginais é o diferencial. E, simultaneamente, estaria trocando ideias com uma liderança europeia, pouquíssimo conhecida, para sofrer contestação e até gerar admiração.

Na curta compreensão de Bolsonaro, este fato o afastaria das incriminações criminosas que o Supremo Tribunal Federal (STF) vinha municiando as mídias brasileiras. Seria uma pausa com o apoio dos EUA, vista a participação decisiva do jornal The New York Times, fornecendo ao sistema Globo e à estadunidense CNN até vídeos internos do prédio da embaixada, para o visível constrangimento do embaixador húngaro.

Primário? Sem dúvida, mas tão perto do bolsonarismo que é perfeitamente crível.

Crocus Hall

Quantos tiros os pés estadunidenses suportam? Desde o intervalo de sucesso do golpe Euromaidan, na Ucrânia, onde os EUA trocaram um presidente eleito por um artista circense, aquele país norte-americano só coleciona derrotas.

Crocus Hall vem participar desta infausta coleção, ao lado da ação bélica contra a Rússia, que demonstrou a enorme superioridade da Rússia sobre os EUA e toda Otan; da econômica, onde a Rússia cresceu, enfraqueceu o dólar estadunidense, e levou a Europa Ocidental à penúria econômica e social em que se encontra; e, como a cereja do bolo, a ampla vitória eleitoral, com observadores de todo mundo, do reeleito presidente Putin.

Só podemos atribuir ao desespero, não a movimentos islâmicos, a tragédia do assassinato de jovens, mulheres e velhos na explosão e tiroteios no Crocus City Hall. E, mais uma vez, fica exposta a fragilidade dos serviços de inteligência estadunidenses.

Recuperemos os ensinamentos de Confúcio para um mundo mais saudável e uma vida mais feliz e produtiva.

Pedro Augusto Pinho
é administrador aposentado.

Monitor
Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de
responsabilidade dos autores e
não refletem necessariamente a
opinião deste jornal.

Acesse nossas
edições impressas

ASSOCIAÇÃO DOS EMBAIXADORES DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO
AMIGO DO RIO
www.embaixadoresdorio.com.br

FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Depois do 1º de abril, a Mãe de Todas as Mentiras

Em 1º de abril, a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) informou que o preço da gasolina nas refinarias da Petrobras estava defasado em R$ 0,63 por litro; o do diesel, em R$ 0,30. Uma fonte independente, o site Soberano Brasil, mostra dados bem diferentes: no mesmo dia, em relação ao PPI (preço de paridade de importação), a gasolina fechou com defasagem de apenas 2,18% (cerca de R$ 0,06/litro), e o diesel estava 11,71% (aproximadamente R$ 0,45/litro) acima do PPI.

A coluna não usou como referência o Dia da Mentira à toa. A suposta defasagem sempre é utilizada como combustível (ops!) para manter aquecidos os ataques à Petrobras: "O governo está interferindo nos preços", "a Petrobras está tendo prejuízos", "a Petrobras vai quebrar como quase aconteceu no governo Dilma"…

Cláudio da Costa Oliveira, economista da estatal aposentado, chama estas farsas de "Mãe de Todas as Mentiras". Ele desafia qualquer pessoa que entenda do assunto a mostrar números que indiquem que a Petrobras, em algum momento, esteve em crise econômica ou financeira (o colunista já fez o mesmo desafio, a, ao menos, 2 interlocutores, que preferiram mudar de assunto...)

Os preços cobrados pela Petrobras nas refinarias superam, em muito, os custos. Cláudio da Costa calcula que, para produzir 1 litro de diesel, a estatal gasta menos de R$ 1,10 e vende o produto em suas refinarias por R$ 3,48 (margem de mais de 200%).

Ah, e para mostrar uma 3ª fonte, o Rastreador de Preços de Combustíveis, da Genial Investimentos, registrava, no mesmo dia 1º, que os preços praticados nas refinarias da Petrobras estavam com deságio de 2,7% na gasolina (R$ 0,08/litro) e de 0,7% no diesel (R$ 0,02/litro).

Bebidas dietéticas em alta

Entre 2018 e 2023, o setor de alimentos para fins especiais registrou um aumento de 13% no seu consumo aparente. Esse dado é calculado pela Websetorial em boletim econômico divulgado pela Abiad, associação da indústria e comércio do segmento.

Quando comparado a 2022, o setor apresentou um recuo de 0,2%; ainda assim complementos alimentares e suplementos vitamínicos obtiveram uma evolução de 2,3%, enquanto bebidas dietéticas ou de baixas calorias alcançaram um aumento de 8,4%.

Alimentos para fins especiais englobam nutrição infantil, enteral, diet e light, suplementos alimentares, nutrição esportiva, alimentos funcionais, dentre outras categorias.

Lynce: um idealista

Faleceu na madrugada desta segunda-feira o geólogo e cientista político Lynce Naveira. Nacionalista, pedetista, o Brasil perde um idealista cheio de vontade de mudar o mundo.

Lynce era colaborador do **Monitor Mercantil**. Ele faleceu em casa, de parada cardíaca. O sepultamento ocorreu nesta terça-feira, no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro.

Rápidas

O Itaú está com 100 vagas abertas para pessoas com deficiência. Inscrições: carreiras.itau.com.br/mais-inclui-mais-oportunidades *** A NIAD iniciou uma parceria com a Helloo para colocação de telas no Boulevard Shopping Londrina e no Vila Velha, utilizando dados sociodemográficos nas campanhas.

Transição mais rápida para novo sistema tributário

Frente defende aumento do financiamento para setores produtivos

A Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Sistema Nacional de Fomento para o Financiamento do Desenvolvimento lançou sua agenda legislativa para 2024 com foco na regulamentação da reforma tributária e no aumento do financiamento para os setores produtivos. O secretário-geral da frente, deputado Vitor Lippi (PSDB-SP), defendeu uma transição menor para que os novos impostos sobre o consumo entrem em vigor. Segundo a Agência Câmara de Notícias, a previsão atual é de oito anos.

"Vai ser muito difícil a gente aguentar manter o Brasil como o pior sistema tributário do mundo. Hoje é o 184º pior. Quero muito que a gente faça a transição no menor prazo possível. A gente sabe que tecnicamente é possível fazer na metade do tempo", afirmou.

Lippi citou a importância de aprovar os Projetos de Lei 5.719/23 e 6.235/23, que aumentam a capacidade de financiamento do BNDES, e o PL 5.876/16, que prevê a utilização de 25% do fundo do pré-sal para Ciência e Tecnologia, todos em análise na Câmara dos Deputados.

Presidente da Associação Brasileira do Desenvolvimento, o ex-deputado Celso Pansera (RJ) disse que os bancos públicos financiavam 57% da produção em 2015 e esse percentual caiu para 46% em 2022. "O Brasil é a nona economia do mundo, é a 14ª produção científica do mundo, e o 49º país em inovação. Tem uma distância entre o potencial econômico do país, a produção de conhecimento do País e a capacidade de inovar na economia", compara Pansera.

A presidente da frente, deputada Luisa Canziani (PSD-PR), citou ainda o PL 4.944/20 de sua autoria que modifica a Lei do Bem e está em análise na Câmara dos Deputados. A lei estabelece incentivos fiscais para a inovação tecnológica.

Além disso, diante da iminente conclusão das votações de Projetos de Lei que buscam regulamentar a reforma tributária, entidades ligadas ao Setor de Transporte de Passageiros se mostram atentas, para evitar que as mudanças nos tributos possam incidir em aumentos nas tarifas do transporte público.

Para isso, a Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU) realizou um estudo que busca entender o impacto dessa movimentação em torno dos encargos nas tarifas dos transportes de passageiros. Este estudo foi divulgado na sede da Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado de São Paulo (Fetpesp), para que seja conhecido pelas empresas operadoras do serviço de transporte público.

As comissões responsáveis pelo tema da reforma tributária estão em um momento decisivo, em que deverão votar os Projetos de Lei que apresentam propostas de alterações no projeto apresentado pelo Governo Federal. Entre as principais mudanças estão transformar o ISS e ICMS em um só imposto, chamado de IBS, e unificar, também, PIS/Cofins no novo encargo chamado de CBS. Além de mudar o IPI para Imposto Seletivo.

A preocupação da Fetpesp e da NTU seria na questão das alíquotas para o setor de transporte de passageiros. As entidades querem entender como serão os cálculos, já que não pretendem que o setor seja afetado com novos tributos, que acabam encarecendo as despesas e, consequentemente, acarretando em altas nas tarifas pagas pelos usuários de transportes públicos.

"A nossa maior preocupação é com a incidência de tributos nos insumos da cadeia produtiva do serviço de transporte. Qualquer acréscimo de tributação certamente recairá sobre a cadeia produtiva e, consequentemente, haverá aumento na tarifa dos passageiros", alega Francisco Christovam, diretor-executivo da NTU.

"Como presidente da Fetpesp, a minha preocupação e dos demais empresários é de que a reforma possa causar um aumento nos custos refletidos diretamente no preço das tarifas. Sabemos que o setor precisa voltar a ser forte e ajudar no desenvolvimento da economia, por isso insistimos de que os custo não devem aumentar e sim cair, para que a nova tributação não cause impactos negativos aos usuários do transporte público", afirma o presidente da Fetpesp, Mauro Herszkowicz.

Mais detalhes sobre chaves Pix

A partir desta terça-feira, os usuários do Pix, sistema de transferências instantâneas do Banco Central (BC), terão mais facilidade para consultar informações e evitar fraudes. O Registrato, página do BC que fornece as relações do cidadão com instituições financeiras, passou a oferecer um relatório extra com o histórico de chaves, inclusive as excluídas.

Além do relatório simplificado, que já era oferecido pelo Registrato, o cidadão poderá emitir o relatório completo. A versão amplificada do documento fornecerá não apenas as informações sobre as chaves atuais como o histórico de todas as chaves já utilizadas e excluídas pelo usuário, informando a data e a hora de exclusão. O relatório completo, informou o BC, fica disponível no Registrato em até dois dias úteis a partir do pedido.

O BC também ampliou as informações presentes no relatório simplificado. Emitido no momento do pedido, o documento foi melhorado, com a inclusão da hora exata da criação da chave Pix e de uma coluna com a situação de cada chave: ativa, bloqueada judicialmente, em reivindicação de posse e em portabilidade.

No caso da chave em reivindicação de posse, o usuário solicita a posse de uma chave cadastrada no nome de outra pessoa, o que frequentemente ocorre no caso de chaves com números de telefone que mudaram de dono. Na portabilidade, o correntista transfere a chave para outra instituição financeira.

Segundo a Agência Brasil, bos dois casos, informou o BC, a situação aparecerá como "em reivindicação de posse ou em portabilidade". As novidades, informou o BC, permitem que o cidadão identifique eventuais tentativas de fraude utilizando chaves criadas em seu nome. Para ter acesso aos dois relatórios de chaves Pix e aos demais relatórios do Registrato, o cidadão deve ter conta nível prata ou ouro no Portal Gov.br.

BNDES: leilão de terreno em Brasília

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou edital para leiloar um terreno de sua propriedade de 9 mil metros quadrados em Brasília, situado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 04, Lote A, na Asa Norte.

O local do terreno é considerado um dos mais nobres da capital federal. A área tem recebido atenção de empresas interessadas na construção de empreendimentos empresariais. O lance mínimo para a compra do terreno será de R$ 175,188 milhões.

O banco estará aberto ao recebimento de propostas a partir do dia 23 de abril. Nesta data, será divulgado em seu site (na página de divulgação de leilões) o link para envio das propostas, que deverão ser encaminhadas até o dia 23 de maio, quando ocorrerá a sessão pública do leilão. Mais informações podem ser encontradas no edital disponível no site do BNDES (https:// www.bndes.gov.br/wps/wcm/ connect/ site/ 7efa7eb2-ecc6 -47f6-846b-4d28d2ffc381/ Edital+-+ Leil%C3%A3o+n%C2%BA+03_2024+-+BNDES.+C%C3%ADrculo+Cat%C3%B31ico.pdf?MOD = AJPERES&CVID =oWvwXdE).

A imobiliária Quinto Andar descreve a Asa Norte como um bairro de alto padrão em Brasília e, por isso, o custo de vida é considerado alto, podendo abarcar com facilidade os padrões classe média alta e alto luxo. A região oferece fácil acesso aos comércios e serviços da cidade, além de ser um dos principais centros de cultura, lazer e boa gastronomia.

O padrão construtivo dos imóveis com infraestrutura completa também é levado em consideração. Os edifícios não podem ultrapassar os seis andares e os pilotis devem permanecer livres para o acesso de pedestres.

Americanas vende R$ 1 bilhão em chocolates na Páscoa

Depois de até sugerir para consumidores o uso do FGTS para a compra de ovo de Páscoa, a Americanas informou que conseguiu vender R$ 1 bilhão em chocolates na Páscoa e bateu a meta anunciada pela companhia no início de março de crescer 20% no evento, na comparação com a data de 2023.

Foram, no total, 160 milhões de unidades de produtos vendidos, como ovos de chocolates e caixas de bombom, além de pelúcias nas mais de 1.600 lojas físicas espalhadas pelo país, site e app da marca. Só de ovos de Páscoa e itens temáticos foram 13 milhões de itens vendidos. O resultado, com rentabilidade no evento, atingiu as expectativas da nova gestão e reforça o movimento de transformação da companhia, com foco na estratégia comercial e em novas bases de relacionamento com parceiros e fornecedores.

A Páscoa deste ano marca a volta da Americanas ao varejo simples e demonstra a relevância da marca para os brasileiros em um dos maiores eventos do ano. “Um a cada dois brasileiros comprou produtos de Páscoa na Americanas. Tivemos um crescimento de 14% no número de transações nas lojas físicas frente o mesmo período do ano anterior. Por trás desse resultado, tem uma estratégia de compra e distribuição muito bem azeitada com os nossos fornecedores, que tem na Americanas um canal de vendas de extrema relevância”, afirma Osmair Luminatti, vice-presidente comercial e de operações da Americanas.

Entre os itens mais vendidos estão caixa de bombom Garoto 250 g, caixa de bombom Nestlé 251g, chocolate Kit Kat 41,5 g, Bis Xtra 45g, tabletes Lacta 80g e 90g e tabletes Hersheys 77g e 82g. Juntos, estes produtos somaram mais de 85 milhões de unidades comercializadas nesta Páscoa. Entre os ovos de chocolate, os campeões de vendas foram o Kit Kat 332 g, o Alpino 339,5 g e o ovo LOL 90 g da Delicce, marca exclusiva da Americanas. A caixa de bombom exclusiva Amor Carioca DUO da marca Neugebauer e as pelúcias de Páscoa - com mais de meio milhão de unidades vendidas e um crescimento de 45% na comparação com 2023 - também incrementaram o sortimento do evento neste ano.

A Americanas também manteve a primeira posição em 20 das 25 principais buscas orgânicas na internet relacionadas ao evento, com termos como Ovo de Páscoa, Chocolate, Barra de Chocolate, Caixa de Bombom e Bis. “Esta Páscoa comprovou que a Americanas conta com um componente de vendas que faz toda a diferença: a lembrança e o carinho do público pela marca, além de um atributo fundamental para o bolso do brasileiro nos dias de hoje que é a variedade, tanto de preço e quanto de sortimento”, complementa o executivo.

A acessibilidade nos preços dos produtos ofertados no evento contribuiu ainda para o maior uso de meios de pagamento com formatos à vista (Pix, cartão de débito e dinheiro), que representaram 57% do total mesmo com o maior fluxo de clientes na última semana do mês.

FGTS

A Americanas sugeriu aos consumidores, no mês passado, comprarem ovos de Páscoa através de linha de crédito de antecipação do saque-aniversário do FGTS. O registro foi feito por clientes e publicado no X (antigo Twitter).

A linha de crédito antecipa o valor das parcelas de saque-aniversário do FGTS. Quem quer aderir ao saque-aniversário tem direito a sacar o dinheiro anualmente, de forma parcial e no mês do seu aniversário.

A Americanas, na época, explicou, em nota:

“A Americanas informa que o produto financeiro citado (FGTS) é utilizado de forma ampla por vários setores da economia, inclusive pelo varejo e, com a criação do saque aniversário, passou a poder ser usado para compras em várias categorias de sua rede de lojas. A companhia lembra que a utilização do serviço financeiro é apenas mais uma opção de pagamento para o consumidor.”

GRUPOTECHNOS

TECHNOS S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 09.295.063/0001-97 - NIRE nº 33.3.0029837-1

TECN3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da **Technos S.A.** (“Companhia” ou “Technos”) a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia” ou “AGO”) que será realizada no dia 29 de abril de 2024, às 10h00, **de modo exclusivamente digital**, nos termos do Artigo 5º, §2, inciso I da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 (“RCVM nº 81/22”), por meio da Plataforma “*Microsoft Teams*” (“Plataforma Digital”), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** deliberar sobre a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2024; **(iii)** deliberar sobre a proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(iv)** fixar a remuneração anual global dos Administradores para o exercício social de 2024. Os documentos e informações necessários para a participação e exercício do direito de voto na AGO encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na forma do artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), na sede social da Companhia, localizada na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 5, 6º andar, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22640-907, e nas páginas da internet da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (www.cvm.gov.br), e da Companhia (www.grupotechnos.com.br). **Instruções Gerais para a Participação na Assembleia: I. Participação Remota por meio da Plataforma Digital.** Os acionistas da Technos poderão, sem prejuízo da faculdade de utilizar-se do boletim de voto a distância conforme item II abaixo, participar da AGO em tempo real, de forma remota, por meio da plataforma *Microsoft Teams,* com a utilização de recursos de vídeo e áudio. O acionista que desejar participar da Assembleia por meio digital **deverá solicitar previamente o cadastramento na AGO mediante envio os seguintes documentos até às 10h00 de 27 de abril de 2024**, para a sede da Companhia, na **Avenida das Américas, nº 4200, bloco 5, 6º andar, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22630-011**, ou para o e-mail: **ri@grupotechnos.com.br**, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores: ■ Documento de identidade (serão aceitos os seguintes documentos: RG, RNE, Passaporte, CNH ou carteira de órgão de classe válida como identidade civil para os fins legais). ■ No caso de acionista pessoa jurídica, cópia do Estatuto Social ou Contrato Social e do ato que comprove os poderes de representação dos representantes, além dos documentos de identidade dos representantes, acima listados. ■ No caso de acionista Fundo de Investimento, cópia do Regulamento do Fundo e do Estatuto Social ou Contrato Social da gestora ou administradora, conforme o caso, bem como o ato que comprove os poderes dos representantes da gestora ou administradora que representem o Fundo na Assembleia, além dos documentos de identidade dos representantes, acima listados. ■ Para pessoas jurídicas e fundos de investimento estrangeiros, não serão exigidos reconhecimento de firma, notarização ou consularização ou apostilamento. Apesar disso, para documentos que não tenham como idioma de origem o português, o inglês ou o espanhol deverão apresentar também a tradução juramentada dos referidos documentos. ■ Extrato expedido pela instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou pela instituição custodiante, com a quantidade de ações que constavam como titulares, com prazo não superior a 3 (três) dias antes da realização da Assembleia. **Caso o acionista seja representado por procurador,** além de documentos pessoais do procurador e da comprovação da condição de acionista nos termos do extrato mencionado acima, é necessário apresentar: ■ Vias originais dos instrumentos de mandato para representação do acionista por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, nos termos do Artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. ■ Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não assinar eventual procuração em seu próprio nome deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes do signatário para representá-lo (cópia do estatuto social, do contrato social ou do regulamento do fundo de investimento atualizado, acompanhado do ato que investe o representante dos poderes necessários). ■ No caso de pessoas jurídicas cujos representantes não sejam nomeados no próprio contrato social ou com algum procedimento de nomeação por ato em separado (como no caso dos administradores de sociedades por ações nomeados pelo seu conselho de administração ou nomeados diretamente pela assembleia geral), é necessário que o acionista comprove a validade da nomeação, providenciando comprovante do arquivamento do ato no registro competente, bem como respectiva publicação, quando aplicável. ■ No caso dos acionistas fundos de investimento, o representante deverá comprovar a sua qualidade de administrador e/ou gestor do fundo ou de procurador devidamente constituído, na forma da regulamentação que lhe for aplicável. ■ Para pessoas jurídicas e fundos de investimento estrangeiros, não serão exigidos reconhecimento de firma, notarização ou consularização ou apostilamento. Apesar disso, para documentos que não tenham como idioma de origem o português, o inglês ou o espanhol deverão apresentar também a tradução juramentada dos referidos documentos. **A ausência de cadastramento prévio nos termos acima impedirá o acionista de participar da AGO por meio da Plataforma Digital.** Uma vez recebida e validada a documentação fornecida, a Companhia enviará ao acionista ou ao procurador, conforme o caso, os dados para participação na AGO por meio da plataforma ora referida. O acionista que participar da Assembleia por meio da plataforma digital poderá exercer os seus respectivos direitos de voto e será considerado presente e assinante da ata, na forma do Artigo 47, §1º da RCVM nº 81/22. Para participar da Assembleia por meio digital, o acionista precisará ter instalado em seu dispositivo eletrônico a plataforma *Microsoft Teams*, cujo download poderá ser realizado pelo link https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-teams/download-app. **II. Boletim de Voto a Distância.** Alternativamente, os acionistas poderão votar nas matérias constantes da ordem do dia da AGO mediante o envio, a partir desta data, do boletim de voto à distância, disponibilizado nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.grupotechnos.com.br), diretamente para a Companhia, por correio postal – para o endereço Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 5, 6º andar, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22640-907 - ou para o e-mail ri@grupotechnos.com.br. Além disso, os acionistas poderão exercer o direito de voto mediante transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto para (i) seus custodiantes ou (ii) a instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários. **As instruções de voto deverão ser recebidas pela Companhia, pelo custodiante ou pelo escriturador em até 7 (sete) dias antes da data da AGO, ou seja, até 22 de abril de 2024 (inclusive), nos termos da RCVM nº 81/22.** O acionista que enviar o boletim de voto a distância poderá participar da AGO. No entanto, caso este acionista exerça o direito de voto na AGO, o seu boletim de voto a distância será integralmente desconsiderado e os votos proferidos em tempo real serão considerados válidos.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2024.
Renato José Goettems
Presidente do Conselho de Administração

Bares e restaurantes criaram cerca de 70 mil novos empregos no trimestre

O setor de bares e restaurantes do Brasil registrou um crescimento no emprego durante o último trimestre (dezembro de 2023 + janeiro e fevereiro), revelam dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) divulgados pelo IBGE.

O número de pessoas empregadas no setor de alojamento e alimentação (no qual bares e restaurantes significam mais de 90% do total), aumentou para 5,52 milhões no trimestre atual, em comparação com 5,45 milhões no trimestre anterior (setembro, outubro e novembro de 2023). Isso representa um aumento de 70 mil novos empregos, um crescimento de 1,3% em relação ao trimestre anterior.

Este desempenho do setor de bares e restaurantes destaca-se ainda mais quando comparado à média nacional, que registrou queda de 0,3% no número de pessoas ocupadas. O número de pessoas com carteira empregadas no setor no último mês também teve aumento, com 16 mil novas vagas em fevereiro, na comparação com janeiro, segundo os dados do Caged.

Para o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) Paulo Solmucci, “o setor demonstra resiliência e crescimento mesmo diante dos desafios econômicos. O aumento no número de empregos reflete a confiança dos empresários. Tivemos um aumento nas vendas em fevereiro, graças ao Carnaval, e há uma expectativa positiva em relação ao primeiro semestre, com datas importantes para o setor, como Dia dos Namorados e Dia das Mães, além da Páscoa”.

Além dos dados de emprego, a PNAD Contínua também trouxe informações sobre a média salarial dos trabalhadores do setor de alojamento e alimentação. Comparando o trimestre atual com o trimestre anterior, observou-se um aumento significativo na média salarial, passando de R$ 1.987 para R$ 2.075, o que representa uma variação de 4,4%, a maior variação positiva entre todos os setores pesquisados na PNAD.

Na última segunda-feira, a Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de São Paulo (Fhoresp) garantiu apoio à proposta do Governo Federal de regulamentar a atividade dos entregadores de comida por aplicativo no Brasil. Em reunião com o ministro da pasta, Luiz Marinho (PT), o diretor-executivo da Fhoresp, Édson Pinto, reiterou a necessidade de se oferecer proteção trabalhista à categoria, responsável pelo serviço de delivery, e criticou o iFood, pelo fato de a empresa não querer negociar com a União sobre o tema.

Ainda na audiência, o representante da Fhoresp aproveitou para se colocar à disposição do governo federal para trabalhar, entre os 24 sindicatos que abarca no estado de São Paulo, um mecanismo que garanta direitos aos moto-entregadores. Na reunião, também esteve presente o secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de São Paulo (Sinthoresp), Rubens Fernandes da Silva.

“Na prática, a participação das duas entidades, Fhoresp e Sinthoresp, nesta reunião com o ministro Luiz Marinho, mostra a união de forças entre patrões e empregados do segmento na defesa aos direitos dos entregadores. Somente o iFood detém 80% do mercado de delivery por aplicativo no país. É inconcebível a empresa se furtar a discutir e a negociar o tema com a União”, reforçou Édson Pinto.

A expectativa do Governo Federal, agora, é pressionar o iFood a participar das conversações. O Planalto responsabiliza a empresa pela falta de acordo para a regulamentação trabalhista do segmento, que envolve motoboys e trabalhadores que prestam o serviço de entrega com motos e bicicletas. No Brasil, existem 396 mil entregadores por aplicativo, de acordo com a última pesquisa do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

Para o diretor-executivo da Fhoresp, a prática do iFood “é um descaso”, uma vez que a empresa se recusa a valorizar e a proteger, minimamente, motoboys e ciclistas, que se arriscam para o pedido chegar rápido e nas mesmas condições de saída do restaurante para consumo. Na avaliação de Édson Pinto, a categoria é a única do ecossistema de bares e restaurantes sem algum tipo de segurança trabalhista:

“Os estabelecimentos arcam com o registro do profissional que prepara o prato, de quem atende ao telefone, do garçom, de quem embala o pedido, só para citar alguns colaboradores. Todos estão assegurados, em caso de férias, 13º salário, acidente de trabalho, gravidez, afastamento por doença. Os entregadores são os únicos sem os devidos direitos”, reforça.

Diante deste cenário, a Fhoresp defende que o iFood proporcione algum tipo de segurança trabalhista:

“A empresa explora o serviço e não contribui com nada? Quando os motoboys e ciclistas se acidentam, ou ficam doentes, e precisam ficar internados, ou são furtados ou roubados, perdem o sustento da família por não terem nenhuma proteção social. Isso não pode continuar. O Brasil não é terra sem lei”, lamenta Edson Pinto.

Na avaliação do diretor da Federação, o descaso é ainda maior por parte do iFood, já que é agressivo na cobrança pelo serviço de delivery. A companhia fica com uma comissão de 30% sobre o valor do que é vendido pelo restaurante ou lanchonete e também cobra a taxa de entrega:

“E, mesmo assim, o aplicativo não quer repassar absolutamente nada como uma segurança trabalhista para os trabalhadores do delivery. É, no mínimo, lamentável. Desta forma, a Fhoresp está totalmente ao lado do Ministério do Trabalho nesta pauta”, complementa.

STIELETRONICA S.A.
CNPJ/ME nº 33.096.926/0001-81
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Nos termos do Estatuto Social ficam convocados os acionistas da Stieletronica S.A (“Companhia”) – CNPJ 33.096.926/0001-81, para se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária** (“AGE”), a ser realizada em sua sede na Rua Lineu de Paula Machado, nº 1005 – Apt. 503, Lagoa, nesta cidade, no dia 11.04.2024, às 10h, em primeira convocação, havendo quórum, ou às 10h30min, em segunda convocação, com qualquer número de pessoas presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Redução do capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76, tendo em vista as perdas suportadas pela Companhia nos últimos anos. 2. A alteração do artigo 5º do Estatuto Social para refletir o novo capital social da Companhia, uma vez aprovada a redução do capital social da Companhia. 3. Discussão de outros assuntos de interesse geral.

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2024.
HEIKE DE ALCANTARA - Diretora

Assine o jornal Monitor Mercantil

Compra da Elev garante R$ 1 bilhão sob custódia à Matriz Capital

Holding tem agora quatro empresas

A Matriz Capital, escritório de investimentos parceiro da XP Investimentos, concretizou a aquisição da Elev Investimentos, empresa com seis anos de atuação no mercado e sede em Vitória, no Espírito Santo. Com a incorporação, a Matriz Capital alcança R$ 1 bilhão sob custódia, ampliando a sua posição no mercado financeiro.

Segundo os sócios da Matriz, a incorporação estratégica representa um marco para a empresa, que recentemente também adquiriu uma empresa de educação financeira, a Matriz Trading School. Ambas as empresas fazem parte do Grupo Matriz Capital, atualmente consolidado como uma holding com quatro empresas. Além da Matriz Capital e da Matriz Trading School, estão a MTZ, corretora focada na solução 360 para os clientes, seja em crédito ou na estruturação de dívidas com suporte personalizado e a Matriz Capital Asset Management, gestora de ativos.

“Estamos entusiasmados em anunciar que a Elev Investimentos agora é Matriz Capital! Juntos, estamos prontos para proporcionar uma experiência ainda mais abrangente, repleta de serviços diferenciados e oportunidades exclusivas. Estamos muito animados com essa fase e ansiosos para construir um futuro extraordinário. Ao incorporar a Elev Investimentos, estamos fortalecendo nossa posição no mercado e ampliando nossa capacidade de fornecer soluções de investimento diferenciadas para os nossos clientes”, afirma Ricardo Aragon, sócio-fundador da Matriz Capital.

Com a aquisição, a Matriz Capital agora atinge um valor de R$ 1 bilhão sob custódia, marcando um momento significativo em sua trajetória de crescimento. A empresa observa que esse número demonstra a confiança dos investidores na empresa e reforça o compromisso em oferecer serviços de alta qualidade e soluções de investimento inovadoras.

Além disso, a Matriz Capital passou a contar com um time de mais de 70 assessores de investimentos, fortalecendo ainda mais a capacidade de oferecer atendimento personalizado aos clientes private e alta renda.

“Ainda neste ano, nossa meta é atingir a marca de R$ 3 bilhões sob custódia. Estamos avaliando oportunidades de novos negócios nas seis praças em que já atuamos. E além disso, estamos considerando a expansão para novos estados, como Paraná, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Pernambuco”, diz Aragon.

Programa Litígio Zero e a diminuição do contencioso tributário

Por Jorge Priori

Conversamos com Thiago Pellegrini, sócio e tributarista do Martinelli Advogados, sobre o Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal, mais conhecido como Programa Litígio Zero, e a diminuição do contencioso tributário.

Como você avalia o Programa Litígio Zero?

Como o plano do governo é aumentar a arrecadação, o Programa, certamente, vai gerar esse resultado, da mesma forma que gerou em 2023. Nós temos agora uma reformulação do Programa, também com prazo curto, sendo que no ano passado, na prática, ele acabou sendo estendido até o final de 2023.

Pelo meu olhar, o Programa Litígio Zero de 2024 foi melhorado, pois possui alcance e benefícios ainda maiores. Com isso, mais contribuintes terão interesse e vão acabar aderindo. Eu vejo esse Programa de uma forma positiva, pois vai gerar uma redução do contencioso existente no país.

Como você avalia o histórico desse tipo de programa nos últimos anos?

O Programa é atrelado a transação tributária, o que já é uma modificação dos programas anteriores e uma forma de aproximar o contribuinte do Fisco. Como os programas do passado eram de adesão pura e simples, eles acabavam valorizando, de certa forma, o mau pagador, que ficava sem pagar o imposto para pagá-lo um, dois anos depois, através de um Refis, que possuía critérios objetivos e únicos: o devedor informava o débito e fazia a sua quitação parcelada com o benefício da redução de multa e juros. Isso fazia com que todos fossem tratados da mesma forma.

Com o instituto da transação, o Programa não valoriza, de forma direta, o mau pagador, pois ele tem critérios qualitativos e quantitativos para fins de adesão, como uma análise mais criteriosa por parte da Procuradoria da Fazenda Nacional. Assim, o devedor tem que apresentar uma série de informações e de documentos para que se defina se os benefícios concedidos serão maiores ou menores.

Segundo o secretário da Receita Federal, Robson Barreirinhas, o objetivo do programa é “resolver o passado, fazer essa DR (discussão de relacionamento) entre nós, o Fisco e o contribuinte, para daqui para frente termos uma relação mais harmoniosa, sem litígio, com mais amor”. Ocorre que, ao mesmo tempo em que o governo tem esse discurso, ele cria uma série de problemas tributários, como, por exemplo, a utilização de créditos, que serão litigados, para que depois sejam discutidos nas esferas administrativa e judicial. Ou seja, o ciclo nunca é interrompido. Como você avalia essa situação?

Se por um lado há um viés para se aproximar o contribuinte da Fazenda, por outro existem movimentos do Executivo e do Legislativo que são realizados, muitas vezes, apenas por interesses arrecadatórios, o que faz com que as construções sejam feitas de forma atabalhoada ou com uma urgência que é mais arrecadatória do que, realmente, para resolver problemas. Por mais que tenhamos um movimento de aproximação, as leis, da forma como estão sendo criadas e colocadas, geram, sim, um maior volume de contencioso na prática.

Martinelli Adv

Thiago Pellegrini

Mesmo assim, um ponto importante é que, até pouco tempo, não se via esse tipo de discurso, pois não se buscava, de nenhuma forma, melhorar essa relação. Hoje, pelo menos, há uma busca para que isso aconteça, por mais que isso se revele distante. Nós ainda estamos caminhando a passos lentos, mas eu vejo uma mudança nessa relação.

Eu posso citar como exemplo o programa da transação individual, que se não caminha bem no âmbito da Receita Federal, caminha bem no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional. Nós temos exemplos práticos e materiais de que as relações com a Procuradoria, que antes eram muito difíceis, já que, inclusive, não existiam canais ou um programa para que houvesse uma relação mais próxima, se modificou com a transação. Hoje se consegue levar um problema para a Procuradoria e se negociar formas de quitação ou abertura de espaço para que a empresa consiga exercer sua atividade sem o peso de dívidas passadas.

Como você avalia a possibilidade da Reforma Tributária e da sua regulamentação gerarem litigâncias?

Essa pergunta é bem interessante. Quando o movimento da Reforma Tributária começou, o meu pai me perguntou: “Agora, com a Reforma Tributária, você vai fazer o que, meu filho?”. Eu lhe respondi: “Pai, sem querer ser descrente com a Reforma, eu tenho certeza que vou ter mais trabalho, talvez até o fim da minha vida”.

Por mais que tenha sido feito o que foi possível, nós temos uma Reforma que vai gerar muitos problemas. Até hoje não há uma regulamentação definida e ainda existem muitas dúvidas e lacunas a serem preenchidas, sendo que nós vamos começar a ter efeitos a partir do próximo ano.

A Reforma Tributária é necessária, pois é preciso melhorar o nosso complexo e complicado sistema tributário, mas da forma como está sendo feita, eu te digo, com muita tranquilidade, que é pouco provável que ela não gere um contencioso muito grande.

Voltando ao início da nossa conversa, por mais que eu veja um grande esforço para que se tenha uma aproximação com o contribuinte e uma redução do contencioso, nós temos uma Reforma Tributária que, ao que me parece, vai gerar muita discussão judicial.

CONCESSÃO DE LICENÇA

BETTINA ALESSANDRA HAEGLER – CPF 867.919.317-87, torna público que recebeu da SMDUE-SUBCLA, através do processo nº EISPRO 2023/14864.02, a Licença Municipal Prévia EIS-LMP-2024/00009, com prazo de 24 meses, até 21/032026 para Construção de Prédio Residencial Multifamiliar na Rua das Laranjeiras, nº 233, Rio de Janeiro, RJ.

Comunidade importante

O Sindicato dos Modelos profissionais do estado do Rio de Janeiro, encerra a parceria com a agência Mistic que tem como proprietária Renata Maria Lopes após o descumprimento do código de ética, Eca, lei 6533 78, em função a diversas denúncias recebidas referente à agência e proprietária.

CONSTRUTORA BRASFORM LTDA.

CNPJ 28.618.254/0001-97 - NIRE 33.2.0122872-3

Edital de Convocação. Ficam convocados os sócios da **CONSTRUTORA BRASFORM LTDA**. (“Sociedade”), nos termos do § 3°, do art. 1.152, do Código Civil, a participar, no dia 18.04.2024, às 10:00h, de reunião de sócios, a ser realizada na sede social da Sociedade, na Av. das Américas, nº 3.500, bl. 01, sala 304, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.640-102, para deliberar sobre: exclusão do sócio Edson Duarte Pinto do quadro social da Sociedade, por justa causa, nos termos da Cláusula Décima Nona do Contrato Social da Sociedade e artigo 1.085, caput e parágrafo único do Código Civil. Rio de Janeiro, 01 de abril de 2024. **Eduardo Curi Duarte Pinto**, administrador.

---

abrasca companhia associada MONTEIRO ARANHA S.A. [B]³ MOAR3

Companhia Aberta

CNPJ nº 33.102.476/0001-92 - NIRE 33.3.0010861-1

AVISO AOS ACIONISTAS

A MONTEIRO ARANHA S.A. (“Companhia”), em atendimento ao disposto no art. 133 da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada, comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral, que, a partir desta data, inclusive, os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2024, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, localizada na Av. Afrânio de Melo Franco, nº 290, sala 101-parte, Leblon, Rio de Janeiro, RJ, e nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Companhia (www.monteiroaranha.com.br). A Companhia comunica, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pelo art. 133, §3º, da Lei nº 6.404/1976 será oportunamente realizada no jornal habitual da Companhia.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2024.
Monteiro Aranha S.A.
Flavia Coutinho Martins
Diretora de Relações com Investidores

---

abrasca companhia associada MONTEIRO ARANHA S.A. [B]³ MOAR3

Companhia Aberta

CNPJ n.º 33.102.476/0001-92- NIRE 33.3.0010861-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30/04/2024. A Administração da Monteiro Aranha S.A., com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Av. Afrânio de Melo Franco, n.º 290, sala 101 - parte, Leblon, CEP: 22430-060, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.102.476/0001-92, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE n.º 33.3.0010861-1, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como cia. aberta categoria “A”, sob o código n.º 8893 (“Cia.”) vem, na forma da Lei n.º 6.404/1976 e da Resolução CVM n.º 81/2022, convocar os acionistas da Cia. para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30/04/2024, às 9h, de modo exclusivamente presencial na sede social da Cia., sem prejuízo do direito de voto a distância, com a seguinte ordem do dia: **I.** Tomar as contas dos administradores da Cia., examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes; **II.** Deliberar sobre a proposta de orçamento de capital; **III.** Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2023; **IV.** Fixar o número de membros do Conselho de Administração da Cia.; **V.** Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração da Cia.; **VI.** Deliberar sobre a caracterização da independência dos candidatos indicados ao Conselho de Administração como membros independentes; e **VII.** Deliberar sobre o montante global da remuneração anual dos administradores da Cia. para o exercício social de 2024. **Informações Gerais para Participação na Assembleia:** Para participar da Assembleia, os acionistas, ou seus representantes legais, deverão apresentar, além do comprovante da titularidade das ações de emissão da Cia., expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia, os seguintes documentos (“Documentação”): (i) Acionistas Pessoas Físicas: cópia digitalizada ou física do documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH, passaporte ou carteira de classe profissional oficialmente reconhecida); (ii) Acionistas Pessoas Jurídicas: cópia digitalizada ou física: (ii.a) do último estatuto ou contrato social consolidado e registrado; (ii.b) da documentação societária registrada outorgando poderes de representação legal do acionista (como ata de eleição do administrador que comparecerá à Assembleia e/ou procuração para que terceiro represente o acionista pessoa jurídica); e (ii.c) documento de identificação com foto dos representantes legais; e (iii) Fundos de Investimento: cópia digitalizada ou física: (iii.a) do último regulamento consolidado do fundo; (iii.b) do estatuto ou contrato social consolidado e registrado de seu administrador ou gestor, conforme o caso; (iii.c) da documentação societária de seu administrador ou gestor, conforme o caso, outorgando poderes de representação (como ata de eleição dos diretores e/ou procuração); e (iii.d) documento de identificação com foto dos representantes legais. O acionista que desejar ser representado por procurador deverá apresentar o respectivo instrumento de mandato, com poderes especiais e documentos comprobatórios dos poderes dos signatários, com as firmas devidamente reconhecidas, ou, alternativamente, com assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Além disso, deve ser enviada cópia do comprovante de identidade do mandatário, sendo certo que, nos termos do artigo 126, §1º da Lei 6.404/1976 e da Lei 10.406/2002 (“Código Civil”), o procurador deverá ter sido constituído há menos de 1 ano, sendo que (a) as pessoas naturais acionistas da Cia. somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Cia., advogado ou instituição financeira; e (b) as pessoas jurídicas acionistas da Cia. poderão ser representadas em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil. Procurações e atos societários oriundos do exterior deverão ser encaminhados para a Cia. juntamente com a respectiva notarização, consularização ou apostilamento, traduzidos na forma juramentada e registrada em cartório de títulos e documentos. No caso de documentos emitidos por países signatários da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos de 1961 (“Convenção da Apostila”), a legalização diplomática ou consular deverá ser mandatoriamente substituída pela aposição de apostila, nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Justiça n.º 228/2016, conforme alterada. Caso o país emissor não seja signatário da Convenção da Apostila, os documentos expedidos no exterior devem ser legalizados em consulado brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado, e devidamente registrados. Para melhor organização da Assembleia, **a Cia. solicita o envio da Documentação necessária para participação na Assembleia com antecedência mínima de 2 dias em relação à data da Assembleia, ou seja, até 28/04/2024 (inclusive)**, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, por meio do endereço de e-mail ri@monteiroaranha.com.br, ou para a sede da Cia. situada na Av. Afrânio de Melo Franco, n.º 290, sala 101 - parte, Leblon, CEP: 22430-060, Rio de Janeiro, RJ. A Cia. adotará o procedimento de voto a distância na realização da Assembleia, nos termos da Resolução CVM n.º 81/2022, permitindo que seus acionistas exerçam seu direito de voto através do preenchimento do Boletim de Voto a Distância. O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância deverá enviar o Boletim de Voto a Distância devidamente preenchido, rubricado em todas as páginas e assinado, de forma física, com firma reconhecida, ou de forma digital, por meio de certificação digital, acompanhado da respectiva Documentação, em até 7 dias antes da data da Assembleia, ou seja, até 23/04/2024 (inclusive), da seguinte forma: (i.a) ao seu agente de custódia; ou (i.b) ao agente escriturador das ações de emissão da Cia.; ou, ainda, (ii) diretamente à Cia., aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, para o endereço eletrônico ri@monteiroaranha.com.br ou para a sede da Cia. situada na Av. Afrânio de Melo Franco, n.º 290, sala 101 - parte, Leblon, CEP 22430-060, Rio de Janeiro, RJ. Nos termos do artigo 141 da Lei n.º 6.404/1976 e do artigo 3º da Resolução CVM n.º 70/2022, faculta-se aos acionistas titulares de ações representativas de, no mínimo 5% do capital social com direito a voto (excluídas do cálculo as ações mantidas em tesouraria), requerer, por notificação escrita entregue à Cia. até 48 horas antes da realização da Assembleia, a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração. Os documentos e informações relativos às matérias da ordem do dia da Assembleia, incluindo a Proposta da Administração e Manual para Participação dos Acionistas, encontram-se disponíveis na sede da Cia., no seu site (www.monteiroaranha.com.br), bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

Rio de Janeiro, 30 de março de 2024
Monteiro Aranha S.A.
Roberto Duque Estrada de Sousa
Presidente do Conselho de Administração

Master aumentou intermediação financeira em 2023

Banco registra lucro recorde e patrimônio líquido cresce 52%

O Banco Master obteve lucro recorde, em 2023, no valor de R$ 532 milhões, 152% a mais do que em 2022. A instituição financeira alcançou a marca de R$ 2,382 bilhões de patrimônio líquido, alta de 52% em relação ao ano de 2022.

Outro destaque foram os ativos de crédito, que chegaram a 24,456 bilhões, número 90% superior ao de 2022. Os dados do balanço do ano de 2023 do Banco Master foram divulgados na quinta-feira (28) e tiveram a auditoria da KPMG. As receitas de intermediação financeira do Banco Master em 2023 chegaram a R$ 5,452 bilhões, valor 96% acima do obtido no período anterior.

"O resultado de 2023 é fruto do trabalho de uma equipe comprometida em oferecer soluções financeiras para atender os nossos clientes. Este crescimento comprova que estamos no caminho certo, com evolução sustentável que estamos demonstrando ano a ano", afirma Daniel Vorcaro, presidente do Banco Master.

"Estamos confiantes na nossa estratégia de crescimento e firmes na concretização de um futuro Master e sustentável. Além dos bons resultados financeiros, também tivemos o ano marcado pelo lançamento do primeiro Programa de ESG do Banco Master, além da nossa adesão ao Pacto Global da ONU e a obtenção do selo do GTPW", afirma Augusto Lima, CEO do Banco Master.

Em 2023, o Banco Master conquistou a elevação dos ratings para 'B+' e 'BBB(bra)', ante 'B' e 'BBB-(bra)', nas escalas global e local, respectivamente, pela Fitch Ratings, uma das maiores agências de classificação de risco de crédito do mundo. "Esta elevação reflete a estabilização do perfil financeiro do Banco, com bons patamares de liquidez, qualidade de ativos e rentabilidade", diz Lima

Perspectivas

Na avaliação de Vorcaro, 2024 promete ser um ano de ainda mais crescimento. Em fevereiro de 2024, o Banco Master anunciou a aquisição do Banco Voiter e do will bank e tem expectativa de chegar ao final deste ano com R$ 5 bilhões de P/L.

As aquisições estão alinhadas com o novo momento do Banco Master, que passa por uma reorganização societária com o objetivo de dar ainda mais potência aos negócios, gerando tração e mais assertividade nos modelos e ofertas de valor para entregar a melhor experiência aos clientes. Nessa reorganização, Daniel Vorcaro será sócio majoritário dos dois novos bancos. Augusto Lima ficará exclusivamente na operação de varejo.

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MAQUINISMOS, FERRAGENS, TINTAS, LOUÇAS, VIDROS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO A VAREJO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - SINDIFER-RIO
CNPJ Nº 33.531.658/0001-89

EDITAL - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do Sindicato, de acordo com as Normas Estatutárias e Legislação vigente, convoca todos os membros da categoria econômica, para comparecerem à ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, que será realizada na Sede Social, na Av. Graça Aranha, nº 19, Grupo 1102, no dia 10 de abril de 2024, às 10:00h em 1ª convocação ou 10:30h em 2ª convocação para apreciar, discutir e decidir a seguinte ordem do dia: 1 - Em cumprimento ao inciso IV do artigo 8º da Constituição Federal, fixar a Contribuição de Custeio do Sistema Confederativo de Representação Sindical; 2 - Delegar poderes para o Presidente do Sindicato negociar a Convenção Coletiva de Trabalho para o ano de 2024, junto ao Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro; 3 - Fixar data para cobrança da contribuição assistencial com base na alínea "e" do artigo 513 da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2024.
Loureci da Fonseca - Presidente

CONDOMÍNIO GUADALUPE SHOPPING
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Atendendo determinação da empresa Síndica vimos, pelo presente, convocar os Senhores Condôminos para comparecerem a Assembleia Geral Ordinária do Condomínio Guadalupe Shopping, que será realizada no próximo dia 15/04/2024, segunda-feira, na sala de reunião no próprio shopping, às 09:30hs em 1ª convocação com o "quórum" legal ou às 10:00hs, em 2ª e última convocação com qualquer número de presentes, para discutirem e deliberarem sobre os seguintes assuntos constantes da "Ordem do Dia": 1) Aprovação da prestação de contas do período findo, de março de 2023 a fevereiro de 2024.; 2) Eleição de Síndico e Subsíndico por um período de 02 (dois) anos; 3) Eleição dos Membros do Conselho Consultivo por um período de 02 (dois) anos; 4) Aprovação da previsão orçamentária para o período de 2024/2025 (anexa); 5) Aprovação "ad referendum", da distribuição feita aos condôminos em janeiro, fevereiro e abril de 2024 de parte do saldo do condomínio, nos mesmos moldes aprovado na AGE de 12 de maio de 2022; 6) Atualização sobre ação movida pelo Condomínio contra a Cedae; 7) Aprovação de proposta de terceiros para instalação de placas solares no telhado do prédio, em benefício da conta de energia elétrica do condomínio; e 8) Assuntos Gerais. Para votação na assembleia, o condômino deverá estar quite com as quotas condominiais correspondentes à(s) sua(s) unidade(s) no condomínio que se vencerem até a data da assembleia (Artigo 1.335 III, do Código Civil). O representante de condômino deverá estar munido de procuração outorgada com observância das normas legais, inclusive com firma reconhecida (§2º do art. 654 do Código Civil). Os condôminos poderão se fazer representar por procurações públicas ou particulares, desde que com a firma dos outorgantes devidamente reconhecidas, sendo certo que na hipótese de que os outorgados apresentem a candidatura dos outorgantes para o preenchimento de quaisquer dos cargos eletivos de pauta, deverá constar dos instrumentos de procuração a devida autorização para tanto, sem o que as candidaturas não serão aceitas. Nos casos de procurações digitais, as mesmas deverão ser encaminhadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas para o e-mail indicado a saber, gerencia5@protel.com.br, acompanhadas do código de verificação ou QR Code respectivo, sem os quais não serão validadas para os fins a que se destinam. Cabe ressaltar que é de responsabilidade do proprietário da unidade autônoma, manter o cadastro atualizado junto à administradora. Desta forma, favor verificar se os dados da sua propriedade encontram-se atualizados e, no caso de haver mais de um proprietário, se ambos constam devidamente cadastrados. RJ, 02/04/2024. **Protel Administração Hoteleira.**

Alfredo Lopes de Souza Júnior - Diretor

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.
CNPJ/ME N° 18.593.815/0001-97
NIRE nº 33.3.0031102-5
Companhia Aberta de Capital Autorizado
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas da **PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2024, às 11:00 horas ("AGOE"), na **nova** sede da Companhia, na Avenida das Américas nº 3.434 salas 601 a 608, CEP 22640-102, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para deliberarem acerca das seguintes matérias: *Em Assembleia Geral Ordinária:* i. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, contendo as Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Comitê de Auditoria, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 (conforme Anexos I e II); ii. Examinar, discutir e votar a Proposta da Administração para destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 (conforme Anexo III); iii. Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia (conforme anexo IV). *Em Assembleia Geral Extraordinária: i. Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2024 (conforme Anexo V e VI); ii. Deliberar a alteração do Parágrafo 1º, do artigo 5º, do Estatuto Social da Companhia e consequentemente sua consolidação (Anexo VII).* **Informações Gerais:** Os acionistas encontrarão os documentos e informações obrigatórias, conforme previsto na Lei nº 6.404/1976 e na Resolução CVM nº 81/2022, e que são necessárias para melhor entendimento da matéria acima, além do Manual do Acionista para a AGOE, disponíveis no escritório da Companhia, na Avenida das Américas nº 3.434 salas 601 a 608, CEP 22640-102, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no seu site (www.ri.priner.com.br) e nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão (a "B3") (www.b3.com.br). Os acionistas, seus representantes legais ou procuradores, poderão participar da AGOE por meio de (i) voto à distância; ou (ii) presencialmente, munidos de documento de identidade com foto, comprovação de poderes e extrato de titularidade das ações, consoante artigo 126 da Lei 6.404/76 e Manual de Acionistas para a AGOE. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na AGOE deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei 6.404/76. Os acionistas pessoas jurídicas podem ser representados por meio de seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, de acordo com os seus atos constitutivos, não precisando, nesse caso, o procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado. A Companhia dispensa o reconhecimento de firma, a notarização e consularização de procurações, bem como a tradução juramentada no caso de procurações outorgadas no exterior. Para fins de melhor organização da AGOE, a Companhia solicita, nos termos do art. 8º do estatuto social da Companhia, o depósito prévio dos documentos necessários para participação na AGOE com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores. Ressalta-se que os acionistas poderão participar da AGOE ainda que não realizem o depósito prévio acima referido, bastando apresentarem os documentos na abertura da AGOE, conforme o disposto no art. 6º, § 2º, da RCVM 81/22. O acionista que desejar participar da AGOE por meio do sistema de votação à distância, nos termos da RCVM 81/22, deverá enviar o boletim de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, ao banco escriturador das ações ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes no Manual de Acionistas para a AGOE e no próprio boletim.

Pedro Henrique Chermont de Miranda
Presidente do Conselho de Administração

PROMAN

PRODUTORES ENERGÉTICOS DE MANSO S.A.
CNPJ/MF Nº 02.291.077/0001-93 - NIRE 33.3.0027784-6
COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO - REGISTRO CVM Nº 01923-2

EDITAL DE 1ª CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE ACIONISTAS

Ficam convidados os Srs. Acionistas da PRODUTORES ENERGÉTICOS DE MANSO S.A. – PROMAN, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a se realizar no dia 25 de abril de 2024, às 09:00 hs, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Jardim Botânico 674, sala 316, Jardim Botânico, Rio de Janeiro, RJ, para deliberar sobre as seguinte Ordens do Dia: (i) Tomar as Contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e (iii) Fixar a remuneração anual global da Administração. Nos termos da Resolução CVM nº 70/22, o percentual mínimo de participação no capital votante da Cia necessário à requisição do voto múltiplo é de 10% (dez por cento). Conforme estabelecido no artigo 14° do Estatuto Social desta Companhia, os acionistas que se fizerem representar por meio de procurador, deverão entregar o instrumento de procuração, constituído, na forma do parágrafo 1º do artigo 126 da Lei nº 6404/76, na sede da sociedade. Rio de Janeiro, 28 de março de 2024 Nanci Turibio Guimarães - Diretora Financeira e de Relações com Investidores

---

CARTÓRIO DA 6ª VARA CÍVEL DA REGIONAL DA BARRA DA TIJUCA/RJ

EDITAL DE CITAÇÃO - Com o prazo de vinte dias. O MM. Juiz de Direito, Dr.(a) Flavia de Almeida Viveiros de Castro - Juiz Titular, do Cartório da 6ª Vara Cível da Regional da Barra da Tijuca, Estado do Rio de Janeiro, FAZ SABER aos que o presente edital com o prazo de vinte dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Av. Luiz Carlos Prestes, s/nº 2º andar - CEP: 22775-055 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 3385-8817 - e-mail: btj06vciv@tjrj.jus.br, tramitam os autos da Execução de Título Extrajudicial - CPC - Despesas Condominiais/Condomínio em Edifício, nº 0016890-32.2021.8.19.0209, requerida por CONDOMÍNIO DUBAI DIAMOND III, em face de COTA 5000 INCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA. e CARLA VANESSA CELESTINO ALVES, alegando em síntese o seguinte: "CITAÇÃO DO EXECUTADO". Assim, pelo presente edital, CITA o executado COTA 5000 INCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA. na pessoa de seu REPRESENTANTE LEGAL CARLA VANESSA CELESTINO ALVES, que se encontra em lugar incerto e desconhecido, para no prazo de 3 (três) dias efetuar o pagamento da quantia de R$35.857,27 ou nomear bens à penhora, sob pena de lhes serem penhorados tantos bens quantos bastarem para garantia do débito. Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, 06 de março de 2024. Eu, Marcia Maria Fernandes - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/25157, digitei. E eu, Martha Rita de Cassia Echeverria Groberio Caldas - Escrivão - Matr. 01/25923, o subscrevo.

PRINER LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS S/A

CNPJ/MF nº24.566.534/0001-48

Relatório da Diretoria: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2023. Ficamos ao inteiro dispor, para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Rio de Janeiro, 03/04/2024.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2023 E 2022 (Em milhares de reais)

		31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1	5.683	712
Contas a receber	2	30.757	16.887
Contas a receber - Intercompany		349	93
Outros ativos circulantes		83	1.491
		36.872	**19.183**
Não Circulante			
Outros ativos não circulantes		42	42
Imobilizado e intangível	3	124.356	87.868
Direito de Uso		6.289	6.358
		130.687	**94.268**
Total do Ativo		**167.559**	**113.451**

Passivo e Patrimônio Líquido		31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores		7.674	3.081
Fornecedores - intercompany		1.017	5.657
Operações de Risco sacado		-	10.477
Duplicatas Descontadas		-	522
Arrendamento a pagar - Direito de uso (CPC 06 - R3)		912	1.064
Salários e Encargos Sociais		1.082	1.007
Tributos a Pagar		3.673	2.257
Dividendos a pagar		4.234	415
Outros passivos circulantes		295	24
		18.887	**24.504**
Não Circulante			
Arrendamento a pagar - Direito de uso (CPC 06 - R3)		5.966	5.760
Mutuo		3.004	21.990
Provisão para riscos trabalhistas		66	19
		9.036	**27.769**
Patrimônio Líquido			
Capital social	4	105.753	39.557
Reserva de lucros		33.884	21.621
Total do Patrimônio Líquido		**139.637**	**61.178**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**167.559**	**113.451**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Reservas de Lucros			
	Capital Social	Legal	Estatutária	Lucros líquidos/ (prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2021	**39.557**	**2.675**	**17.614**	-	**59.846**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.747	**1.747**
Constituição de reservas sobre o lucro líquido	-	88	1.244	(1.332)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(415)	**(415)**
	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	**39.557**	**2.763**	**18.858**	-	**61.178**
Aporte de capital	66.196	-	-	-	**66.196**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.082	**16.082**
Constituição de reservas sobre o lucro líquido	-	804	11.459	(12.263)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(3.819)	**(3.819)**
	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	**105.753**	**3.567**	**30.317**	-	**139.637**

NOTAS EXPLICATIVAS

A Priner Locação de Equipamentos S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de março de 2016, controlada pela Priner Serviços Industriais, com sede na Av. Geremários Dantas, 1400 loja 264 - Jacarepaguá - RJ, tendo como atividade principal a locação de ativos de equipamentos de acesso ou estruturais, plataformas de trabalho suspensa e habitáculos pressurizados. **Principais Práticas Contábeis**: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a legislação vigente para as S.A. As principais práticas estão resumidas a seguir: **Nota 1:** Caixa e equivalente de caixa: São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e outros afins. **Nota 2**: Contas a Receber: São reconhecidos pelo regime de competência quando da locação dos ativos. **Nota 3**: Imobilizado: Os ativos imobilizados são avaliados ao custo histórico deduzido de depreciação e perda por redução recuperável acumuladas, quando aplicável. Custo histórico inclui gastos diretamente atribuídos à aquisição dos bens do ativo imobilizado. As depreciações foram calculadas pelo método linear , com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens. **Nota 4**: O capital está representado por 105.752.476 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, já totalmente integralizadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31/12/2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita Líquida de Vendas e Serviços	94.963	59.351
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(59.551)	(42.448)
Lucro bruto	35.412	16.903
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(4.149)	(5.703)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	31.263	11.200
Resultado financeiro	(3.804)	(2.601)
Prejuízos (Lucro) antes do imposto de renda e da contribuição social	**27.459**	**8.599**
Correntes	(11.377)	(6.852)
Lucro (prejuízo) Líquido do período	**16.082**	**1.747**

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA EM 31/12/2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes dos impostos	**27.459**	**8.599**
Ajustes:		
Depreciação e amortização	13.339	12.728
Perda (ganho) na baixa de imobilizados e intangíveis	(2.646)	(779)
Encargos arrendamento mercantil	684	440
Provisão para riscos	47	18
(Reversão) Provisão para devedores duvidosos	47	433
Outros	(46)	42
Variação nos ativos e passivos:		
Contas a receber e intercompany	(14.172)	(3.798)
Outros ativos e despesas antecipadas	1.407	(1.375)
Fornecedores e intercompany	(49)	5.058
Operação de risco sacado	(10.477)	10.477
Salários e encargos sociais	75	558
Tributos a pagar	107	176
Outros passivos	271	23
Impostos pagos	(10.068)	(6.442)
Caixa Líquido Gerado Pelas Atividades Operacionais	5.978	26.158
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(47.767)	(44.400)
Caixa recebido na venda de imobilizado	1.701	1.023
Caixa Líquido Consumido Pelas Atividades de Investimentos	(46.066)	(43.377)
Fluxo de Caixa Proveniente das Atividades de Financiamento		
Aporte de capital	3.798	-
Dividendos pagos	-	(2.619)
Amortização arrendamento mercantil	(1.629)	(1.469)
Duplicatas Descontadas	(522)	522
Mútuo a pagar - partes relacionadas	43.412	20.681
Caixa Líquido Aplicado na Atividade de Financiamento	45.059	17.115
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalente de Caixa, Líquido	4.971	(104)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	712	816
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	5.683	712

Diretoria:
Tulio Cintra - Diretor Presidente. **Marcelo Gonçalves Costa -** Diretor Financeiro
Cintia Vieira Menezes Mendonça - Contadora - CRC RJ 126485/O-9

álya construtora s.a.

COMPANHIA FECHADA
CNPJ Nº 33.412.792/0001-60

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 da Álya Construtora S/A. A Administração agradece a todos que contribuíram para os resultados alcançados, especialmente a nossa equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação, aos fornecedores e prestadores de serviços pela qualidade e pontualidade e aos clientes pela credibilidade em nosso trabalho. Rio de Janeiro, 28 de março de 2024.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

		Consolidado		Controladora	
Ativo	**Notas**	**31.12.2023**	**31.12.2022**	**31.12.2023**	**31.12.2022**
Circulante:					
Caixa e equivalente de caixa	4	277.235	214.433	206.486	72.663
Contas a receber de clientes	5	138.950	273.473	112.637	277.204
Estoques	6	81.296	45.241	6.402	8.569
Imposto a compensar	7	58.417	179.954	41.807	156.713
Outras contas a receber	8	74.985	100.327	35.029	34.804
		630.883	813.428	402.361	549.953
Não Circulante:					
Realizável a longo prazo:					
Títulos e valores mobiliários		142.747	84.000	141.610	84.000
Contas a receber de clientes	5.a	826.566	1.047.421	820.066	1.047.401
Imposto a compensar	7	62.630	9.850	54.605	-
Partes relacionadas	12.a	277.945	-	29.214	-
Depósitos judiciais	16.b	65.570	68.465	64.137	67.552
Outras contas a receber	8	338.056	383.441	158.029	149.989
		1.713.514	1.593.177	1.267.661	1.348.942
Investimentos:					
Coligadas e controladas	9.a	63.453	74.240	808.530	911.766
Outros investimentos		3.783	3.861	3.743	3.821
Imobilizado	10.a	327.814	157.325	87.602	57.548
Intangível	10.b	33.020	32.763	32.481	32.487
		2.141.584	1.861.366	2.200.017	2.354.564
Total do ativo		2.772.467	2.674.794	2.602.379	2.904.517

		Consolidado		Controladora	
Passivo	**Notas**	**31.12.2023**	**31.12.2022**	**31.12.2023**	**31.12.2022**
Circulante:					
Fornecedores	11	204.185	131.910	134.367	87.435
Financiamentos	13	36.128	103.320	35.570	103.320
Obrigações fiscais, salários e encargos sociais	14	89.802	57.794	69.066	46.026
Outras contas a pagar	15	37.060	39.451	21.024	24.092
		367.175	332.475	260.027	260.873
Não Circulante:					
Financiamentos	13	339.097	316.218	338.762	316.218
Obrigações fiscais e sociais	14	33.682	53.045	31.154	50.321
Partes relacionadas	12.a	-	43.610	-	435.487
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.b	134.829	211.585	90.543	166.772
Provião para contingências	16.a	118.084	167.114	115.545	165.087
Provisão para perda em investimento	9.b	54.930	47.207	115.217	69.983
Outras contas a pagar	15	69.231	72.666	59.215	59.737
Receitas diferidas		86.981	51.096	74.493	50.986
		836.833	962.542	824.928	1.314.591
Patrimônio líquido:					
Capital social	17.a	2.517.926	2.265.248	2.517.926	2.265.248
Reserva de capital		751	751	751	751
Reserva de reavaliação	17.e	30.868	30.868	30.868	30.868
Prejuízos acumulados		(1.047.898)	(1.010.407)	(1.047.898)	(1.010.407)
Ajuste avaliação patrimonial		15.777	42.593	15.777	42.593
Participação de controladores		1.517.424	1.329.052	1.517.424	1.329.052
Participação de não controladores		51.035	50.725	-	-
		1.568.459	1.379.777	1.517.424	1.329.052
Total do passivo e patrimônio líquido		2.772.467	2.674.794	2.602.379	2.904.517

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ações)

		Consolidado		Controladora	
	Notas	**31.12.2023**	**31.12.2022**	**31.12.2023**	**31.12.2022**
Receita operacional líquida	18	1.227.134	880.522	970.676	697.621
Custos dos serviços prestados	19.a	(1.222.075)	(859.504)	(972.025)	(730.372)
Lucro/(Prejuízo) bruto		5.059	21.018	(1.349)	(32.751)
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas administrativas	19.b	(151.621)	(142.970)	(83.499)	(81.926)
Depreciações		(3.518)	(2.525)	(80)	(73)
Despesas tributárias		(3.006)	(2.786)	(1.407)	(1.098)
Resultado de equivalência patrimonial	9.c	376	(1.185)	(15.621)	83.521
Outros resultados operacionais	20	143.043	386.560	58.305	270.566
		(14.726)	237.093	(42.302)	270.991
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(9.667)	258.111	(43.650)	238.240
Receitas financeiras	21	106.615	140.827	75.989	123.963
Despesas financeiras	21	(169.135)	(227.539)	(131.441)	(201.379)
Resultado financeiro líquido		(62.520)	(86.712)	(55.452)	(77.416)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(72.187)	171.399	(99.102)	160.824
Contribuição social	22.a	(11.735)	(3.643)	(4.079)	-
Imposto de renda	22.a	(30.876)	(9.807)	(11.036)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.a	76.229	(64.900)	76.229	(64.900)
Lucro/(Prejuízo) do exercício		(38.568)	93.050	(37.989)	95.924
Lucro atribuído aos acionistas não controladores		580	2.874	-	-
Lucro/(Prejuízo) atribuido aos acionistas controladores		(37.989)	95.924	(37.989)	95.924
Lucro/(Prejuízo) por ação	17.d			(0,0225)	0,06328

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	**31.12.2022**	**31.12.2023**	**31.12.2022**
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(38.568)	93.050	(37.989)	95.924
Ajuste de conversão de investimento no exterior	(27.840)	(69.373)	(27.840)	(69.373)
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa	1.326	12.520	1.326	12.520
Ajuste de avaliação patrimonial	197	119	197	119
Resultado abrangente do exercício total	(26.317)	(56.734)	(64.306)	39.190

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

		Consolidado		Controladora	
Fluxo de Caixa das atividades operacionais	**Notas**	**31.12.2023**	**31.12.2022**	**31.12.2023**	**31.12.2022**
Lucro/(Prejuízo) do exercício		(38.568)	93.050	(37.989)	95.924
Ajustes ao resultado do exercício por:					
Depreciação e Amortização	10.c	35.458	11.236	6.859	8.107
Resultado de Equivalência Patrimonial	9.c	(376)	1.185	15.621	(83.521)
Resultado de não controladores		580	2.874	-	-
Constituição de tributos diferidos		(48.762)	62.557	(91.344)	62.557
Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidos.	12.b	(70.996)	(15.611)	(70.757)	(15.021)
Remuneração de debêntures	21	72.974	74.617	72.552	74.617
Provisão para contingência		(136.802)	-	(87.392)	-
Outros resultados		(3.386)	-	274	119
Perda residual do imobilizado baixado	10.c	58.546	20.063	1.354	1.591
Resultado do exercício ajustado		(131.331)	249.971	(190.822)	144.373
Diminuição (aumento) nas contas a receber		355.378	(32.963)	387.755	(81.276)
Diminuição (aumento) nos estoques		(36.056)	8.762	2.166	612
Diminuição (aumento) em impostos a compensar		68.757	(54.911)	61.617	(50.041)
Diminuição (aumento) outras contas a receber		14.876	(71.069)	(59.408)	(17.556)
Aumento (diminuição) partes relacionadas		(65.861)	266.534	(240.895)	264.959
Aumento (diminuição) fornecedores		72.276	7.271	46.932	(30.587)
Aumento (diminuição) salários, encargos e obrigações fiscais a pagar		(15.349)	(5.998)	18.988	(4.588)
Aumento (diminuição) outras contas a pagar		(18.972)	(25.453)	61.914	34.017
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades operacionais		243.718	342.144	88.248	259.912
Fluxo de Caixa das atividades de investimento					
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	10.c	(264.750)	(12.222)	(38.260)	(11.689)
Aquisição de controlada (líquido do caixa incluído na aquisição)	9.c	(4.132)	-	(4.132)	-
Dividendos recebidos	9.c	40.843	-	40.843	41.044
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		(228.039)	(12.222)	(1.550)	29.355
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de empréstimo/financiamento		47.123	(312.311)	47.124	(312.259)
Caixa líquido gerado pelas atividades do financiamento		47.123	(312.311)	47.124	(312.259)
(Redução)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa		62.802	17.611	133.823	(22.992)
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa:					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		214.433	196.822	72.663	95.655
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		277.235	214.433	206.486	72.663
(Redução)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa		62.802	17.611	133.823	(22.992)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	**Capital social**	**Reserva de capital Incentivos fiscais**	**Reserva de reavaliação**	**Prejuízos acumulados**	**Resultado abrangente**	**Ajuste de avaliação patrimonial**	**Total dos acionistas controladores**	**Partcipação dos acionistas não controladores**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2021		2.265.248	751	30.868	(1.106.828)	71.817	28.005	1.289.861	76.334	1.366.195
Participação dos não controladores		-	-	-	-	-	-	-	(28.483)	(28.483)
Ajuste de Avaliação Patrimonial (reflexa)	9.c	-	-	-	-	12.520	-	12.520	-	12.520
Ajuste de conversão de investimentos no exterior	9.c	-	-	-	-	(69.373)	-	(69.373)	-	(69.373)
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	498	-	(378)	119	-	119
Lucro do exercício		-	-	-	95.924	-	-	95.924	2.874	98.798
Saldos em 31 de dezembro de 2022		2.265.248	751	30.868	(1.010.407)	14.965	27.627	1.329.052	50.725	1.379.777
Aumento de Capital (AGE 29.12.2023)		252.678	-	-	-	-	-	252.678	(270)	252.408
Participação dos não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial (reflexa)	9.c	-	-	-	-	1.326	-	1.326	-	1.326
Ajuste de conversão de investimentos no exterior	9.c	-	-	-	-	(27.840)	-	(27.840)	-	(27.840)
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	498	-	(301)	197	-	197
Prejuízo do exercício		-	-	-	(37.989)	-	-	(37.989)	580	(37.409)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		2.517.926	751	30.868	(1.047.898)	(11.550)	27.326	1.517.424	51.035	1.568.459

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto Operacional: 1.1. Objeto social: A Álya Construtora S.A., (Álya e/ou Companhia) é uma companhia de capital fechado, constituída em 13 de abril de 1953, tem como atividade preponderante a execução de obras de engenharia em todos os seus ramos e especialidades sob o regime de empreitada, administração e operação, tais como: barragens, aeroportos, pontes, túneis, viadutos, usinas hidrelétricas, edifícios, estradas e, ainda, exerce outras atividades correlatas. **1.2. Operações da Companhia:** A Álya Construtora S.A. (Álya), e o conjunto de empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto, situadas no Brasil e no exterior, ao longo de 2023, desenvolveu regularmente suas atividades, promovendo as operações financeiras e securitárias inerentes à natureza dos seus serviços, atuando na indústria da construção civil, preponderantemente, nos segmentos: metroviário, de usinas hidrelétricas e barragens, executando pontes, túneis, viadutos e estradas. As subsidiárias diretas da Companhia, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.a e suas respectivas áreas de negócios no Brasil e exterior, podem ser assim resumidas: ***Álya Brasil:*** A Álya Construtora S.A., no exercício de 2023, desenvolveu regularmente suas atividades de execução de obras de infraestrutura. Com foco no desenvolvimento sustentável de seus negócios, atuou na indústria da construção civil pesada, preponderantemente na execução de relevantes e complexos projetos de infraestrutura, conforme destaques abaixo. Permaneceram em avanço neste período importantes obras de mobilidade urbana, como o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) na cidade de Santos - SP; a implantação do BRT Transbrasil na cidade do Rio de Janeiro e a continuidade das obras do Monotrilho da Linha 15 – Prata na capital paulista, contemplando a elaboração de projetos, execução de obras civis das vias elevadas, estações, pátios e implantação de sistemas. No estado da Paraíba, no âmbito do Projeto de Integração do Rio São Francisco para ampliação da infraestrutura hídrica no Nordeste Brasileiro, continuam em execução o contrato do Canal de Acauã na Vertente Litorânea do estado e as obras do Trecho IV - Ramal do Apodi, etapa final do Eixo Norte, que ampliará o abastecimento de água nas bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional chegando até ao estado do Rio Grande do Norte. Na Bahia seguem os trabalhos de conclusão das obras de melhorias urbanas e macrodrenagem pluvial para mitigação de enchentes nas cidades de Lauro de Freitas e Salvador. Destaca-se no exercício também a assinatura do contrato e execução das obras de infraestrutura viária e implantação de sistemas da Estação Ipiranga na linha 15-prata do Monotrilho na Capital Paulista; o contrato com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo para execução das obras de infraestrutura completa para as edificações habitacionais destinadas a população atingida pelas fortes chuvas na região de São Sebastião no litoral de São Paulo e a assinatura do contrato com o estado do Ceará para execução das obras na nova etapa do Cinturão das Águas que levará água para o sertão cearense representando um relevante aumento da segurança hídrica da importante região do Cariri. ***Álya Internacional:*** Em Honduras, seguimos aguardando a autorização do Contratante para início do aditivo contratual assinado em dezembro de 2021 (Modificação 12) no valor de USD 12 MM para serviços de reparação aos danos naturais ocorridos pelos Furacões Eta e Iota que atingiram consideravelmente a região onde o projeto se localiza. Depois de iniciados os trabalhos, a previsão de conclusão é de 12 meses. Esta estrada trata-se da Reabilitação da Estrada Los Ranchos – El Florido, o empreendimento com extensão de 36,6 km, previa a reciclagem do pavimento existente, a construção de novos pavimentos em concreto, 1 ponte e muros de terra armada para estabilização de falhas. O projeto foi desenhado para aumentar o fluxo comercial entre Honduras e Guatemala e o fluxo turístico na região de Copán Ruinas. Conta com financiamento do Banco Europeu de Investimento e do Banco Centro-americano de Integração Econômica. Na Argentina, a Álya com participação de 50%, segue a execução do Emisario Berazategui que contempla o saneamento de sistema fluvial do Rio La Plata. As obras incluem a elaboração de projetos, construção de estação de bombeamento, câmara de carga e do emissário submarino com 3 linhas de 7 km cada de tubulação em PEAD no Río La Plata. É um projeto de USD 305 MM o qual é 100% financiado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) com prazo de execução em 48 meses. Os trabalhos atuais contemplam a escavação de uma "*Dàrsena"* (Doca) para estocagem dos tubos que serão adquiridos e precisarão ser trabalhados antes de sua instalação. O projeto possui avanço físico de 5%. Também na Argentina, a Álya continua na construção do "Tunel de Zonda y sus accesos" na região de San Juan, ao noroeste do País. Com valor estimado de USD 60 milhões, a obra tem como objetivo aumentar o turismo na região, proporcionar um acesso mais curto e eficiente para a estrada interlagos e reduzir a distância e o custo "del Acueducto del Gran San Juan". Sua extensão é de 1.011 m perpendicular a serra do Marquesado e conta com 02 vías de acesso que totalizam 4,7 km. A obra tem previsão de conclusão em mar/25. As obras apresentam avanço físico de 22%. No Peru, segue avançando os aditivos contratuais adjudicados à Interoceânica Tramo 4, além da operação e manutenção do referido trecho que finalizará no ano de 2031. Estão em curso os projetos de construção do Túnel Ollachea, que apresenta um avanço físico de 98% sobre o valor de USD 52 MM; construção da via de evitamento Ollachea, que apresenta um avanço físico de 99% sobre o valor de USD 27 MM; O Contrato de Evitamento Ollachea compreende a construção de uma via elevado com extensão de 1,6 Km de extensão, todos com participação da Álya de 33%. Na Guiana a Álya segue na construção dos 121 km de estrada entre as cidades de Linden e Mabura Hill, incluindo a execução de 2 pontes de 20m de vão cada una. Dos USD 154 MM do contrato, mais de 25% já foram desembolsados. O projeto já conta com mais de 15 km da primeira capa do asfalto previsto (binder) e o planejamento indica a conclusão total para 2025. Esse contrato possui financiamento do CDB (Carribean Development Bank), UKCIF e recursos próprios do Governo Guianês. Na República Dominicana, segue-se a execução do Projeto de Azua, que contempla a reabilitação e ampliação do canal de Ysura, com propósito de levar água a todas as comunidades da região. Incorpora também a construção de reservatórios de água que servirão de abastecimento as comunidades em períodos de estiagem. O contrato inicial de USD 98 MM foi concluído em ago/23 e em out/23 foi assinado um aditivo por mais USD 25 MM a serem executados no ano de 2024. Também na República Dominicana, em conjunto com o sócio dominicano IDC, a Álya Construtora, com participação de 70%, concluiu o projeto básico da Hidroelétrica Artibonito na divisa com Haiti por um valor de USD 3.2 MM. Entregue em julho/23 para avaliação, seguimos à espera de sua aprovação e contratação das obras iniciais.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: 2.1. Base de preparação: a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações contábeis individuais, identificadas como Controladora, e as demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRSs") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. A Administração realiza periodicamente a análise da capacidade da Companhia e de suas controladas de permanecer executando contratos, cumprindo seu plano de crescimento e implementando ações para garantir seu equilíbrio econômico-financeiro. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas para divulgação pela Administração em 28 de março de 2024. **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (d). **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua ("Moeda Funcional"). A Moeda Funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real. 1. Transações e saldos em moedas estrangeira: As operações/transações financeiras e saldos em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado. 2. Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior: Os ativos e passivos destas controladas são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial, enquanto os saldos das demonstrações do resultado e fluxos de caixa são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício e os saldos das mutações do patrimônio líquido pelas taxas de câmbio históricas das respectivas transações. Os ajustes de conversão, compreendidos pela diferença entre as taxas de câmbio média e histórica, são registrados diretamente no resultado abrangente. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** Ao preparar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve neste exercício alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2023. **2.2. Demonstrações Contábeis Individuais:** As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Nas demonstrações contábeis individuais, as empresas controladas, empresas controladas em conjunto e empresas coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. **2.3. Demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 abrangem as da controladora Álya Construtora S.A. e as empresas controladas nas quais mantém participação conforme detalhamento apresentado na nota explicativa n° 9. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações: (i) dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; (ii) das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas; (iii) dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas e (iv) destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido. **2.4. Pronunciamentos, normas e interpretações contábeis que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estavam em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): • Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2) Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto; • Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante; • Alterações à IAS 1 Passivo Não Circulante com *Covenants*; • Alterações à IAS 7 e à IFRS 7 Acordos de Financiamento de Fornecedores; • Alterações à IFRS 16 Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback". A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alterações tenham um impacto

álya construtora s.a.

COMPANHIA FECHADA
CNPJ Nº 33.412.792/0001-60

significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. Reforma Tributária no Brasil**.** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC. A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

3 - Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos/exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **a) Apuração do resultado:** É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. **b) Instrumentos financeiros:** ***(i) Ativos financeiros não derivativos:*** A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia e de suas controladas incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***Caixa e equivalentes de caixa:*** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia e suas controladas possuem classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta-corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4. ***Empréstimos e recebíveis:*** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. ***Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:*** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. ***(ii) Passivos financeiros não derivativos:*** A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. ***(iii) Instrumentos financeiros derivativos:*** A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas não efetuam operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **c) Contas a receber:** Apresentadas ao valor contábil, não sendo aplicável o ajuste a valor presente. A Administração, fundamentada em análise dos históricos de perdas, constituiu provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos empréstimos a receber. As provisões são constituídas pelos montantes considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas, observando a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. A Companhia e suas controladas adotam como prática a provisão integral de contratos encerrados e não recebidos, e para as demais contas a receber com entidades públicas e privadas não encerradas não constitui provisão para perda esperadas. **d) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do Custo Médio de Aquisição e inclui gastos incorridos pela aquisição dos estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. **e) Investimentos:** Investimentos em controladas e coligadas, avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações contábeis das empresas investidas. Os resultados apurados estão demonstrados como resultado operacional na conta de resultado de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis das controladas e coligadas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir. Controladas são aquelas que de forma direta ou indireta, a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para a obtenção de benefícios de suas atividades normalmente acompanhadas de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital votante). Coligadas são investimentos onde a companhia tem o poder de exercer uma influência significativa, mas em que não detém o controle ou o controle conjunto através da participação nas decisões financeiras e operacionais da Companhia. O uso do método da equivalência patrimonial é suspenso a partir da data em que a Companhia deixar de ter influência significativa sobre a coligada. As demonstrações contábeis das controladas e coligadas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir. **f) Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Os itens do imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança das estimativas contábeis. **g) Intangível:** É representado por gastos com aquisição de *softwares* e registro de logomarca. As taxas de amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos. **h) Redução ao valor recuperável de não financeiros (*impairment*):** Ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. A cada encerramento do exercício, a Companhia e as suas controladas revisam os saldos dos ativos, investimentos e intangíveis, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. **i) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):** A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no regime de Lucro real. A base de cálculo compreende o imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social (“CSLL”). O imposto de renda é computado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para o excedente de R$ 240 anual, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência. Conforme facultado pela legislação tributária, algumas controladas optaram pelo regime de Lucro Presumido, o qual estabelece um percentual de presunção sobre as receitas tributáveis e se aplicam as alíquotas regulares de imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis e são determinados usando alíquotas de imposto (base a legislação fiscal) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. **j) Provisões: *(i) Geral*:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. ***(ii) Contingências:*** As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Os passivos contingentes são avaliados pela Administração com o apoio dos assessores legais da Companhia e de suas controladas, onde aqueles considerados como provável o risco de perda, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados nas notas explicativas. **k) Reconhecimento de receita:** A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, reclamações e pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. Receitas diferidas: O resultado das obras de curto prazo está registrado em Receitas Diferidas. O reconhecimento em conta de resultado é feito por ocasião do encerramento da obra. **l) Contratos de arrendamento:** Em 1º de janeiro de 2019 entrou em vigor o CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1)), estabelecendo os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e introduzindo um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso, que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado, em contrapartida de um passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A norma incluiu duas isenções de reconhecimento para os arrendatários: arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). A Companhia e suas controladas não identificaram efeitos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 como consequência da aplicação desta norma. **m) Resultado básico por ação:** A Companhia e suas controladas efetuam os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação. O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro/prejuízo do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação. **n) Demonstração dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

4. Caixa e Equivalente de Caixa

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Caixa	181	81	101	49
Depósitos bancários à vista	223.458	110.278	190.264	54.840
Aplicações financeiras – renda fixa *(i)*	52.934	103.412	15.459	17.112
Outros títulos	662	662	662	662
	277.235	214.433	206.486	72.663

(i) As aplicações financeiras estão representadas basicamente por títulos de renda fixa (operações compromissadas, CDBs, e fundos de investimentos). Estas aplicações estão mantidas em instituições financeiras de primeira linha no país e no exterior, através da própria Companhia e de suas controladas, e apresentaram em média rentabilidade de 100% do CDI em 31.12.2023 (101% do CDI para 31.12.2022).

5. Contas a receber de clientes

	Consolidado		Controladora	
Por atividade	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Produtos Minerais	4.003	3.683	-	-
Construção Civil	221.445	316.323	111.316	217.835
Outros	49.462	84.796	1.321	59.369
(-) Adiantamento cliente	(135.960)	(131.329)	-	-
Total circulante	138.950	273.473	112.637	277.204
Não circulante *(a)*	826.566	1.047.421	820.066	1.047.401
Total	965.516	1.320.081	932.703	1.323.792

	Consolidado		Controladora	
Por vencimento	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Vencido há mais que 180 dias	44.936	10.734	29.351	18.925
Vencido até 180 dias	19.715	1.970	49	-
A vencer até 30 dias	72.884	67.410	83.237	67.396
A vencer mais que 90 dias	1.415	193.359	-	190.883
Total circulante	138.950	273.473	112.637	277.204

(a) Os valores apresentados em 31 de dezembro de 2023 no montante de R$ 826.566 (R$1.047.421 em 31 de dezembro de 2022) são representados basicamente por ações transitadas em julgado e constituídos, portanto, por precatórios devidamente inscritos, e execuções judiciais da Álya. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas de crédito.

6. Estoques

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Almoxarifado *(i)*	52.016	5.011	2.595	4.037
Produtos Acabados *(ii)*	25.473	35.698	-	-
Mercadorias para revenda	3.807	3.808	3.807	3.808
Outros	-	724	-	724
	81.296	45.241	6.402	8.569

(i) Representado por material de uso, consumo e reposição de peças.
(ii) Representado por produtos das áreas de siderurgia e mineração para venda.

7. Impostos a Compensar: a) Circulante

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
IRRF a compensar *(i)*	2.216	10.565	-	-	261	468	-	-
IRPJ a recuperar *(ii)*	6.901	70.246	-	-	1.352	68.612	-	-
CSLL a recuperar *(ii)*	3.487	1.689	-	-	3.487	1.681	-	-
INSS a compensar *(iii)*	14.456	12.881	-	-	14.456	12.881	-	-
ISS a compensar	932	1.474	-	-	1.033	1.474	-	-
ICMS a recuperar	5.815	5.814	-	-	5.671	5.669	-	-
Reintegra – Lei 12.546/11	13.387	13.387	-	-	13.387	13.387	-	-
IVA/IGV/Selo *(iv)*	10.966	9.819	-	-	-	-	-	-
IPI a recuperar	-	617	-	-	-	-	-	-
COFINS a compensar *(v)*	257	16.470	-	-	23	15.549	-	-
Imposto Retido na Fonte *(v)*		36.992	-	-	-	36.992	-	-
IR pago no exterior *(vi)*	-	-	62.630	9.850	-	-	54.605	-
	58.417	179.954	62.630	9.850	41.807	156.713	54.605	-

(i) **IRRF a compensar – R**refere-se basicamente a Imposto de Renda Retido na Fonte de aplicações financeiras e de outras retenções. ***(ii)*** **IRPJ/CSLL a recuperar –** Refere-se basicamente ao Imposto de Renda e Contribuição social retidos na fonte sobre os faturamentos da Companhia e suas controladas contra seus clientes, ***(iii)*** **INSS a compensar** - Refere-se basicamente a retenção sobre faturamento dos encargos de previdência social. ***(iv)*** **IVA/IGV** - Refere-se basicamente a impostos locais retidos nas Sucursais/empresas no exterior. ***(v)*** Recebimento de título com retenção de COFINS e IRRF em nome da Companhia, que provisionado em conta judicial contra o estado de Alagoas, conforme nota explicativa nº 20. Esta decisão foi proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado. ***(vi)*** Imposto de Renda pago no exterior por coligada/controlada investida pela Companhia. Só é utilizado para compensação quando da adição ao Lucro Real do resultado tributável das investidas no exterior, conforme legislação vigente.

8. Outras Contas a Receber

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Consórcios *(i)*	734	96	275.062	282.518	-	-	156.231	149.989
Adiantamento a funcionário	15.915	16.193	24	-	15.908	16.076	-	-
Cauções	5.418	6.033		-	5.418	6.033	-	-
Estoque	-	-	2.985	-	-	-	-	
Créditos com parceiros *(ii)*	22.926	34.690	31.777	28.349	-	-	-	-
Despesas Antecipadas *(iii)*	22.943	16.631	1.795	-	13.703	12.695	1.798	-
Venda de ativos *(iv)*	-	24.000	25.880	72.000	-		-	
Outros créditos	7.049	2.684	533	574	-	-	-	-
	74.985	100.327	330.056	383.441	35.029	34.804	158.029	149.989

(vii) Refere-se a desequilíbrio financeiro nos aportes das consorciadas no consórcio afetando o conta corrente entre as consorciadas. ***(viii)*** Refere-se à investida QGI Brasil, e Sucursais, que têm créditos com outras empresas no exterior, não pertencentes ao grupo econômico. ***(ix)*** Controladora – O saldo refere-se basicamente a prêmio de seguros diversos, com prazo de vigência de 12 meses. O montante de 25.880 refere-se ao contas a receber da Agropecuária Rio Aratau, relativo à venda de todos os seus ativos (terras, máquinas, instalações, animais de produção), no valor total de R$ 176.442 a terceiros.

9. Participações em Sociedades Controladas e Coligadas: O quadro abaixo apresenta a composição do saldo do investimento em controladas, coligadas e empreendimento controlados em conjunto.

a) Investimentos	Participação	31.12.2022	Dividendos	V. cambial	A.A.P	Aporte/baixa	R.E.P	Prov. perda	31.12.2023
QUEIROZ PETRO S/A	40,59%	42	-	-	-	-	(13)	-	29
NEDL CONSTRUÇÕES	14,60%	1.518	-	-	-	155	(114)	-	1.559
Brasil não consolidados		**1.560**	**-**	**-**	**-**	**155**	**(127)**	**-**	**1.588**
CONSTRUCTORA SUR	33,33%	307	-	(14)	-	-	(3.601)	3.308	-
INTERSUR CONCESSIONES	33,33%	27.283	(10.311)	(1.208)	-	-	7.764	-	23.528
OPERADORA SURPERU	33,33%	14.764	(8.036)	(653)	-	-	2.308	-	8.383
CONS. ARTIBONITO	70,00%	607	-	(62)	(255)	-	11	-	301
Exterior não consolidados		**42.961**	**(18.347)**	**(1.937)**	**(255)**	**-**	**6.482**	**3.308**	**32.212**
Investimentos não consolidado (i)		**44.521**	**(18.347)**	**(1.937)**	**(255)**	**155**	**6.355**	**3.308**	**33.800**
GUARANY SIDERURGIA	100,00%	41.270	-	-	-	(7)	90.571	-	131.834
AGROP RIO ARATAU	100,00%	159.381	(80.985)	-	-	-	(30.062)	-	48.334
QUEIROZ MINERAÇÃO	100,00%	9.915	-	-	-	-	8.045	-	17.960
FRONTIS CONSTRUÇÕES	100,00%	203	-	-	(83)	1.621	(1.799)	58	-
TRANSPORT GUARANY	100,00%	3.884	-	-	-	-	(464)	-	3.420
QUEIROZ G. P CONCESSÕES	100,00%	1.980	-	-	-	800	911	-	3.691
QGI BRASIL S/A	67,55%	102.039	-	-	21	1.486	(859)	-	102.687
Brasil consolidados		**318.672**	**(80.985)**	**-**	**(62)**	**3.900**	**66.343**	**58**	**307.926**
TIQUE INVEST. HOLDING	100,00%	317.933	-	(22.935)	-	-	(17.731)	-	277.267
SUCURSAL PANAMÁ	100,00%	307	-	(22)	-	-	(17)	-	268
SUCURSAL R. DOMENICANA	100,00%	77.348	(69.161)	(843)	-	-	16.517	-	23.861
SUCURSAL GANA	100,00%	29.021	(22.496)	(6.165)	-	-	(4.701)	4.341	-
SUCURSAL ARGENTINA	100,00%	1.560	-	(1.243)	669	1.737	(23.937)	21.214	-
SUCURSAL PERU	100,00%	57.478	-	3.618	529	54.190	(7.486)	-	108.329
SUCURSAL HONDURAS	100,00%	9.217	-	(690)	-	-	(694)	-	7.833
SUCURSAL CHILE	100,00%	7.317	-	(709)	-	-	206	-	6.814
SUCURSAL GUIANA	100,00%	40	-	7.698	-	-	(37.501)	29.763	-
EXP HIDREL 5 DE NOVIEMBR	100,00%	13.351	-	(963)	-	-	(11)	-	12.377
CONSTRUCTORA RECIFE SAC	100,00%	21.888	-	(969)	957	-	(3.198)	-	18.678
QGI OIL GAS CONTRACTORS	80,00%	13.113	-	(1.736)	-	-	-	-	11.377
Exterior consolidados		**548.573**	**(91.657)**	**(24.959)**	**2.155**	**55.927**	**(78.553)**	**55.318**	**466.804**
Consolidados		**867.245**	**(172.642)**	**(24.959)**	**2.093**	**59.827**	**12.210**	**55.376**	**774.730**
Total do investimento		**911.766**	**(190.989)**	**(26.896)**	**1.838**	**59.982**	**(5.855)**	**58.684**	**808.530**
b) Provisão perda investimento									
QUIP S/A	29,75%	(19.311)	-	-	(470)	-	(4.494)	-	(24.276)
QUEIROZ GALVÃO ZCS	25,00%	(146)	-	-	3	-	(17)	-	(159)
SUCURSAL LÍBIA	100,00%	(13.927)	-	754	-	2.500	(511)	-	(11.184)
CONSTRUCTORA SUR	33,33%	-	-	-	-	-	-	(3.308)	(3.308)
CONS. VIAL BIOCEÂNICO	50,00%	(13.824)	-	847	-	-	(3.027)	-	(16.004)
Não consolidado (i)		**(47.208)**	**-**	**1.601**	**(467)**	**2.500**	**(8.049)**	**(3.308)**	**(54.931)**
QUEBEC	65,00%	(647)	-	-	-	-	(86)	-	(733)
FRONTIS CONSTRUÇÕES	100,00%	-	-	-	-	-	-	(58)	(58)
SUCURSAL GUIANA	100,00%	-	-	-	-	-	-	(29.763)	(29.763)
SUCURSAL ARGENTINA	100,00%	-	-	-	-	-	-	(21.214)	(21.214)
SUCURSAL BOLÍVIA	94,78%	(5.385)	-	(2.728)	-	6.264	1.612	-	(241)
SUCURSAL GANA	100,00%	-	-	-	-	-	-	(4.341)	(4.341)
SUCURSAL ANGOLA	100,00%	(16.045)	-	217	-	15.831	(2.285)	-	(2.282)
SUCURSAL PARAGUAI	100,00%	(698)	-	43	(45)	-	(958)	-	(1.658)
Consolidados		**(22.775)**	**-**	**(2.468)**	**(45)**	**22.095**	**(1.717)**	**(55.376)**	**(60.287)**
Total da provisão perda investimentos		**(69.983)**	**-**	**(867)**	**(512)**	**24.595**	**(9.766)**	**(58.684)**	**(115.217)**
c) Movimentação investimento em 2023			**(190.989)**	**(27.763)**	**1.326**	**84.577**	**(15.621)**	**-**	

álya construtora s.a.

COMPANHIA FECHADA
CNPJ Nº 33.412.792/0001-60

Investimentos não consolidados

a) Investimentos	Participação	R.E.P	Investimentos
QUEIROZ PETRO S/A	40,59%	(13)	29
NEDL CONSTRUÇÕES	14,60%	(114)	1.559
CONSTRUCTORA SUR	33,33%	(3.601)	-
INTERSUR CONCESSIONES	33,33%	7.764	23.528
OPERADORA SURPERU	33,33%	2.308	8.383
CONS. ARTIBONITO	70,00%	11	301
QGI BRASIL	-	-	27.480
CRB	-	2.070	2.173
Total do investimento não consolidado		**8.425**	**63.453**
b) Provisão para perda em investimento			
QUIP S/A	25,00%	(4.494)	(24.275)
QUEIROZ GALVÃO ZCS	29,75%	(17)	(159)
SUCURSAL LÍBIA	100,00%	(511)	(11.184)
CONSTRUCTORA SUR	33,33%	-	(3.308)
CONS. VIAL BIOCEÂNICO	50,00%	(3.027)	(16.004)
Total da perda não consolidada		**(8.049)**	**(54.930)**
Total da Equivalência não consolidada		**(376)**	

c) Composição dos investimentos em 31.12.2022:

d) Investimentos	Participação	31.12.2021	Dividendos	V. cambial	A.A.P	Aporte/baixa	R.E.P	Prov. perda	31.12.2022
QUEIROZ GALVÃO ZCS	25,00%	19.733	-	-	-	-	(19.879)	146	-
QUEIROZ PETRO S/A	40,59%	56	-	-	-	-	(13)	-	42
NEDL CONSTRUÇÕES	14,60%	1.511	-	-	(11)	150	(132)	-	1.518
Brasil não consolidados		**21.300**	**-**	**-**	**(11)**	**150**	**(20.025)**	**146**	**1.560**
CONSTRUCTORA SUR	33,33%	324	-	(6)	-	-	(11)	-	307
INTERSUR CONCESSIONES	33,33%	38.818	(29.554)	(637)	18	-	18.638	-	27.283
OPERADORA SURPERU	33,33%	2.073	(2.373)	(34)	-	-	15.098	-	14.764
CONS. VIAL BIOCEÂNICO	50,00%	5.986	-	(753)	(49)	-	(19.008)	13.824	-
CONS. ARTIBONITO	70,00%	76	-	(3)	(95)	-	629	-	607
RIG OIL GAS CONTRACTORS	25,48%	3.781	-	-	(3.781)	-	-	-	-
Exterior não consolidados		**51.058**	**(31.927)**	**(1.433)**	**(3.907)**	**-**	**15.346**	**13.824**	**42.961**
Investimentos não consolidado (i)		**72.358**	**(31.927)**	**(1.433)**	**(3.918)**	**150**	**(4.679)**	**13.970**	**44.521**
GUARANY SIDERURGIA	100,00%	54.918	-	-	15	-	(13.663)	-	41.270
AGROP RIO ARATAU	100,00%	8.810	-	-	(304)	-	150.875	-	159.381
QUEIROZ MINERAÇÃO	100,00%	10.302	-	-	-	-	(387)	-	9.915
FRONTIS CONSTRUÇÕES	100,00%	63	-	-	(23)	173	(10)	-	203
LOCAV LOCADORA	50,00%	21.706	(9.117)	-	-	(23.750)	11.161	-	-
TRANSPORT GUARANY	100,00%	3.722	-	-	131	-	31	-	3.884
QUEIROZ G. PARTICP. CONCESSÕES	100,00%	-	-	-	460	4.588	(3.068)	-	1.980
QGI BRASIL S/A	67,55%	107.790	-	-	-	-	(5.751)	-	102.039
Brasil consolidados		**207.311**	**(9.117)**	**-**	**279**	**(18.989)**	**139.188**	**-**	**318.672**
TIQUE INVEST. HOLDING	100,00%	344.831	-	(22.419)	-	-	(4.479)	-	317.933
SUCURSAL PANAMÁ	100,00%	378	-	(25)	-	-	(46)	-	307
SUCURSAL R. DOMENICANA	100,00%	72.738	-	(3.574)	-	-	8.184	-	77.348
SUCURSAL GANA	100,00%	51.614	-	(21.824)	-	-	(769)	-	29.021
SUCURSAL ARGENTINA	100,00%	35.414	-	(16.167)	3.901	-	(21.588)	-	1.560
SUCURSAL PERU	100,00%	66.590	-	(1.093)	(2.836)	-	(5.183)	-	57.478
SUCURSAL HONDURAS	100,00%	12.901	-	(987)	-	-	(2.697)	-	9.217
SUCURSAL CHILE	100,00%	7.400	-	(498)	-	-	415	-	7.317
SUCURSAL GUIANA	100,00%	-	-	-	-	-	40	-	40
EXP HIDREL 5 DE NOVIEMBR	100,00%	14.638	-	(952)	-	-	(335)	-	13.351
CONSTRUCTORA RECIFE SAC	100,00%	24.550	-	(403)	1.205	-	(3.464)	-	21.888
QGI OIL GAS CONTRACTORS	80,00%	13.115	-	-	-	-	(2)	-	13.113
Exterior consolidados		**644.169**	**-**	**(67.942)**	**2.270**	**-**	**(29.924)**	**-**	**548.573**
Consolidados		**851.480**	**(9.117)**	**(67.942)**	**2.549**	**(18.989)**	**109.264**	**-**	**867.245**
Total do investimento		**923.838**	**(41.044)**	**(69.375)**	**(1.369)**	**(18.839)**	**104.585**	**13.970**	**911.766**
e) Provisão perda investimento									
QUIP S/A	29,75%	(14.626)	-	-	-	-	(4.685)	-	(19.311)
QUEIROZ GALVÃO ZCS	25,00%	-	-	-	-	-	-	(146)	(146)
SUCURSAL LÍBIA	100,00%	(14.169)	-	714	-	-	(472)	-	(13.927)
CONS. VIAL BIOCEÂNICO	50,00%	-	-	-	-	-	-	(13.824)	(13.824)
não consolidado (i)		**(28.795)**	**-**	**714**	**-**	**-**	**(5.157)**	**(13.970)**	**(47.208)**
QUEBEC	65,00%	(619)	-	-	-	-	(28)	-	(647)
SUCURSAL BOLÍVIA	94,78%	(3.927)	-	277	-	-	(1.735)	-	(5.385)
SUCURSAL ANGOLA	100,00%	(1.715)	-	(72)	-	-	(14.258)	-	(16.045)
SUCURSAL PARAGUAI	100,00%	(928)	-	116	-	-	114	-	(698)
Consolidados		**(7.189)**	**-**	**321**	**-**	**-**	**(15.907)**	**-**	**(22.775)**
Total da provisão perda investimentos		**(35.984)**	**--**	**1.035**	**-**	**-**	**(21.064)**	**(13.970)**	**(69.983)**
f) Movimentação investimento em 2022			**(41.044)**	**(68.340)**	**(1.369)**	**(18.369)**	**83.521**	**-**	

10. Imobilizado

Consolidado

a) Imobilizado	Vida útil Estimada	Custo de aquisição em 2023 Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Saldo final
Equipamento de Campo	10	259.787	57.594	(79.551)	237.830
Construções Civis	25	24.049	198	(672)	23.575
Instalações	25	58.520	8.550	(53.147)	13.923
Equipamento de Oficina	10	34.003	5.859	(4.649)	35.213
Imobilizado em curso	-	-	1.321	-	1.321
Terrenos	-	77.272	126.917	(30.000)	174.189
Veículos	20	136.151	49.629	(31.378)	154.402
Outros Imobilizados	10	13.161	3.051	(3.158)	13.054
Máquinas, Aparelhos	10	29.794	11.301	(14.555)	26.540
Total do custo de aquisição		632.737	264.420	(217.110)	680.047

		Depreciação acumulada em 2023 Saldo inicial	Depreciação	Baixas	Saldo final
Equipamento de Campo	10	(248.273)	(10.909)	79.199	(179.983)
Construções Civis	25	(13.269)	(74)	249	(13.094)
Instalações	25	(29.744)	(2.475)	25.814	(6.405)
Equipamento de Oficina	10	(30.566)	(4.001)	4.916	(29.651)
Veículos	20	(132.949)	(7.319)	39.913	(100.355)
Outros Imobilizados	10	(7.903)	(7.837)	2.970	(12.770)
Máquinas, Aparelhos	10	(12.708)	(2.785)	5.518	(9.975)
Total do custo de aquisição		(475.412)	(35.400)	158.579	(352.233)
Total do imobilizado líquido		157.325		(58.531)	327.814

b) Intangível	Vida útil Estimada	Custo de aquisição em 2023 Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Saldo final
Marca e tecnologia	-	31.945	-	-	31.945
Acervo técnico	-	204	307	-	511
Software	10	10.699	23	(200)	10.522
Total do custo		42.848	330	(200)	42.978

	Amortização acumulada em 2023 Saldo final	Amortização	Baixas	Saldo final
Software	(10.085)	(58)	185	(9.958)
Total da amortização	(10.085)	(58)	185	(9.958)
Total do intangível líquido	32.763	-	(15)	33.020

Movimentação do Ativo imobilizado e intangível em 2023

	Aquisições	Depreciação/Amortização	Baixas
Imobilizado	264.420	(35.400)	(58.531)
Intangível	330	(58)	(15)
Totais	264.750	(35.458)	(58.546)

c) Imobilizado	Vida útil Estimada	Custo de aquisição em 2022 Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Saldo final
Equipamento de Campo	10	340.317	2.530	(83.060)	259.787
Construções Civis	25	34.109	22	(10.082)	24.049
Instalações	25	61.978	281	(3.739)	58.520
Equipamento de Oficina	10	45.419	2.769	(14.185)	34.003
Terrenos	-	48.280	30.119	(1.127)	77.272
Imobilização em Curso	10	152	-	(152)	-
Veículos	20	203.007	2.690	(69.546)	136.151
Outros Imobilizados	10	36.459	242	(23.540)	13.161
Pastagens, Florestas	-	2.232	-	(2.232)	-
Animais de Produção	-	3.394	-	(3.394)	-
Máquinas, Aparelhos	10	32.603	3.473	(6.282)	29.794
Total do custo de aquisição		807.950	42.126	(217.339)	632.737

	Vida útil Estimada	Depreciação acumulada em 2022 Saldo inicial	Depreciação	Baixas	Saldo final
Equipamento de Campo	10	(329.138)	(1.631)	82.496	(248.273)
Construções Civis	25	(20.514)	(1.055)	8.300	(13.269)
Instalações	25	(16.433)	(1.074)	(12.237)	(29.744)
Equipamento de Oficina	10	(41.278)	(1.045)	11.757	(30.566)
Imobilização em Curso	10	(152)	-	152	-
Veículos	20	(198.888)	(1.643)	67.582	(132.949)
Outros Imobilizados	10	(24.833)	(1.088)	18.018	(7.903)
Pastagens, Florestas	-	(2.232)	-	2.232	-
Animais de Produção	-	(2.801)	-	2.801	-
Máquinas, Aparelhos	10	(25.224)	(3.682)	16.198	(12.708)
Total do custo de aquisição		(661.493)	(11.218)	197.299	(475.412)
Total do imobilizado líquido		146.457	30.908	(20.040)	157.325

d) Intangível		Custo de aquisição em 2022 Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Saldo final
Marca e tecnologia	-	31.945	-	-	31.945
Acervo técnico	-	156	48	-	204
Software	10	10.747	48	(96)	10.699
Total do custo		42.848	96	(96)	42.848

	Amortização acumulada em 2022 Saldo inicial	Amortização	Baixas	Saldo final
Software	(10.140)	(18)	73	(10.085)
Total da amortização	(10.140)	(18)	73	(10.085)
Total do intangível líquido	32.708	78	(23)	32.763

Controladora

a) Imobilizado	Vida útil Estimada	Custo de aquisição em 2023 Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Saldo final
Equipamento de Campo	10	246.175	9.360	(66.919)	188.616
Construções Civis	25	22.399	198	(43)	22.554
Instalações	25	4.059	54	-	4.113
Equipamento de Oficina	10	30.853	2.597	(2.717)	30.733
Terrenos	-	29.048	-	-	29.048
Veículos	20	116.194	25.930	(25.640)	116.484
Outros Imobilizados	10	2.141	98	(829)	1.410
Total do custo de aquisição		450.869	38.237	(96.148)	392.958

		Depreciação acumulada em 2023 Saldo inicial	Depreciação	Baixas	Saldo final
Equipamento de Campo	10	(234.378)	(3.867)	66.511	(171.734)
Construções Civis	25	(12.157)	(19)	(753)	(12.929)
Instalações	25	(3.541)	(283)	38	(3.786)
Equipamento de Oficina	10	(26.759)	(1.521)	3.002	(25.278)
Veículos	20	(114.564)	(1.045)	25.260	(90.349)
Outros Imobilizados	10	(1.921)	(109)	750	(1.280)
		(393.320)	(6.845)	94.808	(305.356)
		57.548		**(1.340)**	**87.602**

b) Intangível	Vida útil Estimada	Custo de aquisição em 2023 Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Saldo final
Marcas e Tecnologias		31.945	-	-	31.945
Software		931	23	(200)	754
Total do custo		32.876	23	(200)	32.699

	Amortização acumulada em 2023 Saldo inicial	Amortização	Baixas	Saldo final
Software	(389)	(14)	185	(218)
	(389)	**(14)**	185	(218)
Total do intangível líquido	**32.487**		**(15)**	**32.481**

c) Movimentação do Ativo imobilizado e intangível em 2023

	Aquisições	Depreciação/Amortização	Baixas
Imobilizado	38.237	(6.845)	(1.340)
Intangível	23	(14)	(15)
Totais	38.260	(6.859)	(1.355)

a) Imobilizado	Vida útil Estimada	Custo de aquisição em 2022 Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Saldo final
Equipamento de Campo	10	311.915	7.634	(73.374)	246.175
Construções Civis	25	24.013	22	(1.636)	22.399
Instalações	25	5.579	279	(1.799)	4.059
Equipamento de Oficina	10	41.859	2.705	(13.711)	30.853
Terrenos	-	27.375	119	1.554	29.048
Veículos	20	153.343	730	(37.879)	116.194
Outros Imobilizados	10	4.174	152	(2.186)	2.141
Total do custo de aquisição		568.258	11.641	(129.031)	450.868

		Depreciação acumulada em 2022 Saldo inicial	Depreciação	Baixas	Saldo final
Equipamento de Campo	10	(302.854)	(4.956)	73.432	(234.378)
Construções Civis	25	(11.384)	(773)	-	(12.157)
Instalações	25	(4.649)	(613)	1.721	(3.541)
Equipamento de Oficina	10	(37.923)	(1.559)	12.723	(26.759)
Veículos	20	(152.005)	(42)	37.483	(114.564)
Outros Imobilizados	10	(3.858)	(146)	2.083	1.921)
		(512.673)	(8.089)	127.442	(393.320)
		55.585	**3.552**	**(1.589)**	**57.548**

b) Intangível	Custo de aquisição em 2022 Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Saldo final
Marcas e Tecnologias	31.945	-	-	31.945
Software	979	48	(96)	931
Total do custo	32.924	48	(96)	32.876

	Amortização acumulada em 2022 Saldo inicial	Amortização	Baixas	Saldo final
Software	(465)	(18)	94	(389)
	(465)	(18)	94	(389)
Total do intangível líquido	**32.459**	**30**	**(2)**	**32.487**

11. Fornecedor

	Consolidado 31.12.2023	31.12.2022	Controladora 31.12.2023	31.12.2022
Fornecedor no Brasil	139.116	93.260	134.367	87.435
Subempreiteiros	16.962	15.485	-	-
Fornecedor no Exterior	48.107	23.165	-	-
	204.185	131.910	134.367	87.435

12. Partes Relacionadas: a) Os mútuos com empresas ligadas, não tem prazo definido e nem remuneração prevista. Os saldos oriundos de mútuos e transações com empresas ligadas são:

	Consolidado 31.12.2023 Receber	 Pagar	 31.12.2022 Receber	 Pagar	Controladora 31.12.2023 Receber	 Pagar	 31.12.2022 Receber	 Pagar
Queiroz Galvão S.A. (i)	19.592	-	-	(241.118)	11.293	-	-	(241.118)
Queiroz Galvão Negócios	-	(4.934)	-	(98.880)	-	-	-	(98.880)
CQG Oil & Gas	38.578	-	44.460	-	-	-	-	-
CQG Off Shore	126.604	-	158.710	-	695	-	-	-
QUIP S/A	59.225	-	56.502	-	59.225	-	56.502	-
Estaleiro Atlântico Sul	16.105	-	6.776	-	6.878	-	6.776	-
Operações com o exterior	9.573	-	32.089	-	-	(47.193)	-	(184.368)
Queiroz Petro	-	-	-	(8.824)	-	(8.824)	-	(8.824)
Queiroz Galvão Des. Imobiliário	13.202	-	6.675	-	7.344	-	6.675	-
Agropecuária Rio Aratau (i)	-	-	-	-	-	-	-	(19.924)
QGI Oil & Gas	-	-	-	-	-	-	11.046	-
Queiroz Galvão Mineração	-	-	-	-	-	-	16.133	-
Locav	-	-	-	-	-	-	-	(27.758)
Frontis Const. Montagens	-	-	-	-	-	-	47.734	-
Outras partes ligadas	-	-	-	-	-	(204)	519	-
Subtotal	282.879	(4.934)	305.212	(348.822)	85.435	(56.221)	145.385	(580.872)

	Consolidado 31.12.2023	31.12.2022	Controladora 31.12.2023	31.12.2022
A receber	282.879	305.212	85.435	145.385
A pagar	(4.934)	(348.822)	(56.221)	(580.872)
Total Líquido	277.945	(43.610)	29.214	(435.487)

(***i***) Em 2023, a Álya realizou amortizações extraordinárias nas dívidas com os credores do Acordo Global de restruturação através dos recursos recebidos via mútuo ***(Vide nota 13)***.

No quadro abaixo é detalhado a movimentação do passivo com as partes onde demonstra os valores amortizados por cada parte relacionada:

	QGSA	Rio Aratau
Saldo em 31.12.2022	(241.118)	(19.924)
Operação de Mútuo	348.939	88.254
Amortizações de dívidas (nota 13.ii)	(96.528)	(68.330)
Saldo em 31.12.2023	11.293	-

álya construtora s.a.

COMPANHIA FECHADA
CNPJ Nº 33.412.792/0001-60

b) Resultado - No exercício de 2023 a Álya realizou as seguintes operações com partes relacionadas:

		31.12.2023		31.12.2022	
	Operação	**Receitas**	**Custo**	**Receitas**	**Custo**
EGTC Infra ***(i)***	Locação	43.634	-	105.683	-
Vital	Locação	2.160	-	-	-
Locav Locadora ***(ii)***	Locação	-	14.720	-	6.894
Lequip Locadora ***(ii)***	Locação	-	6.840	-	-
Concessionária Rodovia dos Tamoios ***(iii)***	Prestação de serviços	50.000	-	234.260	-
Arendal	Venda de imobilizado	-	-	2	-
Engetec Const. Montagens	Venda de imobilizado	-	-	490	-
Locav Locadora	Venda de imobilizado	-	-	31.880	-
Lequip Locadora	Venda de imobilizado	26.017	-	-	-
Vital	Venda de imobilizado	167	-	426	-
Venda de sucata:		-	-	2.281	-
Resultado financeiro c/ Variação cambial - Partes relacionadas		24.981	-	15.611	-
Total		146.959	21.560	390.633	6.894

(i) Operações de locação de equipamentos e veículos entre a Companhia e a EGTC, para suprir a necessidade junto aos contratos. ***(ii)*** Operações de locação de equipamentos e veículos entre a Locav/Lequip e a Companhia, para suprir a necessidade junto aos contratos. ***(iii)*** Receita final do contrato da obra de Duplicação da Rodovia dos Tamoios no litoral norte do estado de São Paulo. c) Remuneração da administração: A Álya não possui Conselho de Administração, sendo a administração da Companhia exercida pela Diretoria. A Diretoria foi reeleita em Assembleia Geral Extraordinária de 23/03/2021. Os diretores são todos empregados da Companhia e suas remunerações se baseiam em contratos de trabalho, regido pelas regras da CLT.

13. Financiamentos

a) Composição em 31 de dezembro de 2023:

			Consolidado		Controladora	
Instituição Financeira	**Modalidade**	**Encargos**	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Itaú	Finame ***(i)***	4,83% TJLP	263	-	263	-
Banco Bradesco	Finame ***(i)***	5,75% TJLP	158	-	158	-
Caterpillar financial	Finame ***(i)***	4,75% TJLP	2.549	3.383	2.549	3.383
Banco John Deere	CDC ***(ii)***	18,02% CDI	2.191	5.578	2.191	5.578
Banco Mercedes Benz	CDC ***(ii)***	17,25% CID	6.368	19.079	6.368	19.079
Banco Multiplica FIDC	Nota Comercial ***(iii)***	100% CDI+6,46%	3.644	8.501	3.644	8.501
Quatá	Nota Comercial ***(iii)***	100% CDI+5,75%	12.030	2.005	12.030	2.005
CCB	CCB ***(iv)***	130% CDI	8.367	127.139	8.367	127.139
Debêntures	Debêntures ***(iv)***	130% CDI	-	173.077	-	173.077
Massy Motors Guyana	Financiamento bens	1,797% a.a.	558	335	-	-
			36.128	339.097	35.570	338.762

Composição em 31 de dezembro de 2022:

			Consolidado		Controladora	
Instituição Financeira	**Modalidade**	**Encargos**	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Itaú	Finame	4,83% TJLP	2.219	257	2.219	257
Banco Bradesco	Finame	5,75% TJLP	2.354	154	2.354	154
Caterpillar financial	Finame	4,75% TJLP	3.903	5.702	3.903	5.702
CCB ***(ii)***	CCB	130% CDI	33.860	103.900	33.860	103.900
Debêntures ***(ii)***	Debêntures	130% CDI	60.984	206.205	60.984	206.205
			103.320	316.218	103.320	316.218

(i) Os financiamentos das modalidades Finame têm prazo médio para pagamento de 24 meses com vencimentos das últimas parcelas entre 2024 e 2025. ***(ii)*** Os financiamentos da modalidade CDC possuem taxas de juros prefixadas entre 15,8% e 18% a.a. e prazo médio de pagamento 48 meses com vencimentos das últimas parcelas entre 2027 e 2028. ***(iii)*** Os financiamentos da modalidade Nota Comercial possuem taxa de juros de CDI + 5,75% a 6,75% a.a. e prazo médio de 36 meses**.** ***(iv)*** As modalidades CCB e Debêntures fizeram parte de um processo de reestruturação financeira do Grupo, que se consolidou em 25 de outubro de 2019. O prazo final para pagamento é em 2037. Em 2023, a Álya realizou amortizações extraordinárias nas dívidas com os credores do Acordo Global de restruturação através dos recursos recebidos via mútuo no valor de R$ 164.858 ***(Vide nota 12 i)***. No quadro abaixo é detalhada a movimentação do passivo com as partes onde demonstra os valores amortizados por cada parte relacionada:

	QGSA	**Rio Aratau**	**Total**
Saldo em 31.12.2022	(241.118)	(19.924)	(261.042)
Operação de Mútuo	348.939	88.254	437.193
Amortizações de dívidas	(96.528)	(68.330)	(164.858)
Saldo em 31.12.2023	11.293	-	11.293

Em 2023 a Álya Construtora reduziu significativamente seu passivo financeiro das modalidades CCB e Debêntures, a redução ocorre devido à realização de amortizações antecipadas nas suas dívidas no montante de R$ 164.858. Foram utilizados para pagamentos os recursos financeiros recebidos via mútuo de sua controladora Queiroz Galvão S.A., e sua parte relacionada Agropecuária Rio Aratau.

14. Obrigações Fiscais, Salários e Encargos Sociais

	Consolidado				Controladora			
	31.12.2023		31.12.2022		31.12.2023		31.12.2022	
	Circulante	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Obrig. fiscais s/ faturamento ***(i)***	13.047	-	8.959	-	12.819	-	8.701	-
Parcel. impostos/contribuições	529	1.279	484	1.703	529	1.279	484	1.703
Retenções de impostos terceiros ***(ii)***	7.688	-	5.524	-	5.192	-	3.026	-
Obrigações fiscais – diferido ***(iii)***	-	32.403	-	48.617	-	29.875	-	48.618
Obrig. fiscais s/ rec. financeiras	6.065	-	3.926	-	5.181	-	3.154	-
Obrig. fiscais s/ lucro	11.193	-	2.661	2.725	-	-	-	-
	38.522	33.682	21.945	53.045	23.721	31.154	15.365	50.321
Salários e encargos sociais	28.908	-	21.747	-	24.450	-	17.978	-
Provisões trabalhistas	22.372	-	14.493	-	20.895	-	12.683	-
	51.280	-	36.240	-	45.345	-	30.661	-
	89.802	33.682	57.794	53.045	69.066	31.154	46.026	50.321

(i) Refere-se basicamente aos tributos federais, estaduais e municipais sobre a receita bruta.
(ii) Refere-se basicamente aos tributos retidos sobre prestação de serviço de terceiros.
(iii) Refere-se basicamente aos tributos PIS, COFINS e ISS, incidentes sobre a receita bruta, onde serão diferidos para o momento dos recebimentos das faturas ***(regime de caixa)***. Estes tributos têm origem na prestação de serviços a órgãos da administração pública.

15. Outras Contas a Pagar

	Consolidado		Controladora	
Circulante	**31.12.2023**	**31.12.2022**	**31.12.2023**	**31.12.2022**
Credores diversos ***(ii)***	36.115	28.546	20.850	23.724
Consórcio	479	10.112	-	-
Outras obrigações	466	793	174	368
Total	37.060	39.451	21.024	24.092
Não Circulante				
Retenções contratuais ***(i)***	42.924	43.446	41.292	41.815
Consórcio	6.854	8.570	-	-
Títulos a pagar ***(iii)***	17.923	17.923	17.923	17.923
Credores diversos	1.530	2.727	-	-
Total	69.231	72.666	59.215	59.737

(i) Valores retidos de faturamento de terceiros, pela prestação de serviços com mão de obra, visando resguardar o caixa da companhia de possíveis litígios trabalhistas. ***(ii)*** Refere-se a débitos da companhia e investidas com outras empresas que não pertencem ao grupo, sem cláusulas de juros e correção. ***(iii)*** Contrato de aquisição de quotas da Locav junto a QG Tec. Defesa e Segurança S.A., será pago pela compradora ao vendedor em uma parcela única até o dia 01 de setembro de 2035.

16. Provisão para contingências: O prazo estimado para liquidação das provisões para contingências foi baseado na melhor estimativa da Administração na data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais considerados como prováveis de perda. Os processos trabalhistas, basicamente envolvendo ex-empregados ou empresas prestadoras de serviços, estão relacionados principalmente com pedidos de horas extras, intervalo intrajornada e insalubridade, bem como seus reflexos e respectivos encargos e, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. a) A Companhia e suas controladas, igualmente, estão envolvidas em processos considerados como prováveis de perda, devidamente contingenciados, assim demonstrados:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	**31.12.2022**	**31.12.2023**	**31.12.2022**
Cível provável	31.028	13.601	30.944	13.601
Trabalhista provável	87.056	140.091	84.601	138.064
Fiscal provável	-	13.422	-	13.422
	118.084	167.114	115.545	165.087

A Companhia e suas controladas são partes em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, por entenderem que os riscos são de perda possível. Esses processos são de naturezas cíveis e trabalhistas e em 31 de dezembro de 2023 totalizam R$ 2.082.129 mil (R$ 2.196.699 mil em 31 de dezembro de 2022).

Tipo	**31.12.2023**	**31.12.2022**
Cível	1.895.787	1.998.079
Trabalhista	57.094	111.404
Tributário	129.248	87.216
	2.082.129	2.196.699

A Companhia ainda responde a determinados processos administrativos e judiciais decorrentes de investigações e procedimentos iniciados no passado recente. Nestes processos, a Álya vem exercendo legalmente seu direito de defesa e conquistando êxitos, em variadas instâncias. Os processos mencionados estão devidamente contingenciados, conforme acima explicitado.

b) Depósitos judiciais

Tipo	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	**31.12.2022**	**31.12.2023**	**31.12.2022**
Depósitos Judiciais - Cível	44.606	42.330	43.173	42.330
Depósitos Judiciais - Trabalhista	14.132	19.303	14.132	18.390
Depósitos Judiciais - Tributário	6.832	6.832	6.832	6.832
	65.570	**68.465**	**64.137**	**67.552**

17. Patrimônio Líquido: a) Capital social: O Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023, é de R$ 2.517.926, dividido em 1.684.978.216 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal. Conforme as AGE dos dias 13 e 29 de dezembro de 2023, foi autorizado o aumento de capital social na Companhia no valor de R$ 252.678 milhões mediante a conversão de débitos de mútuo com a acionista única QGSA. **b) Dividendos:** De acordo com o Estatuto Social, é assegurado aos acionistas da companhia um dividendo mínimo obrigatório de 3% do lucro líquido ajustado na forma legal. **c) Reserva legal:** A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da lei nº 6.404/76.

d) Resultado por ação

	31.12.2023	**31.12.2022**
Lucro/(Prejuízo) atribuído aos acionistas controladores	(37.989)	95.924
Quantidade de ações	1.684.978.216	1.515.888.074
Prejuízo por ação – RS	(0,0225)	0,0633

e) Reserva de reavaliação: O valor da reavaliação do ativo imobilizado é a diferença entre o valor líquido contábil do bem e o valor de mercado, com base em laudo técnico elaborado por três peritos ou entidade especializada. A partir de 01.01.2008, a Reserva de Reavaliação foi extinta, por força da Lei 11.638/2007. O saldo remanescente nesta rubrica refere-se a terrenos e à marca, os quais não sofrem os efeitos da amortização. O efeito trazido ao balanço consolidado da Companhia tem origem na controladora (Álya Construtora S.A.).

18. Receita Operacional Líquida

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	**31.12.2022**	**31.12.2023**	**31.12.2022**
Receitas bruta				
Receita Prestação de Serviços	1.230.660	815.179	1.022.393	703.053
Receita Revenda Mercadorias	57.719	42.268	-	-
Receita Venda Produção	589	32.035	-	-
Receita de Locação	42.259	109.458	45.396	106.208
Ajuste IN SRF 21/79	(22.377)	(48.083)	(22.377)	(48.083)
	1.308.850	950.857	1.045.412	761.178
Impostos Incidentes				
	(81.716)	(70.335)	(74.736)	(63.557)
Total da receita líquida	1.227.134	880.522	970.676	697.621

19. Custos e Despesas Administrativas

	Consolidado		Controladora	
Custos	**31.12.2023**	**31.12.2022**	**31.12.2023**	**31.12.2022**
Custos de Materiais	(377.141)	(201.176)	(303.601)	(176.575)
Custos de Pessoal	(342.142)	(238.615)	(286.831)	(226.789)
Custos c/ Serviços Prestados	(421.609)	(233.805)	(324.461)	(163.443)
Custos c/ Depreciação	(23.542)	(9.663)	(6.779)	(8.034)
Custos gerais ***(i)***	(57.641)	(176.245)	(50.353)	(155.531)
Total	(1.222.075)	(859.504)	(972.025)	(730.372)

b) Despesas Administrativas

Despesas c/ Pessoal	(60.918)	(59.999)	(40.378)	(40.811)
Despesas c/ Serviços Prestados	(55.457)	(44.226)	(23.632)	(27.341)
Despesas gerais ***(ii)***	(35.246)	(38.745)	(19.489)	(13.774)
Total	(151.621)	(142.970)	(83.499)	(81.926)

(i) Os custos gerais basicamente se referem a aluguéis, utilidades, seguros e custos com equipamentos.
(ii) As despesas gerais basicamente se referem a aluguéis, utilidades e seguros dos escritórios administrativos.

20. Outros Resultados Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	**31.12.2022**	**31.12.2023**	**31.12.2022**
Resultado na baixa do imobilizado	29.236	153.932	29.110	19.066
Receitas eventuais ***(i)***	184.814	253.446	134.796	251.500
Reversão (Provisões) para contingências	108.954	(6.133)	48.609	-
Outros resultados	(9.269)	-	16.482	-
AVJ – Ajuste a valor Justo ***(ii)***	56.995	-	56.995	-
Perda no recebimento de créditos ***(iii)***	(227.687)	(14.685)	(227.687)	-
	143.043	386.560	58.305	270.566

(i) Receita de venda de sucata, aluguéis, reconhecimento de precatório, e outras receitas não operacionais.
(ii) AVJ – Ajuste a valor Justo das quotas de participação de Fundo de Investimento para Direitos Creditórios.
(iii) A Administração identificou em conjunto com seus assessores jurídicos a necessidade de constituição de provisão para perdas em créditos de precatórios.

21. Resultado Financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	**31.12.2022**	**31.12.2023**	**31.12.2022**
Receitas Financeiras				
Rendimento aplicação financeira	6.945	2.895	2.261	2.011
Outras receitas financeiras	15.540	11.009	521	2.418
Variação cambial ativa	72.014	116.444	66.384	109.055
Variação monetária ativa	12.116	10.479	6.823	10.479
	106.615	140.827	75.989	123.963
Despesas Financeiras				
Encargos sobre financiamentos	(73.770)	(74.617)	(73.770)	(74.616)
Variação cambial passiva	(69.667)	(134.605)	(41.714)	(109.687)
Outras despesas financeiras	(25.698)	(18.317)	(15.957)	(17.076)
	(169.135)	(227.539)	(131.441)	(201.379)
Resultado financeiro líquido	(62.520)	(86.712)	(55.452)	(77.416)

22. Imposto de Renda e Contribuição social – correntes e diferidos

a) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social corrente no resultado:

31.12.2023	**Controladora**	**Frontis**	**Rio Aratau**	**QG Mineração**	**Outras controladas**	**Consolidado**
Contribuição social	(4.079)	(576)	(6.902)	(164)	(14)	(11.735)
Imposto de renda	(11.036)	(216)	(19.165)	(404)	(55)	(30.876)
IR/CS diferido	76.229	-	-	-	-	76.229
Total	61.114	(792)	(26.067)	(568)	(69)	33.618
31.12.2022	**Controladora**	**Frontis**	**Rio Aratau**	**QG Mineração**	**Trans. Guarany**	**Consolidado**
Contribuição social	-	(9)	(3.374)	**(251)**	(9)	(3.643)
Imposto de renda	-	(19)	(9.315)	**(453)**	(19)	(9.806)
IR/CS diferido	(64.900)	-	-	-	-	(64.900)
Total	**(64.900)**	**(28)**	**(12.689)**	**(704)**	**(28)**	**(78.349)**

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social diferido - passivo:

31.12.2023	**Controladora**	**Guarany**	**Empresas exterior**	**Consolidado**
Contribuição social	18.047	31.369	-	49.416
Imposto de renda	72.497	11.302	1.614	85.413
Total	90.544	42.671	1.614	134.829
31.12.2022	**Controladora**	**Guarany**	**Empresas exterior**	**Consolidado**
Contribuição social	44.145	31.664	-	75.809
Imposto de renda	122.627	11.409	1.740	135.776
Total	166.772	43.073	1.740	211.585

23. Seguros

Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidade	**Data da vigência**		**Importâncias**
	Início	**Vencimento**	**seguradas**
SEGURO GARANTIA - SETOR PÚBLICO	31/08/2022	16/01/2028	383.745
RESPONSABILIDADE CIVIL - GERAL	31/08/2020	09/10/2025	16.000
RISCO DE ENGENHARIA	31/07/2021	09/04/2026	2.663.029

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia e de suas controladas.

24. Gestão de Riscos Financeiros: a) Considerações Gerais: As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia. As atividades da Companhia e de suas empresas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição a risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios da Companhia. **b) Gerenciamentos de Riscos:** A Companhia e suas empresas controladas estão expostas: (i) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e (iii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

25. Programa de *Compliance*: O Programa de *Compliance* da Álya Construtora encontra-se efetivamente implantado. Em julho de 2023, a Companhia foi recertificada por mais três anos na Norma ISO 37001:2016 – Sistema de Gestão Antissuborno pelo organismo certificador RINA Brasil. A Álya foi a primeira Companhia brasileira do segmento de infraestrutura a obter esta certificação, em junho de 2017. O Programa é fundamentado nos valores institucionais: Trabalho, Confiabilidade, Lealdade e Qualidade, e para desenvolver suas atividades conta com o apoio de Agentes e Multiplicadores de *Compliance* – estes últimos constituídos pelo Conselho de Administração da *holding* Queiroz Galvão em setembro de 2023 -, que atuam em todas as Unidades de Negócio, disseminando e fortalecendo a cultura de *Compliance*. Esses colaboradores são capacitados periodicamente pela equipe corporativa que os mantém atualizados sobre as melhores práticas do mercado. O calendário anual de comunicação e treinamento de *Compliance* contempla também um Ciclo de Palestras, que nesse ano abordou temas como: "Diversidade e Inclusão fazem bem para os negócios", apresentada pela Scarlett Rodrigues, Coordenadora de Projetos de Direitos Humanos do Instituto Ethos; "Bate-Papo com o Comitê de Ética", em que membros do Comitê puderam esclarecer as principais dúvidas de colaboradores; e "Debate Tomada de Decisão Ética", onde foram apresentados e discutidos dilemas éticos. Em parceria com a Universidade Corporativa Álya, foi lançada uma trilha de aprendizagem à distância (EAD), denominada "Dia a Dia com Ética", onde os colaboradores podem aprimorar seus conhecimentos, de forma prática e objetiva, com conceitos que norteiam a rotina de trabalho. Nas Unidades de Negócio, também foram ministrados treinamentos presenciais sobre Assédio Moral, Assédio Sexual e Discriminação para todos os níveis. Com o objetivo de conscientizar e sensibilizar, um grupo de colaboradores da matriz participou da exposição "Diálogo no Escuro", uma experiência imersiva de diversidade, inclusão, empatia e integração, que proporcionou reflexões sobre acessibilidades e deficiências visuais. Na oportunidade também aconteceu uma roda de conversa com as áreas de Pessoas e Gestão, *Compliance*, Assistência Social e Direito Trabalhista da empresa. Prezando pela integridade de sua operação, a Álya Construtora possui um Canal de Denúncias, que funciona 24 horas por dia. Um espaço seguro para que colaboradores, fornecedores, clientes, prestadores de serviço, subcontratados, parceiros e terceirizados em geral possam informar à Companhia eventuais suspeitas em relação a violações da legislação vigente ou do Código de Ética da empresa. O Canal de Denúncias é operado pela Deloitte Brasil, uma empresa de auditoria empresarial independente, responsável por garantir o total anonimato do denunciante. Através do Programa "Compliance Você Faz a Diferença!", são reconhecidos os colaboradores que se destacam pelo comprometimento excepcional em questões éticas. Anualmente, é realizada a Pesquisa de Percepção de *Compliance* para a mão de obra administrativa e operacional, onde os colaboradores avaliam o atendimento de pares e líderes às diretrizes de *Compliance* e fornecem sua perspectiva sobre o Programa. O resultado da pesquisa proporciona insumos para o planejamento das ações para o próximo ciclo. Como uma das fundadoras, a Álya permanece engajada no MISEC – Movimento pela Integridade do Setor de Engenharia e Construção, participando das reuniões mensais e colaborando em grupos de trabalho. No período, foi realizado o Webinar "Ações transformadoras de *Compliance* pela integridade no setor de Engenharia e Construção", que contou com a participação do Diretor de *Compliance* da *holding* Queiroz Galvão, Luiz Felipe Seabra, e, em agosto, ocorreu uma reunião presencial em São Paulo/SP entre as associadas, onde foram trocadas experiências relacionadas a avanços e desafios no setor de engenharia e construção na agenda de integridade, transparência e prevenção de riscos."

26. Nota explicativa de transações não caixa: 1) Amortização de parte das dívidas do acordo global com credores: Em 2023, a Álya realizou amortizações extraordinárias nas dívidas com os credores do Acordo Global de restruturação através dos recursos recebidos via mútuo no valor de R$ 164.858 milhões.
2) Guarany Siderurgia: fez a reversão de R$ 84 milhões da provisão das jazidas.

DIRETORIA

Ernesto Escóssia Araújo Camarço
Cristiano Borges Castilhos

CONTADOR

Pedro Ventura de Farias Junior
CRC-RJ 79.231/O-6

álya construtora s.a.

COMPANHIA FECHADA
CNPJ Nº 33.412.792/0001-60

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Álya Construtora S.A. (Anteriormente denominada Construtora Queiroz Galvão S.A.)
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Álya Construtora S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Álya Construtora S.A. em 31 de dezembro de 2023 o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

a) Transações com partes relacionadas

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém transações com partes relacionadas em montantes significativos e sob condições específicas descritas na referida nota explicativa. Caso tais operações tivessem sido efetuadas com terceiros, os valores de negociação poderiam ser diferentes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria, além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024.

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2

Fernando Camanzano Martinez
Contador CRC 1SP-328.247/O-3

CMSA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 10.826.232/0001-57

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas: Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Financeiras e as respectivas Notas Explicativas relativas ao exercicio social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Colocamo-nos a inteira disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. Rio de Janeiro, 27 de março de 2023. A Administração.

Balanços Patrimoniais em 31/12/23 e 2022 (Em Reais)

ATIVO	2023	2022
Circulante	**14.282.769**	**13.823.675**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	2.854	897
Aplicações financeiras (Nota 6)	13.504.431	13.282.195
Contas a receber (Nota 7)	46.135	59.276
Impostos a recuperar (Nota 8)	724.800	476.871
Despesas pagas antecipadamente (Nota 9)	4.549	4.436
Não Circulante	**67.075.045**	**69.309.610**
Bens destinados a venda (Nota 10)	465.133	465.132
Propriedade para investimentos (Nota 11)	5.662.640	5.662.640
Investimentos (Nota 12)	**60.883.701**	**63.134.831**
Imobilizado (Nota 13)	**63.571**	**47.007**
TOTAL DO ATIVO	**81.357.814**	**83.133.285**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2023**	**2022**
Circulante	**57.401**	**2.809.255**
Obrigações tributárias (Nota 14)	29.335	27.045
Obrigações trabalhistas e sociais (nota 15)	28.066	26.438
Partes Relacionadas (Nota 16)	-	2.755.772
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**81.300.413**	**80.324.030**
Capital social (Nota 17)	50.000.000	50.000.000
Reserva de lucros (Nota 18)	31.300.413	30.324.030
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**81.357.814**	**83.133.285**

Demonstrações dos Resultados dos Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em Reais)

	2023	2022
RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	**10.349.895**	**9.754.024**
Equivalência Patrimonial	12.691.363	12.318.932
Receita com Aluguéis	261.197	289.624
Impostos (PIS/COFINS)	(67.932)	(66.526)
Despesas com Administração	(2.418.243)	(2.287.004)
Demais Despesas Administrativas	(504.060)	(919.172)
Outras Receitas Líquidas/Despesas	387.570	418.170
RESULTADO ANTES DO EFEITO FINANCEIRO	**10.349.895**	**9.754.024**
Resultado financeiro, líquido	**1.267.814**	**1.269.066**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**11.617.709**	**11.023.090**
LUCRO POR AÇÃO	**12,91**	**12,25**

NOTAS EXPLICATIVAS: CONTEXTO OPERACIONAL: CMSA Participações S.A. é uma holding de capital fechado, que tem por finalidade a realização de investimentos e participações como acionista ou quotista, em empresas concessionárias de serviços públicos nas áreas de rodovias e geração de energia. **APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) alteradas pelas Leis n°s 11.638/07 e 11.941/09, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: Apuração dos resultados:** As receitas e os correspondentes custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência dos exercícios. As principais fontes de receitas e despesas são provenientes dos investimentos em coligadas e controladas reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial. **Aplicações financeiras:** Representados principalmente por aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários, registrados pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos até a data o balanço que não superam o valor de mercado. **Investimentos:** As participações nos investimentos em coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e os outros investimentos, pelo método do custo de aquisição. Encontram-se disponíveis na Sede da Empresa as Demonstrações Contábeis Completas. As Demonstrações Contábeis foram auditadas pela: NARDON, NASI - AUDITORES INDEPENDENTES S/S.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido des Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em Reais)

		Reserva de lucros				
	Capital social	Retenção de lucros	Lucros a realizar	Legal	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**50.000.000**	**17.091.385**	**4.480.928**	**4.284.594**	-	**75.856.907**
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	(195)	(195)
Lucro do Exercício	-	-	-	-	11.023.090	11.023.090
Destinação do Resultado	-	-	-	-	-	-
Distribuição de Lucros	-	-	(3.800.000)	-	(2.755.772)	(6.555.772)
Destinação do Lucro Acumulado	-	7.715.969	-	551.154	(8.267.123)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**50.000.000**	**24.807.354**	**680.928**	**4.835.748**	-	**80.324.030**
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	2.901	2.901
Lucro do Exercício	-	-	-	-	11.617.709	11.617.709
Destinação do Resultado	-	-	-	-	-	-
Distribuição de Lucros	-	(7.244.227)	-	-	(3.400.000)	(10.644.227)
Destinação do Lucro Acumulado	-	7.639.725	-	580.885	(8.220.610)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**50.000.000**	**25.202.852**	**680.928**	**5.416.633**	-	**81.300.413**

Demonstrações do Fluxo de Caixa dos Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em Reais)

	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**11.617.709**	**11.023.090**
Resultado da Equivalência Patrimonial	(12.691.363)	(12.318.932)
Repactuação de Investimentos	-	-
Depreciações	12.957	10.041
Resultado Ajustado	**(1.060.697)**	**(1.285.801)**
Aplicações Financeiras	(222.236)	(5.812.440)
Impostos a Recuperar	(247.929)	(152.688)
Contas a Receber	13.141	62
Despesas Antecipadas	(113)	(560)
Diminuição / Aumento no Ativo Circulante e Não Circulante	**(457.137)**	**(5.965.626)**
Obrigações Tributárias	2.290	2.051
Obrigações Trabalhistas e Sociais	1.628	181
Diminuição / Aumento no Passivo Circulante e Não Circulante	**3.918**	**2.232**
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	**(1.513.916)**	**(7.249.195)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Investimento em Coligadas	-	-
Aquisição de Imobilizado	(29.521)	(22.800)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
Dividendos Recebidos e Devolução de AFAC	14.955.390	11.072.287
Outras Despesas	(9.996)	(196)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	**14.915.873**	**11.049.291**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Dividendos Pagos	(13.400.000)	(3.800.000)
Prejuízo com Investimentos		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**(13.400.000)**	**(3.800.000)**
Aumento das disponibilidades durante o exercício	**1.957**	**96**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	897	801
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	2.854	897
Caixa Líquido Gerado no Exercício	**1.957**	**96**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
José Inácio Cercal Fucci - Presidente - CPF 001.549.517-57
Renata de Rezende Sant'Anna - Conselheira - CPF 016.730.457-74
Antônio Tadeu Name Saad - Conselheiro - CPF 767.761.317-91

DIRETORIA EXECUTIVA
Leonardo de Queiroz Sant'Anna - Diretor Presidente - CPF 017.964.557-92
Pedro Luis de Sant'Anna - Diretor Administrativo Financeiro
CPF 091.708.327-06

CONTADOR
Pedro Henrique Carvalho de Sion - CRC-RJ 105.569/O-9

SMARTCOAT - SERVIÇOS EM REVESTIMENTOS S/A

CNPJ/MF nº 09.122.486/0001-05

Relatório da Diretoria: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2023. Ficamos ao inteiro dispor, para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Rio de Janeiro, 03/04/2024.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2023 E 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	21.895	3.969
Contas a receber	43.782	55.500
Contas a receber - partes relacionadas	8	44
Estoques	737	164
Tributos a recuperar	2.077	2.121
Outros ativos circulantes	1.515	1.238
	70.014	**63.036**
Não Circulante		
Tributos a recuperar	444	46
Tributos diferidos	13.657	16.477
Outros créditos a receber	-	1.723
Outros ativos não circulantes	259	362
Imobilizado e intangível	43.164	25.282
Direito de uso	4.763	5.967
	62.287	**49.857**
Total do Ativo	**132.301**	**112.893**

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Fornecedores	9.850	8.865
Contas a pagar - partes relacionadas	2.929	868
Operações de Risco sacado	-	5.461
Empréstimos e financiamentos	18	481
Duplicatas descontadas	-	1.488
Arrendamento a pagar - Direito de uso	1.026	1.343
Salários e Encargos Sociais	21.963	18.118
Tributos a Pagar	1.538	1.219
Dividendos a pagar	1.905	-
Provisões	8.368	4.897
Outros passivos circulantes	36	35
	47.633	**42.775**
Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	-	13
Arrendamento a pagar - Direito de uso	4.096	4.899
Mutuo a pagar - partes relacionadas	-	6.081
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	2.186	1.434
Outros passivos não circulantes	127	-
	6.409	**12.427**
Patrimônio Líquido		
Capital social	26.610	26.610
Reserva de capital	40.000	40.000
Reserva de lucros	11.649	-
Prejuízos acumulados	-	(8.919)
Total do Patrimônio Líquido	**78.259**	**57.691**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	132.301	112.893

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31/12/2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de vendas e serviços	259.128	176.070
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(198.583)	(136.723)
Lucro bruto	**60.545**	**39.347**
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(21.196)	(14.046)
Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	**39.349**	**25.301**
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	640	428
Despesas financeiras	(2.957)	(3.412)
Lucro/(prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**37.032**	**22.317**
Correntes	(10.014)	(6.242)
Diferidos	(2.821)	(1.546)
Lucro Líquido do período	**24.197**	**14.529**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			Reserva de lucros			
	Capital Social	Reserva de capital	Legal	Estatutária	Lucros líquidos/ (prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021	**26.610**	**40.000**	**-**	**-**	**(23.448)**	**43.162**
Lucro líquido do exercício	-	-			14.529	14.529
Saldos em 31/12/2022	26.610	40.000	-	-	(8.919)	57.691
Lucro líquido do exercício	-	-			24.197	24.197
Destinação para reservas			764	10.885	(11.649)	-
Dividendos propostos para pagamento no exercício seguinte	-	-	-	-	(3.629)	(3.629)
Saldos em 31/12/2023	**26.610**	**40.000**	**764**	**10.885**	**-**	**78.259**

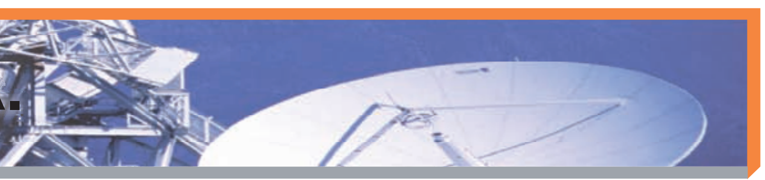
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA EM 31/12/2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/(prejuízo) do período antes dos impostos	37.032	22.317
Ajustes:		
Depreciação e amortização	6.487	4.718
Perda (ganho) na baixa de imobilizados e intangíveis	1.130	34
Juros, variação monetária sobre empréstimos	33	136
Encargos arrendamento mercantil	504	345
Provisão para riscos	751	(66)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(150)	98
	45.787	**27.582**
Variação nos ativos e passivos:		
Contas a receber e partes relacionadas	11.905	(28.605)
Estoque	(573)	142
Tributos a recuperar	(355)	2.390
Outros ativos e despesas antecipadas	(175)	1.554
Fornecedores	3.046	4.517
Salários e encargos sociais	3.844	9.243
Tributos a pagar	(5.142)	5.667
IR/CS passivo	(8.198)	(3.122)
Outros passivos	3.600	2.562
Impostos pagos	(1.816)	(3.120)
Caixa líquido gerado (consumido) proveniente das atividades operacionais	**51.923**	**18.810**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(24.269)	(15.049)
Caixa recebido na venda de imobilizado	115	-
Caixa líquido gerado (consumido) proveniente das atividades de investimentos	**(24.154)**	**(15.049)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Amortização de empréstimos - principal	(423)	(571)
Juros pagos s/ empréstimos	(86)	(219)
Operação de duplicatas descontadas	(1.488)	1.488
Amortização arrendamento mercantil	(1.765)	(1.335)
Mútuo a pagar	(6.081)	(489)
Caixa líquido consumido (gerado) proveniente das atividades de financiamentos	**(9.843)**	**(1.126)**
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**17.926**	**2.635**
Caixa e equivalente de caixa no inicio do exercício	3.969	1.334
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	21.895	3.969
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**17.926**	**2.635**

NOTAS EXPLICATIVAS

A Smartcoat Serviços em Revestimentos S.A. é uma Sociedade Anônima de capital fechado, controlada pela Priner Serviços Industriais S.A.. Sua principal atividade refere-se à prestação de serviços on-shore e off-shore na preparação de superfície e pintura de plataformas marítimas. **Principais Práticas Contábeis**: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a legislação vigente para as S.A. As principais práticas estão resumidas a seguir: **Nota 1:** Caixa e equivalente de caixa: São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras com risco insignificante em seu valor de mercado **Nota 2**: Contas a Receber: São registrados pelo valor dos serviços prestados, ajustado pelo valor presente quando aplicável e líquido da provisão para redução ao valor recuperável. **Nota 3**: Impostos a recuperar: Impostos oriundos de retenção na fonte de impostos e créditos de Saldo Negativo do Imposto de Renda e Base Negativa da CSLL. **Nota 4**: Imobilizado: Demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação e de provisões para redução valor recuperável. Os gastos subsequentes são reconhecidos no resultado. As melhorias são incorporadas ao custo de aquisição e a depreciação é calculada de forma linear, à taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. **Nota 5**: Tributos diferidos:refere-se às provisões representando adições temporárias na apuração do IR e CS e o reconhecimento em relação aos prejuízos fiscais. **Nota 6**: O capital social é dividido em 1.001.270.025.000 (um trilhão, um bilhão, duzentas e setenta milhões e vinte e cinco mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, 189.173.283.390 (cento e oitenta e nove bilhões, cento e setenta e três milhões, duzentas e oitenta e três mil, trezentas e noventa) ações preferenciais, classe A, nominativas e sem valor nominal, 111.207.724.110 (cento e onze bilhões, duzentas e sete milhões, setecentas e vinte e quatro mil, cento e dez) ações preferenciais, classe B, nominativas e sem valor nominal, e 33.375.667.500 (trinta e três bilhões, trezentas e setenta e cinco milhões, seiscentas e sessenta e sete mil e quinhentas) ações preferenciais, classe C.

Diretoria: Tulio Cintra e Luiz Antonio Angélica
Cintia Vieira Menezes Mendonça - Contadora - CRC RJ 126485/O-9



TELESPAZIO BRASIL S.A.

CNPJ: 02.214.014/0001-33

NOTA DA DIRETORIA

A Telespazio Brasil S.A. apesar da alta competitividade que o mercado de Telecomunicações via satéllite apresenta conseguiu no exercício de 2023 uma receita operacional com vendas e serviços muito expressiva alcançando a ordem de mais de R$100 milhões, fruto de contínuas ações de melhoria nos segmentos onde os serviços de satélites são relevantes, bem como no contínuo desenvolvimento de novas soluções para o mercado.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**5.715**	7.814
Contas a receber de clientes	6	**57.568**	55.317
Contas a receber com partes relacionadas	7	**65**	40
Estoques	8	**726**	689
Impostos a recuperar	9	**6.277**	3.742
Outros créditos	11	**1.096**	1.047
		71.447	68.649
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos a recuperar	9	**2.089**	2.664
Impostos de renda e contribuição social diferidos	10	**800**	1.650
Caução e depósitos judiciais	12	**3.156**	8.706
Outros créditos	11	**4**	3
		6.049	13.023
Investimentos		**3**	17
Imobilizado	13	**41.844**	36.637
Intangível	14	**2.801**	3.238
		44.648	39.892
Total do ativo		**122.144**	121.564

	Nota	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores - terceiros	15	**11.392**	15.735
Fornecedores - partes relacionadas	7	**11.505**	11.278
Adiantamento de clientes		**-**	517
Salários, provisões e encargos sociais		**2.443**	2.476
Impostos, taxas e contribuições	16	**3.179**	3.114
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16	**-**	360
Empréstimo com partes relacionadas	7	**24.107**	6.655
Programa de recuperação fiscal (REFIS)	17	**-**	384
		52.626	40.519
Não circulante			
Empréstimo com partes relacionadas	7	**9.860**	16.916
Provisão para contingências	18	**4.452**	8.627
Programa de recuperação fiscal (REFIS)	17	**373**	400
		14.685	25.943
Patrimônio líquido	19		
Capital social		**58.764**	58.724
Prejuízos acumulados		**(3.931)**	(3.622)
		54.833	55.102
Total do passivo e patrimônio líquido		**122.144**	121.564

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021	58.724	(7.147)	51.577
Lucro líquido do exercício	-	3.525	3.525
Absorção do prejuízo	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	58.724	(3.622)	55.102
Capital filial Colômbia	**5**	**-**	**5**
Ajuste filial Colômbia	**35**	**(35)**	**-**
Variação cambial por conversão - filiais no exterior	**-**	**926**	**926**
Lucro líquido do exercício	**-**	**(1.200)**	**(1.200)**
Em 31 de dezembro de 2023	**58.764**	**(3.931)**	**54.833**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional com vendas e serviços	20	**109.907**	115.382
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	22	**(92.455)**	(98.483)
Lucro bruto		**17.452**	16.899
Despesas operacionais, líquidas			
Despesas com vendas	22	**(2.432)**	(1.683)
Despesas gerais e administrativas	22	**(9.889)**	(8.731)
Depreciação e amortização	22	**(92)**	(92)
Despesas com serviços prestados por terceiros	22	**(1.872)**	(1.729)
Provisão para contingências	22	**(1.484)**	-
Outras despesas operacionais, líquidas	22	**(696)**	(832)
		(16.465)	(13.067)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e impostos		**987**	3.832
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	**41.118**	26.633
Despesas financeiras	21	**(42.462)**	(24.813)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**(357)**	5.652
Imposto de renda e contribuição social corrente	10	**7**	(1.689)
Imposto de renda e contribuição social diferido	10	**(850)**	(438)
Lucro (prejuízo) do exercício		**(1.200)**	3.525

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro (prejuízo) do exercício	**(1.200)**	3.525
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(1.200)**	3.525

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**(1.200)**	3.525
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		
Impostos de renda e contribuição social corrente e diferido	**843**	2.127
Depreciação e amortização	**10.898**	10.756
Provisão e impostos para contingências fiscais	**-**	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**-**	356
Diferença de variação cambial líquida	**939**	(34)
Baixa por obsolescência de bens do ativo imobilizado	**721**	1.315
Resultado financeiro - líquido	**2.074**	(1.375)
Ajuste dos valores que não interferiram no caixa das atividades operacionais	**14.275**	16.670
Variações nos ativos e passivos		
Redução (Aumento) no contas a receber	**(2.251)**	(4.600)
Redução (Aumento) no contas a receber com partes relacionadas	**(25)**	(1.234)
Aumento (Redução) no contas a pagar com partes relacionadas	**227**	(1.108)
Redução (Aumento) nos estoques	**(37)**	1.148
Redução (Aumento) em outros ativos	**801**	465
Redução (Aumento) em Depósitos judiciais	**5.550**	(5.554)
Redução (Aumento) em impostos a Recuperar	**(1.960)**	5.623
Aumento (Redução) em adiantamento de clientes	**(517)**	500
Aumento (Redução) contingências	**(4.175)**	2.926
Aumento (Redução) em fornecedores	**(4.343)**	5.700
Aumento (Redução) em outros passivos	**(374)**	(422)
Total de variações nos ativos e passivos	**(7.104)**	3.444
Juros pagos	**(1.344)**	1.834
Impostos de renda e contribuição social pagos	**(1.203)**	(1.768)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**4.624**	20.180
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	**(15.786)**	(13.744)
Aquisições de bens intangíveis	**(603)**	(916)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(16.389)**	(14.660)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimo com partes relacionadas	**12.178**	3.622
Juros sobre empréstimos pagos	**(659)**	(479)
Variação cambial sobre empréstimos adquiridos	**(853)**	(1.561)
Pagamento empréstimos a partes relacionadas	**(1.000)**	(6.347)
Pagamento de dividendos	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**9.666**	(4.765)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(2.099)**	755
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	**7.814**	7.059
No final do exercício	**5.715**	7.814
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**(2.099)**	755

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(*Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Telespazio Brasil S.A. ("Telespazio" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em outubro de 1997, estabelecida na Av. Rio Branco n° 1 sala 1803, Rio de Janeiro, RJ com uma filial em Buenos Aires – Argentina e uma filial em Bogotá – Colômbia. A Companhia iniciou suas operações em janeiro de 2000. Seu objeto social é: (i) prestar serviços de telecomunicações por satélite; (ii) estabelecer, coordenar e administrar redes de operadores relacionados à prestação de serviços de telecomunicações por satélite; (iii) implementar sistemas para a prestação de serviços de telecomunicações; e (iv) participar em outras sociedades, bem como administrar projetos próprios ou de terceiros. **1.1 Impactos da Recuperação Judicial da Oi:** A Companhia possui contas a receber com a Oi/SA, a qual se encontram em recuperação judicial, que representa R$22.290 (40%) das contas a receber em 31 de dezembro de 2023 e representou (23%) das receitas do exercício findo naquela data. Exceto pelo saldo a receber pela Companhia que foi incluído no processo de recuperação judicial no montante de R$9.878, os serviços prestados estão sendo pagos tempestivamente pelo Grupo Oi por seu valor integral. A Companhia apresentou uma notificação ao juízo da recuperação judicial, por entender que a classificação dos seus créditos no rol de credores quirografários é inadequada, pois se acredita que a Companhia se enquadra como credor fornecedor parceiro. O assunto permanece em discussão junto ao juízo da recuperação judicial, tendo em vista que há recurso pendente de julgamento sobre a classificação do crédito detido pela Companhia. A Administração está avaliando as providências cabíveis para assegurar o seu recebimento, tendo em vista que referem-se a serviços efetivamente prestados pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, o plano de recuperação judicial do Grupo Oi ainda não havia sido aprovado pela Assembleia Geral de Credores. A Companhia monitora o desenvolvimento da recuperação judicial, de modo a considerar novos fatos que possam modificar as estimativas e o julgamento de sua Administração acerca das contas a receber relacionados ao Grupo Oi. A realização das contas a receber relacionados com o Grupo Oi está diretamente vinculada ao sucesso na aprovação e execução do plano de recuperação. As incertezas relacionadas com esses eventos futuros podem impactar quando e por quais valores as contas a receber serão realizados. Com base nos fatos e circunstâncias conhecidos até o momento, assim como na expectativa de êxito nas discussões acima, a Administração da Companhia acredita que possuirá recursos necessários para manutenção das operações por período superior a 12 meses a partir da data de aprovação dessas demonstrações financeiras.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis: Este conjunto de demonstrações contábeis foi preparado pela Companhia de acordo com o CPC PME (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. A Administração da Companhia declara de maneira explícita, e não reservada, que as demonstrações contábeis ora apresentadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil por meio do Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A Diretoria da Companhia aprovou a emissão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em 02 de abril de 2024.

3. Resumo das principais práticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário. a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando a taxa de câmbio nas datas de cada de transação. Os saldos das transações patrimoniais são convertidos nas datas de fechamento dos balanços. Os ganhos e perdas de variação cambial resultantes da liquidação de ativos ou passivos contratados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício conforme o regime de competência. b) Declaração de continuidade: A Administração avaliou a capacidade da Companhia e sua controlada em continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou um prejuízo líquido no exercício de R$1.200 e um capital circulante líquido positivo de R$18.821 (R$28.130 em 2022). A Administração segue promovendo diversas ações com o objetivo da melhoria contínua da posição econômica e financeira da Companhia, tais como: (i) eficiência operacional através da oferta de novos produtos no mercado; (ii) ampliação do *market share* através de oferta de serviços para América Latina, abertura da filial na Colômbia; (iii) melhoria da qualidade de serviços através de desenvolvimentos de sistemas internos e também por migrações de tecnologias. A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui os recursos necessários para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. c) Classificação corrente *versus* não corrente: A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulantes. Um ativo é classificado como circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como ativos não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação, ou • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como passivos não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. d) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas-correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. e) Instrumentos financeiros ativos e passivos: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. *Ativos financeiros:* i) *Classificação e mensuração:* A avaliação dos ativos financeiros da Companhia está detalhada na tabela abaixo:

Ativos financeiros	DF da Companhia	Categoria do ativo
Disponibilidades	Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Contas a receber	Contas a receber de clientes operacionais e partes relacionadas	Custo amortizado
Depósitos judiciais	Depósitos judiciais e cauções	Valor justo por meio do resultado
Outras contas a receber	Outras contas a receber pelas atividades operacionais	Custo amortizado

ii) *Redução ao valor recuperável:* O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda do valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção do contas a receber, caso em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma conta de provisão. iii) *Desreconhecimento (baixa):* Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. *Passivos financeiros:* i) *Classificação e mensuração:* Os principais passivos financeiros da Companhia são: fornecedores, partes relacionadas, adiantamentos de clientes, empréstimos com partes relacionadas, dividendos e outras contas a pagar. Estes foram classificados como "outros passivos financeiros", sendo inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos da transação. Esses passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos, com as despesas com juros reconhecidas com base na taxa efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período em questão. A taxa de juros efetiva desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados pela vida esperada do passivo financeiro, ou (quando apropriado) por um período menor de tempo, para o valor contábil líquido no reconhecimento inicial. ii) *Desreconhecimento (baixa):* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. *Instrumentos financeiros - apresentação líquida:* Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. f) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber, segundo análise individual dos devedores o valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. A Administração da Companhia entende não haver risco de recebimento com contas a receber de partes relacionadas. g) Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Os custos históricos são apurados com base no método do custo médio e incluem todas as despesas incorridas para levar os estoques à localização e condição atuais. Estas incluem impostos de importação, fretes e custo de logística, e quaisquer outros custos atribuíveis à aquisição. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. As provisões para baixa rotatividade nos estoques são constituídas com base na demanda comercial e análise mercadológica e análise da expectativa de perda realizada pela Companhia. Os montantes provisionados são suficientes para cobrir perdas futuras de itens que não possuem movimentação há mais de 365 dias. h) Imobilizado: O imobilizado é apresentado pelo seu custo histórico, líquido de depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicáveis. Inclui, essencialmente, terrenos, equipamentos e instalações necessárias aos serviços de telecomunicações. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 14 e leva em consideração o tempo estimado de vida útil-econômica dos bens, revisada anualmente pela Administração, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável.

	Taxas anuais de depreciação em %
Equipamento SCPC/Nova Tecnologia	20%
Móveis e utensílios	10%
Computadores e periféricos	20%
Benfeitorias	10%

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais". i) Intangível: O grupo de bens intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com aquisição de marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

	Taxas anuais de amortização e depreciação em %
Softwares	20%

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Em 31 de dezembro de 2023 a taxa de desconto utilizada pela Administração é de 4,37%. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*. A taxa de desconto aplicada no estudo da Companhia é de 4,37% em 2023. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não houve indicativo de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros da Companhia. k) Empréstimos com partes relacionadas: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Em 31 de dezembro de 2023 a taxa efetiva de juros sobre empréstimos com partes relacionadas é de 2,7% e 5,9%. l) Benefício a empregados: A Companhia concede a todos os empregados um bônus relacionado ao plano de participação nos resultados, o qual está vinculado ao alcance de objetivos específicos, baseados no cumprimento de metas individuais e corporativas, estabelecidas e acordadas no início de cada ano e reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). Sobre os exercícios de 2023 e 2022 foram provisionados R$1.763 e R$1.622, respectivamente. m) Tributos: i) *Imposto de renda e contribuição social correntes:* Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. ii) *Imposto de renda e contribuição social diferidos:* Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, se reconhecidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos ou passivos e o seu respectivo valor contábil, bem como sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Os decorrentes créditos tributários serão registrados somente quando a Companhia apresentar histórico e projeções de lucros tributários. iii) *Impostos sobre prestação de serviços e vendas:* As receitas de prestação de serviço estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos e contribuições	Sigla	Alíquota
Programa de Integração Social	PIS	1,65%
Contribuição Social p/Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,6%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	ISS	2%-5%

n) Reconhecimento da receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: i) *Venda de produtos:* A receita de venda de equipamentos e peças é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado pelo cliente; (ii) os riscos de perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidência objetiva de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. ii) *Prestação de serviços:* A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços é reconhecida através de medição com base nas horas incorridas até a data do balanço. o) Obrigações com pessoal: As obrigações com pessoal se referem às obrigações com funcionários, incluindo férias e seus encargos sociais devidos, e estão calculadas até a data de encerramento do balanço de acordo com a legislação vigente.

TELESPAZIO
BRASIL

TELESPAZIO BRASIL S.A.

CNPJ: 02.214.014/0001-33

4. Provisões, uso de estimativas, premissas contábeis e julgamentos: As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas provisões e estimativas contábeis. As provisões e estimativas contábeis, envolvidas na preparação das demonstrações contábeis, foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes daqueles registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração revisa suas provisões, estimativas e premissas pelo menos anualmente. i) Provisões*:* Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. ii) Estimativas e premissas contábeis: Com base em premissas, são feitas estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais, exceto no caso do imobilizado. As estimativas estão contempladas abaixo. a) *Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa "PCLD":* A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Administração sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber. A Administração avalia o risco de cliente e o efeito sobre as contas a receber a vencer e vencido, quando aplicável. b) *Vida útil do imobilizado:* A vida útil dos ativos classificados no imobilizado reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia. c) *Provisões para risco tributário, cível e trabalhista:* Quando necessário, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração da Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências sobre as obrigações de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária. d) *Obsolescência de estoques:* A Administração da Companhia revisa mensalmente o grau de obsolescência do seu estoque. Tal revisão é suportada com mudança no ambiente econômico em que ele se encontra e no tempo em que ele ficará obsoleto. Com base nessa revisão, a Administração constitui provisão de perda em estoque. Ademais, a Administração provisiona para perda o estoque sem movimentação acima de 365 dias. A provisão para perdas em estoque é constituída com base em uma análise feita pela Administração em que os itens do estoque são mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o menor. e) *Imposto de renda e contribuição social:* A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado. O imposto de renda e a contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção de probabilidade de que o lucro tributável futuro e a base de contribuição social estejam disponíveis e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. f) *Provisões e passivos contingentes:* A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e tributários, os quais quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais ou carta de fiança bancária. A Companhia, em conjunto com seus advogados, efetua a provisão das contingências conforme prognóstico de perda aplicável. g) *Impairment de ativos:* A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil excede o valor recuperável, é constituída provisão no resultado do exercício ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Não foram identificados indicadores de *impairment* e, portanto, a Companhia não registrou provisão para perda sobre tais ativos nos exercícios de 2023 e 2022.

5. Caixa e equivalentes de caixa	**2023**	**2022**
Caixa e bancos	**5.269**	4.058
Aplicação financeira	**446**	3.756
	5.715	7.814

Todas as aplicações financeiras mantidas pela Companhia são em renda fixa, representadas por aplicações automáticas, atrelados a Certificados de Depósito Interbancário (CDIs) e remunerados a taxas que variam entre 13,65% e 11,87% nos últimos 2 anos.

6. Contas a receber de clientes	**2023**	**2022**
Clientes nacionais	**60.529**	58.254
Clientes internacionais	**6.062**	3.652
Clientes partes relacionadas	**2.892**	5.326
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	**(11.915)**	(11.915)
	57.568	55.317
Circulante	**57.568**	55.317

	2023	**2022**
A Vencer	**25.277**	33.555
De 1 a 90 dias	**6.569**	9.116
De 91 a 180 dias.	**2.990**	1.005
De 181 a 365 dias	**14.208**	3.510
Acima de 365 dias	**20.439**	20.046
	69.483	67.232

(a) A Administração avalia o risco do contas a receber pelo critério das perdas efetivas, considerando caso a caso o risco real de não recuperabilidade dos títulos. As movimentações na provisão para crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes são as seguintes:

Saldo em 1º de janeiro de 2023	(11.915)
Constituição de provisão (adições)	**-**
Reversão de provisão	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(11.915)**

7. Transações com partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as transações com partes relacionadas são como seguem:

	2023	**2022**
Contas a receber:		
Contas a receber com a Telespazio S.p.A. Itália	**37**	40
Contas a receber com a Telespazio Latim América	**28**	-
	65	40
Fornecedores:		
Fornecedores de serviços (i)	**241**	270
Fornecedores de equipamentos (ii)	**11.264**	11.008
	11.505	11.278
Empréstimos:		
Empréstimo Telespazio S.p.A. - circulante (iii)	**24.107**	6.655
Empréstimo Telespazio S.p.A. - não circulante (iii)	**9.860**	16.916
	33.967	23.571
Demonstração do resultado do exercício		
Receitas de serviços prestados	**4.455**	3.612
Ganhos de variações cambiais não financeiras	**3.190**	5.328
Perdas de variações cambiais não financeiras	**(2.335)**	(3.433)
Custo de serviços prestados de partes relacionadas	**(564)**	(310)
Despesas financeiras	**(729)**	(786)

(i) Contrato de prestação de serviço de consultoria e outros serviços;
(ii) Refere-se a serviços na linha de Geo Information de nosso fornecedor e-Geos;
(iii) Refere-se a empréstimos recebidos pela Telespazio S.p.A., com taxa de juros trimestrais equivalentes a EURIBOR, e vencimento em 2024; quitamos R$1.000 em 1 de fevereiro de 2023. Em 1 de maio de 2023 novo empréstimo no montante de R$2.724 (Euro 500 mi) foi obtido com juros de 6.31% a/a e data de liquidação em abril de 2024; em 26 de dezembro de 2023 novo empréstimo no montante de R$9.454 (USD 2.000) foi obtido, com juros de 2,64% a/a e data de liquidação em dezembro de 2025.

	2023	**2022**
Saldo em 1º de janeiro	**(23.571)**	(27.891)
Pagamento principal	**1.000**	6.347
Novo empréstimo	**(12.178)**	(3.622)
Juros pagos	**659**	34
Provisão de juros	**(730)**	-
Variação cambial	**853**	1.561
Saldo em 31 de dezembro	(33.967)	(23.571)

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração inclui os diretores estatutários da Companhia. A remuneração paga ou a pagar por serviços de administradores está demonstrada a seguir:

	2023	**2022**
Honorários	**3.749**	3.819

8. Estoques: Referem-se, substancialmente, a mercadorias para revenda e suprimentos, representados por equipamentos eletrônicos de telecomunicações, não existindo restrições a sua utilização, assim como não são objetos de garantia. Os equipamentos, quando utilizados para a prestação de serviços, são reclassificados para ativos imobilizados.

	2023	**2022**
Estoques	**726**	689

9. Impostos a recuperar: Em 31 de dezembro a composição de impostos a recuperar é como se apresenta:

	2023	**2022**
IRPJ/CSLL (a)	**2.986**	-
ICMS sobre ativo imobilizado (c)	**2.196**	2.863
ICMS	**1.897**	1.907
PIS/COFINS-Crédito ICMS (b)	**1.262**	1.264
Retenções da Lei nº 10.833/03	**14**	14
Outros	**11**	358
	8.366	6.406
Circulante	**6.277**	3.742
Não circulante	**2.089**	2.664

(a) A Companhia apura IRPJ e CSSL sob a forma de lucro mensal. Ao longo do ano de 2023 pagou R$2.986, sendo que o resultado anual apurou prejuízo fiscal de R$524. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui crédito de CSLL e IRPJ de R$2.986. (b) Em relação ao PIS/COFINS-Crédito ICMS o Plenário do STF, em sessão de julgamento realizada no dia 15 de março de 2017, finalizou o julgamento do Recurso Extraordinário, reconhecendo a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. A União Federal opôs embargos de declaração com dois pedidos principais: (i) que o ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS fosse o ICMS efetivamente pago pelos contribuintes, e não o ICMS destacado nas notas fiscais, e (ii) a modulação dos efeitos da decisão, a fim de que ela produzisse efeitos somente para o futuro. O julgamento dos referidos embargos de declaração terminou em maio de 2021. A Companhia possui Mandado de Segurança distribuído em 27 de junho de 2013, concede o direito de recuperar os valores indevidamente recolhidos a título de PIS e COFINS (com a indevida inclusão do ICMS) desde junho de 2008, ou seja, 5 anos antes do ajuizamento do Mandado de Segurança. Sendo assim, para o período de 2008 a junho de 2021 a Companhia registrou PIS e COFINS a compensar sobre a base de ICMS o montante de R$1.637 dos quais até 31 de dezembro de 2023 já se compensou de R$357, e possui saldo a compensar de R$1.262. A Administração tem expectativa da realização do crédito somente quando o processo for transitado em julgado a favor da Telespazio. (c) Referem-se, basicamente, a créditos de impostos federais e estaduais, principalmente ICMS, oriundos de aquisição de ativo imobilizado que vai ser recuperado durante os 48 meses posteriores à aquisição.

10. Impostos de renda e contribuição social: Em 31 de dezembro a apuração do imposto de renda e contribuição social estão como a seguir:

	2023	**2022**
Imposto corrente	**(7)**	1.689
Imposto diferido	**850**	438
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**843**	2.127

A seguir a apuração dos impostos correntes e diferidos sobre o resultado dos exercícios de 2023 e 2022:

	2023	**2022**
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	**(357)**	5.652
À alíquota fiscal de 34%	**-**	1.922
Diferenças permanentes		
Doações	**7**	258
Multas	**8**	97
Ganho capital exterior	**959**	1.128
Remuneração Diretores	**720**	829
Variação cambial ativa	**(6.633)**	(9.917)
Variação cambial passiva	**6.547**	7.025
Outras	**638**	578
Diferenças temporárias		
Provisões	**11.754**	10.484
Reversões	**(14.167)**	(8.881)
Base negativa	**-**	(2.182)
Total do IR e contribuição social do exercício		
Corrente	**(7)**	1.689
Diferido	**850**	438
Alíquotas efetivas	**(161%)**	38%

A alíquota efetiva difere significativamente da alíquota nominal devido à variação cambial incorrida pela Companhia ser tributada pelo regime de caixa. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o saldo de base negativa e prejuízo fiscal não registrado na contabilidade eram de R$10.688 e R$10.170, respectivamente, devido à ausência de perspectiva de recuperabilidade futura. A movimentação por natureza dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício é conforme abaixo:

	Provisão contingências	**Provisão perda em estoque**	**Variação Cambial**	**Devedores duvidosos**	**Provisão para bônus**	**Outras**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**952**	**11**	**(4.370)**	**3.013**	**551**	**1.493**	**1.650**
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	**(264)**	**(11)**	**(29)**	**-**	**(39)**	**(507)**	**(850)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**688**	**-**	**(4.399)**	**3.013**	**512**	**986**	**800**

A Companhia avaliou neste exercício, sob as perspectivas fundamentadas de geração de lucros tributáveis futuros e alta probabilidade de recuperação, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional.

Baseou-se neste exercício do portfólio de serviços com aquisição de novos contratos a médio e longo prazo assinados com clientes de grande porte que levam a um cenário futuro de maior certeza em relação ao cumprimento das metas do *orçamento* 2024 e dos planos para os exercícios de 2025 a 2028. Conforme apresentado, o imposto diferido ativo em 31 de dezembro de 2023 é decorrente somente das provisões e variação cambial.

11. Outros créditos	**2023**	**2022**
Seguros a apropriar	**401**	446
Adiantamentos a fornecedores	**140**	205
Despesas antecipadas	**480**	206
Adiantamentos diversos	**54**	81
Outros créditos	**25**	129
	1.100	1.067
Circulante	**1.096**	1.047
Não circulante	**4**	20

12. Caução e depósitos judiciais	**2023**	**2022**
Depósitos judiciais	**2.883**	2.869
Bloqueio judicial (a)	**-**	5.583
Depósitos em garantia	**273**	254
	3.156	8.706

A movimentação dos depósitos judiciais é como segue:

Saldo em 1º de janeiro de 2023	8.706
Novos depósitos	**60**
Atualização sobre depósitos	**17**
Devolução depósitos judiciais	**(44)**
Levantamento/baixa (a)	**(5.583)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**3.156**

(a) Em 4 de agosto de 2023 o poder judiciário do Estado do Paraná autorizou o levantamento dos valores em favor da Haten.

13. Imobilizado	**Terrenos**	**Comutadores e periféricos**	**Benfeitorias**	**Máq. equips. e ferramentas**	**Veículos**	**Móveis e utensílios**	**Equip. a imobilizar**	**Total**
Valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2021	370	265	287	27.249	-	304	4.689	33.164
Aquisição (a)	-	13	151	4.156	-	424	9.000	13.744
Transferências (b)	-	-	-	3.057	-	-	(3.057)	-
Baixas	-	(8)	-	(644)	-	-	-	(652)
Depreciação	-	(104)	(50)	(9.389)	-	(76)	-	(9.619)
Valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2022	370	166	388	24.429	-	652	10.632	36.637
Aquisição (a)	**-**	**84**	**22**	**3.287**	**-**	**47**	**12.346**	**15.786**
Transferências (b)	**-**	**-**	**-**	**961**	**-**	**-**	**(961)**	**-**
Baixas	**-**	**(89)**	**3**	**(626)**	**-**	**(8)**	**-**	**(720)**
Depreciação	**-**	**16**	**(57)**	**(9.722)**	**-**	**(96)**	**-**	**(9.859)**
Valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2023	**370**	**177**	**356**	**18.329**	**-**	**595**	**22.017**	**41.844**
Custo total	**370**	**3.227**	**791**	**140.174**	**186**	**1.627**	**22.017**	**168.392**
Depreciação acumulada	**-**	**(3.050)**	**(435)**	**(121.845)**	**(186)**	**(1.032)**	**-**	**(126.548)**
Valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2023	**370**	**177**	**356**	**18.329**	**-**	**595**	**22.017**	**41.844**
Taxas anuais de depreciação		**20%**	**10%**	**10%**	**20%**	**10%**		

(a) Valor líquido de adições e transferências dentro do mesmo grupo, através de subcategorias de imobilizado.
(b) Valor referente a transferências entre imobilizado.

14. Intangível	***Software***
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.122
Aquisições	916
Baixas	(663)
Amortização	(1.137)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.238
Aquisições	**603**
Baixas	**-**
Amortização	**(1.040)**
Valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2023	**2.801**
Custo total	**13.550**
Amortização acumulada	**(10.749)**
Valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2023	**2.801**
Taxas anuais de depreciação	**20%**

15. Fornecedores terceiros	**2023**	**2022**
Nacionais de serviços	**9.732**	11.466
Nacionais de equipamentos	**3**	30
	9.735	11.496
Estrangeiros	**1.657**	4.239
	11.392	15.735

16. Impostos, taxas e contribuições	**2023**	**2022**
IRRF	**1.865**	1.753
ISS	**272**	271
ICMS	**462**	480
PIS/COFINS	**330**	204
Outros impostos a pagar	**250**	406
Impostos, taxas e contribuições	**3.179**	3.114
Imposto de renda a pagar	**-**	306
Contribuição social a pagar	**-**	54
Total de imposto de renda e contribuição social a pagar	-	360

17. Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), Municipal, Estadual e Federal: As contingências fiscais na esfera judicial são decorrentes de contestações junto à Receita Federal, por não considerarem as compensações de tributos federais, previstas legalmente na apuração do pagamento dos impostos devidos. Amparada pelo REFIS lei 11.941 Art.01, a Companhia parcelou montantes de PIS, COFINS, CIDE, ICMS (RJ) e parcelamento simplificado de ISS retido de terceiros do Município de Niterói-RJ. A Companhia em 31 de dezembro de 2023 apresentava um saldo a pagar de parcelamentos de R$373 (R$784 em 2022) no longo prazo. A movimentação do parcelamento dos impostos é como segue:

Saldo em 1º de janeiro de 2023	**784**
Novos parcelamentos	**-**
Atualização	**(129)**
Pagamento	**(282)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**373**

A seguir o cronograma de pagamentos:

	2023	**2022**
2023	**-**	384
2024	**224**	293
2025	**59**	60
2026	**59**	47
	31	-
Total	**373**	784
Circulante	**-**	384
Não circulante	**373**	400

18. Provisões para contingências: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o montante de processos cuja expectativa de perda foi classificada como provável é de R$4.452 e 8.627 respectivamente conforme apresentado:

	2023	**2022**
Saldo inicial	**8.627**	5.701
Constituições	**3.473**	559
Reversões	**(37)**	(3.167)
Baixa (a)	**(7.306)**	5.583
Pagamentos	**(305)**	(49)
Total em 31 de dezembro	**4.452**	8.627

(a) Em 4 de agosto de 2023 o poder judiciário do Estado do Paraná autorizou o levantamento dos valores em favor da Haten, foi feita a baixa do valor provisionado no processo 0013292-75.2016.0194 no total de R$7.306. Abaixo segue a composição do saldo da provisão por natureza das causas:

	2023	**2022**
Cível	**3.931**	8.253
Tributária	**-**	284
Trabalhista	**521**	90
Total	**4.452**	8.627

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia era parte em processos com expectativa de perdas consideradas como possíveis nos montantes de R$133.304 e R$138.523, respectivamente. A seguir apresentamos as principais causas cujo risco de perda é possível.

	2023	**2022**
Cível	**542**	261
Tributária	**130.266**	130.157
Trabalhista	**2.496**	8.115
Total	**133.304**	138.533

• Receita Estadual - ICMS sobre receitas que não consistem serviços de telecomunicações prestados a clientes cuja atividade econômica também é a prestação de serviços de telecomunicações e cobrança do Fundo Estadual de Combate à Pobreza R$88.981 (R$85.402 em 2022); e • Secretaria da Receita Federal - Cobrança de tributos federais R$10.523 (R$9.923 em 2022); • Receita Municipal - Cobrança indevida de ISS sobre receitas de locação de equipamentos e receitas com venda de capacidade de satélite, totalizando aproximadamente R$21.047 (R$21.047 em 2022); • ANATEL - Cobrança indevida de FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações) totalizando aproximadamente R$4.789 (R$4.701 em 2022); • Causa trabalhista - Dois processos judiciais de ex-funcionários, solicitando o reconhecimento de vínculo empregatício no montante de R$2.827 (R$3.243 em 2022).

A Companhia possui por prática a contratação de determinados prestadores de serviços de forma habitual que pode acarretar em encargos trabalhistas adicionais, no entanto não possui por prática o registro integral desses encargos como provisões nas demonstrações financeiras. Os valores relacionados e não provisionados são de R$4.083 em 31 de dezembro de 2023 (R$3.645 em 2022).

19. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está representado por 5.872.400 ações ordinárias com valor nominal de R$10,00 cada:

	Quantidade de ações	**Participação (%)**	**Capital Subscrito**
Telespazio Latin America S.A.	**5.800.394**	**98,77**	**58.004**
Entel - Empresa Nacional de Telecomunicações	**48.000**	**0,82**	**480**
Amerton S.A.	**24.000**	**0,41**	**240**
Outros	**6**	**0,00**	**0**
Total	**5.872.400**	**100,00**	**58.724**

	2023	**2022**
Telespazio Latin America S.A.	**58.004**	**58.004**
Entel - Empresa Nacional de Telecomunicações	**480**	**480**
Amerton S.A.	**240**	**240**
Capital filial Colômbia	**40**	**0**
Total	**58.764**	**58.724**

O montante total do capital pertencente a acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

20. Receita operacional	**2023**	**2022**
Receita bruta de serviços mercado interno	**94.827**	108.145
Receita bruta de serviços mercado externo	**11.479**	12.176
Receita bruta de venda de mercadoria	**21.394**	13.484
Total da receita bruta	**127.700**	133.805
Cancelamentos e devoluções	**(34)**	-
Impostos incidentes sobre serviços e mercadoria	**(17.759)**	(18.423)
Receita operacional líquida com vendas e serviços	**109.907**	115.382

21. Resultado financeiro	**2023**	**2022**
Receita de juros sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (a)	**1.421**	1.223
Ganhos cambiais líquidos sobre atividades financeiras	**39.697**	25.410
Receitas financeiras	**41.118**	26.633
Variação cambial - empréstimos com partes relacionadas	**(40.579)**	(22.592)
Fiança bancária	**(388)**	-
Juros	**(1.022)**	(1.223)
Outras despesas financeiras	**(473)**	(998)
Despesas financeiras	**(42.462)**	(24.813)
Resultado financeiro, líquido	**(1.344)**	1.820

(a) Neste montante temos juros ativos R$295 (em 2022 R$342) e rendimento de aplicações financeiras R$31 (em 2022 R$44), rendimentos auferidos com títulos públicos R$1.095 (em 2022 R$617).

22. Custos e despesas por natureza

Os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos, junto com depreciação e despesas operacionais classificadas por natureza apresentam-se a seguir.

	2023	**2022**
Custos de serviços prestados	**(36.409)**	(45.425)
Serv. manutenção eventual e remanejamento/permanente	**(13.084)**	(14.707)
Depreciação e amortização	**(10.806)**	(10.673)
Custos operacionais	**(6.208)**	(6.578)
Custo do pessoal	**(9.685)**	(8.298)
Custo de serviços prestados de terceiros	**(6.177)**	(4.981)
Custos de mercadorias e equipamentos	**(8.950)**	(7.035)
Custo de serviços prestados de partes relacionadas	**(565)**	(310)
Outros custos operacionais	**(571)**	(476)
	(92.455)	(98.483)
Despesa com pessoal	**(3.090)**	(3.495)
Despesa de serviços prestados de terceiros	**(1.872)**	(1.729)
Despesas comerciais e de *marketing*	**(2.432)**	(1.683)
Serviços terceirizados	**(1.394)**	(1.900)
Impostos e taxas e outras despesas	**(696)**	(832)
Perdas com *impairment* de contas a receber	**(91)**	(191)
Treinamentos	**(1)**	(5)
Depreciação e amortização	**(92)**	(92)
Despesas com provisões	**(1.484)**	-
Outras despesas operacionais	**(5.313)**	(3.140)
	(16.465)	(13.067)

23. Compromissos assumidos: A Companhia assume compromisso com diversos pontos técnicos, escritórios e armazéns segundo contratos de locação não canceláveis. Os prazos das locações variam entre dois e três anos e a maioria dos contratos são renováveis no término do período de locação à taxa de mercado.

	2023	**2022**
Menos de um ano	**419**	474
Mais de um ano e menos de dois anos	**212**	248
Mais que dois anos	**1.751**	1.750
Total	**2.382**	2.472

TELESPAZIO
BRASIL

TELESPAZIO BRASIL S.A.

CNPJ: 02.214.014/0001-33

24. Instrumentos financeiros

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros: A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos com partes relacionadas. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

	2023		2022	
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	**5.715**	**5.715**	7.814	7.814
Contas a receber de clientes	**57.568**	**57.568**	55.317	55.317
Partes relacionadas	**3.187**	**3.187**	1.740	1.740
Passivo				
Fornecedores	**11.392**	**11.392**	15.735	15.735
Partes relacionadas	**14.627**	**14.627**	12.978	12.978
Empréstimos Partes Relacionadas	**33.967**	**33.967**	23.231	23.231

b) Política de gestão de riscos financeiros: A Companhia segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. c) Risco de crédito: A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. d) Risco de liquidez: O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela gerência financeira da Companhia e tem por objetivo controlar a disposição de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

	Valor contábil em 2023	Até um ano	De um até dois anos
Recebíveis			
Contas a receber clientes (i)	**57.568**	**57.568**	-
Contas a receber - Parte relacionada	**3.187**	**3.187**	-
Total	**60.755**	**60.755**	-

	Valor contábil em 2023	Até um ano	De um até dois anos
Outros passivos financeiros			
Fornecedores	**11.392**	**11.392**	-
Contas a Pagar - Parte relacionada	**14.627**	**14.627**	-
Empréstimos - Parte relacionada	**33.967**	**24.107**	**9.860**
Total	**59.986**	**50.126**	**9.860**

(i) Como mencionado em detalhes na Nota Explicativa 1.1, a Companhia possui contas a receber com a Oi S.A, no montante de R$23.950 em 31 de dezembro de 2023. A Oi S.A se encontra em recuperação judicial desde março de 2023.

e) Risco com taxa de juros: O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia tem como prática entrar em contratos de financiamento somente com outras companhias do mesmo grupo econômico. f) Risco com taxa de câmbio: O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A Companhia tem empréstimos em moeda estrangeira de €4.443 e USD2.000. A Companhia tem como prática entrar em contratos de financiamento somente com outras companhias do mesmo grupo econômico. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir, não existindo nenhum instrumento para proteger essa exposição nessa data.

	2023		2022	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Ativo				
Contas a receber em EUR	**102**	**545**	129	720
Contas a receber em USD	**1.918**	**8.098**	1.494	7.798
Passivo				
Fornecedores em EUR	**(1.721)**	**(9.230)**	(1.588)	(9.010)
Empréstimos em EUR	**(4.443)**	**(24.107)**	(4.120)	(23.231)
Empréstimo em USD	**(2.000)**	**(9.860)**	-	-
Fornecedores em USD	**(348)**	**(1.682)**	(17)	(88)
Exposição líquida EUR	**(6.062)**	**(32.792)**	(5.579)	(31.521)
Exposição líquida USD	**(430)**	**(3.444)**	1.477	7.710

25. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros contemplam as principais coberturas contra sinistros: incêndio, explosão e fumaça, danos elétricos, equipamentos e responsabilidade civil. Atualmente a Telespazio possui os seguintes seguros: • Seguro de Responsabilidade civil Seguradora, Chubb Seguros Brasil S.A. com vencimento em 8 de setembro de 2024 no montante da cobertura de R$10.000; • Seguro Empresarial, seguradora Porto Seguro, com vencimento em 22 de julho 2024, cobertura R$14.520; e • Seguro D&O com vencimento em 30 de junho de 2024 (no montante de prêmio líquido R$13.211) é negociada diretamente pelo Leonardo a nível global.

Marcelo Nahu Diretor Administrativo Financeiro - Telespazio Brasil S.A.	**Marzio Laurenti** Diretor-Presidente - Telespazio Brasil S.A.	**Carlos Alberto Teixeira** Contador - CRC RJ - 22087- O/RJ

Concentração de profissionais brancos em órgãos de administração

IBGC: pesquisa sobre diversidade de gênero nas empresas de capital aberto

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), organização da sociedade civil, divulgou nesta terça-feira a pesquisa "Análise da diversidade de gênero e raça de administradores e empregados das empresas de capital aberto". Há concentração de profissionais brancos nos cargos em órgãos de administração, representando 81,1% da amostra, revelou o IBGC. O levantamento reuniu informações de quase 400 empresas.

O levantamento anterior foi "Análise da participação das mulheres em conselhos e diretorias das empresas de capital aberto". Na pesquisa atual, houve ampliação do escopo incorporando dados sobre raça e informações sobre os empregados das empresas de capital aberto, além das informações sobre órgãos da gestão (conselhos de administração, conselhos fiscais e diretorias).

"Essa abordagem mais ampla só foi possível a partir da exigência de divulgação de dados de gênero e raça para os administradores e empregados de companhias listadas em bolsa, por meio da Resolução nº 59/2021 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)", informou o IBGC.

Nessa primeira edição, é possível observar expressiva concentração de profissionais brancos nos cargos em órgãos de administração, representando 81,1% da amostra, que contempla 5.961 cargos declarados na base de dados da CVM. Em seguida, estão os pardos, com apenas 3,2% de representação, e os declarados amarelos, que correspondem a 1,8%. A categoria "outros" contempla 1,9%. Pretos e indígenas não atingem 1% e outros 11,5% não responderam.

De acordo com o levantamento, nesse primeiro recorte de raça, é possível observar que pretos, pardos, amarelos e indígenas correspondem a menos de 10% dos profissionais nos cargos na administração das organizações. "Com isso, é necessária a reflexão, por parte das empresas, sobre o desenvolvimento de práticas para a promoção de diversidade", afirma Luiz Martha, gerente de Pesquisa e Conteúdo do IBGC.

Diversidade

A pesquisa de 2024 também apresenta novos números da diversidade de gênero nas empresas, mostrando que a evolução tem sido lenta nos últimos anos, continuando modesta a participação feminina em cargos de administração. Das 394 empresas analisadas, 82,7% têm alguma mulher atuando em órgãos de gestão. No levantamento anterior, de 2022, eram 82,5%.

Com relação aos 6.323 postos de liderança analisados, apenas 15,8% são ocupados por mulheres, ante 15,2% na última edição do estudo. Já no contexto geral dos 3.231.643 colaboradores nas organizações abrangidas, há maior representatividade feminina do que nos conselhos e diretorias: 37,9%.

"É preciso criar e manter metas e métricas para que tenhamos um avanço mais expressivo", pondera Luiz. "Afinal, a diversidade é cada vez mais importante para o êxito dos negócios – o posicionamento de diversidade e inclusão do IBGC reforça que um conselho de administração com perfis diversificados proporciona uma pluralidade de argumentos e consolida uma tomada de decisão com mais segurança e qualidade, além de impulsionar a inovação".

Levantamento

Foram analisadas 394 empresas, com 5.149 profissionais (805 mulheres e 4.344 homens), em 6.323 posições em conselhos de administração, conselhos fiscais e diretorias.

- 326 empresas (82,7%) têm alguma mulher em órgãos da administração.

- 264 empresas (67,0%) têm mulheres atuando no conselho de administração.

- 167 empresas (42,4%) têm mulheres atuando apenas na diretoria.

- 127 empresas (32,2%) têm mulheres atuando no conselho fiscal.

- 14 empresas (3,5%) têm mulheres atuando no conselho de administração e na diretoria concomitantemente

- 68 empresas (17,3%) não têm nenhuma mulher em nenhum dos órgãos da administração.

Abordagem de raça

Dos 5.961 cargos declarados na base de dados da CVM, há uma expressiva concentração de profissionais brancos em cargos de administração: 81,1% da amostra. O Novo Mercado apresenta a maior proporção de administradores brancos (82,4%), enquanto o segmento Básico, que tem 78,4% de administradores brancos, é o que reúne a maior representação de pretos (0,9%), pardos (4,4%) e amarelos (2,1%).

Em se tratando especificamente de conselheiros de administração, dentre os respondentes, 82,8% são brancos, 2,1% são pardos e 1,8% são amarelos, enquanto pretos representam menos de 1% (0,67%, especificamente).

Petróleo: extração em fevereiro cai 2% em relação a janeiro

O Boletim Mensal da Produção de Petróleo e Gás Natural de fevereiro de 2024 da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), divulgado nesta terça-feira (2), reportou que o país extraiu menos petróleo em fevereiro em comparação a janeiro. Foram extraídos 3,448 milhões de barris por dia (bbl/d), uma redução de 2,0% na comparação com o mês anterior e aumento de 5,7% em relação ao mesmo mês de 2023.

O boletim traz os dados consolidados da produção nacional. A produção total (petróleo + gás natural) foi de 4,383 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d). A produção de gás natural em fevereiro foi de 148,63 milhões de metros cúbicos por dia (m³/d). Houve queda de 3,4% frente a janeiro de 2024 e elevação de 1,4% na comparação com fevereiro de 2023. Pré-sal A produção total (petróleo + gás natural) no pré-sal, em fevereiro, foi de 3,336 milhões de boe/d e correspondeu a 76,1% da produção brasileira.

Esse número representa uma redução de 1,5% em relação ao mês anterior e um aumento de 2,1% na comparação com o mesmo mês de 2023. Foram produzidos 2,623 milhões de bbl/d de petróleo e 113,46 milhões de m³/d de gás natural por meio de 148 poços. Aproveitamento do gás natural Em fevereiro, o aproveitamento de gás natural foi de 96,5%. Foram disponibilizados ao mercado 52 milhões de m³/d e a queima foi de 5,28 milhões de m³/d. Houve aumento de 16,3%, na queima, em relação ao mês anterior, e de 38,7% na comparação com fevereiro de 2023. O incremento na queima se deu devido à continuidade do comissionamento da FPSO Sepetiba, no Campo de Mero, sendo comum nesses casos de novas plataformas. Origem da produção No mês, os campos marítimos produziram 97,5% do petróleo e 86,4% do gás natural. Os campos operados pela Petrobras, sozinha ou em consórcio com outras empresas, foram responsáveis por 88,69% do total produzido.

A produção teve origem em 6.505 poços, sendo 533 marítimos e 5.972 terrestres. Campos e instalações No mês de fevereiro, o campo de Tupi, no pré-sal da Bacia de Santos, foi o maior produtor de petróleo e gás, registrando 744,68 mil bbl/d de petróleo e 37,30 milhões de m³/d de gás natural.

A instalação com maior produção de petróleo e gás natural foi a FPSO Guanabara, na jazida compartilhada de Mero, com 179.593 bbl/d de petróleo e 11,56 milhões de m³/d de gás.

Sobre o Boletim da Produção de Petróleo e Gás Além da publicação tradicional em .pdf, é possível consultar os dados do boletim de forma interativa utilizando a tecnologia de Business Intelligence (BI). A ferramenta permite que o usuário altere o mês de referência para o qual deseja a informação, além de diferentes seleções de períodos para consulta e filtros específicos para campos, estados e bacias.

A partir da divulgação do mês de janeiro de 2024, foram incluídas consultas por regime contratual, indicativo de campos marginais e campos maduros e o filtro de operador da época do período escolhido na consulta. Variações na produção são esperadas e podem ocorrer devido a fatores como paradas programadas de unidades de produção em função de manutenção, entrada em operação de poços, parada de poços para manutenção ou limpeza, início de comissionamento de novas unidades de produção, dentre outros. Tais ações são típicas da produção de petróleo e gás natural e buscam a operação estável e contínua, bem como o aumento da produção ao longo do tempo.